Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro

Wilson Malafaia Peixoto

Ocupando novas identidades: negociação identitária entre participantes de ocupações alinhados à luta por moradia

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras/Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Liana de Andrade Biar

Rio de Janeiro
Abril de 2016

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro

Wilson Malafaia Peixoto

Ocupando novas identidades: negociação identitária entre participantes de ocupações alinhados à luta por moradia

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Liana de Andrade Biar
Orientadora
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Liliana Cabral Bastos
Departamento de Letras – PUC-Rio

Prof. Rodrigo Borba
UFRJ

Profa. Denise Berruezo Portinari
Coordenadora Setorial do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 15 de abril e 2016

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e da orientadora.

Wilson Malafaia Peixoto

Licenciou-se em Letras pela Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro em 2009. Cursou Pós-graduação em Língua Inglesa na PUC-Rio em 2012. Detém certificados de proficiência em língua inglesa pela universidade de Cambridge (FCE e CAE), e de cunho pedagógico (TKT módulos 1, 2 e 3) pela mesma universidade. Atua como professor de inglês no Rio de Janeiro, sendo o curso Oxford e a escola Sá Pereira suas referências mais recentes. Leciona como voluntário na rede de educação popular Emancipa RJ. Tem apresentado trabalhos e participado de seminários voltados para as áreas de Sociolinguística Interacional e ensino de inglês como língua estrangeira.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Ficha Catalográfica

Peixoto, Wilson Malafaia

Ocupando novas identidades : negociação identitária entre participantes de ocupações alinhados à luta por moradia / Wilson Malafaia Peixoto ; orientadora: Liana de Andrade Biar. – 2016.

161 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2016.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Negociação identitária. 3. Narrativas. 4. Trabalho de face. 5. Desvio. 6. Estigma. I. Biar, Liana de Andrade. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Para minha família, pelo apoio incondicional em todos os momentos da realização deste trabalho.

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Liana de Andrade Biar, pelo estímulo, incentivo e compreensão em todos os momentos. Agradeço por suas valiosas sugestões, críticas e correções, as quais foram determinantes para a realização e qualidade deste trabalho.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos professores Rodrigo Borba e Liliana Cabral Bastos, por aceitarem fazer parte da banca examinadora desta investigação. Agradeço pela disponibilidade e pelo tempo dedicado ao aperfeiçoamento deste trabalho.

Aos meus amigos e colegas da PUC-Rio, Alexandre Florencio, Evellyn Brandão e Diego Fernandes, por seu apoio, amizade e palavras de incentivo, não apenas durante a realização deste trabalho, mas no decorrer de todo curso.

À minha família, pela educação, atenção e apoio em todos os momentos do curso, propiciando as condições necessárias para sua realização deste trabalho.

Aos professores da PUC-Rio, os quais contribuíram imensamente para o meu aprimoramento acadêmico e profissional, fornecendo as ferramentas necessárias para que este trabalho pudesse ser concebido e materializado.

Aos funcionários da secretaria de Letras, em especial à Chiquinha, por sua prontidão e disponibilidade.

Aos participantes desta investigação, os quais mesmo atravessando diversos infortúnios ainda encontraram disposição para compartilhar suas histórias de vida, em um momento de fragilidade e incerteza.

Ao amigo Moyses Silva Filho, o qual através de seu ativismo na luta pela moradia propiciou o meu encontro com os participantes desta investigação.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Resumo

Peixoto, Wilson Malafaia; Biar, Liana de Andrade. **Ocupando novas Identidades: negociação identitária entre participantes de ocupações alinhados à luta por moradia**. Rio de Janeiro, 2016. 161 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro.

Este trabalho investiga os processos de negociação identitária no curso de entrevistas de pesquisa com ocupantes de terrenos e prédios na cidade do Rio de Janeiro nos últimos dois anos. A premissa central para a organização desta investigação se baseia nos conceitos de neutralização do desvio e das técnicas de controle da informação, concebidos por H. Becker e E. Goffman, respectivamente. Tais conceitos referem-se às técnicas interacionais através das quais os indivíduos negociam rótulos e identidades em interação, de forma a se alinharem preferentemente com as expectativas sociais canônicas de normalidade, ao passo em que se afastam discursivamente de estigmas sociais. Nosso arcabouço teórico baseia-se em autores que consideram nossas identidades não como substância fixa ou concebida aprioristicamente, mas como fluidas, fragmentadas e passíveis de negociação no curso das interações. Os dados foram analisados através de dois recortes, com base em Biar (2012): no primeiro, utilizamos a sociolinguística interacional, prioritariamente os conceitos de enquadre e proteção da face concebidos por Goffman (1959; 1974). Identificamos o uso nas entrevistas de recursos linguísticos que incluem hesitações, vagueza no fornecimento de determinadas informações, não nomeação de atos desviantes, dentre outros. Identificamos ainda um esforço discursivo por parte dos entrevistados no sentido de alterar os enquadres propostos inicialmente pelos entrevistadores. O segundo recorte analisa as narrativas geradas por estes participantes com base nas categorias de causalidade e sistemas de coerência de Linde (1993). Argumentamos que estas relações podem igualmente ser usadas pelos falantes para construir aproximação ou afastamento das atividades tidas como desviantes e, consequentemente, fazem parte do processo de negociação identitária.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Palavras-chave

Negociação identitária; narrativas; trabalho de face; desvio; estigma; identidades marginalizadas; sistemas de coerência; ocupações.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Abstract

Peixoto, Wilson Malafaia; Biar, Liana de Andrade (Advisor). **Occupying new identities: an analyses of the identity negotiation of homeless housing rights activists**. Rio de Janeiro, 2016. 161 p. Masters Dissertation - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro.

The present investigation aims at analyzing the identity construction processes that emerge in the course of research interviews with homeless activists who have been occupying lands and buildings in Rio de Janeiro over the last two years. The central premise for the organization of this research is based on the concepts of "deviance neutralization" and "information control techniques," designed by Becker and Goffman, respectively. These concepts relate to interactional techniques by which stigmatized individuals negotiate their identities in interaction, so as to preferably align themselves with the canonical societal expectations of normality, while they deviate discursively from stigma. Our theoretical framework is based on authors who consider our identities not as a fixed substance nor as designed outside discourse, but as fluid, fragmented and subject to negotiation in the course of real interactions. Data were analyzed through two layers based on Biar (2012): the first applies the interactional sociolinguistics perspective, primarily the concepts of framing and face work as conceived by Goffman. We have identified the use of several linguistic resources including hesitations, vagueness in the supply of certain information, non- naming of deviant acts, among others strategies employed by our interviewees in order to present themselves in a positive light. This investigation also has identified a discursive effort on the part of respondents to amend the framings initially proposed by the interviewers. The second analytical layer considers narratives generated by these participants in accordance with causality relations and systems of coherence as designed by Linde (1993). We argue that these relations have been used by interviewees to either denote association with or distance from the activities regarded as deviant, and therefore they form part of the identity negotiation processes.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Keywords

Identity negotiation; narratives; face work; deviance; stigma; marginalized identities; systems of coherence; homeless occupation movements

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

SUMÁRIO

1. Introdução **12**

2. A falta de moradia e a insurgência popular como ação desviante **21**

2.1. O contexto marginalizado das ocupações 22

2.2. Ocupações urbanas – alguns entendimentos 27

2.2.1. Afinal, o que é uma ocupação urbana? 28

2.2.2. Déficit habitacional, especulação imobiliária e a ineficiência dos programas habitacionais do Estado 32

2.2.3. O princípio da ação direta aplicado às ocupações urbanas 40

2.2.4. O princípio da sabotagem como forma de resistência urbana 42

2.2.5. O princípio da proteção coletiva 44

2.3. Direcionamentos de pesquisa 47

3. Escolhas teórico-paradigmáticas e aspectos metodológicos da pesquisa **49**

3.1. A pesquisa qualitativa (e) sobre identidades sociais na modernidade recente 49

3.1.1. Implicações políticas da pesquisa qualitativa 54

3.1.2. O compromisso político da pesquisa qualitativa aplicado aos estudos da linguagem 58

3.1.3. A teorização sobre identidades sociais na modernidade recente 60

3.1.4. O caráter negociado do desvio e as relações de poder implícitas na rotulação do desviante 62

3.2. O contexto específico da geração de dados e a minha relação com este 66

3.3. A entrevista na pesquisa qualitativa 69

3.4. O roteiro analítico de apresentação dos dados 71

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

3.5. Encaminhamentos teórico-metodológicos 73

4. O trabalho de face na entrevista com participantes de ocupações urbanas 75

4.1. A atitude “blasé” como estratégia de ratificação dos entrevistados 80

4.2. Estratégias de evitação da ação desviante 87

4.3. Enquadres Interativos e esquemas de conhecimento 98

5. A negociação identitária através da ação de contar histórias 107

5.1. Uma visão socioconstrucionista do discurso aplicada à ação de contar histórias 106

5.1.2. Narrativas e a (re)construção do passado – Aprofundando relações 111

5.1.3. Sistemas de coerência aplicados à construção identitária 114

5.2. A estrutura Laboviana aplicada à construção identitária 116

5.3. As construções identitárias de Pedro 120

5.4. As construções identitárias de Valeria 129

5.5. As construções discursivas de Adriene 137

5.6. A ação de contar histórias e as relações de interpessoais entre os sujeitos 142

6. Considerações finais 145

6.1 Identidades emergentes – Desdobramentos éticos e políticos 153

7. Referências bibliográficas 156

8. Anexo 161

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

1.
Introdução

Em meados de abril de 2015, estávamos, uma amiga ativista dos direitos humanos e eu, na Cinelândia, local este historicamente emblemático para as manifestações populares na cidade do Rio de Janeiro, com o intuito de realizar uma entrevista com um homem chamado Pedro[1]. À época, quando a cidade se transformava para receber os jogos da Copa do Mundo, estávamos interessados em conversar com indivíduos que estivessem sofrendo os efeitos negativos dos preparativos pelos quais a cidade se viu obrigada a passar. Fomos informados de que Pedro havia perdido sua moradia, bem como havia participado da ocupação de um prédio no bairro do Flamengo juntamente com sua esposa, Luiza, grávida de sete meses e meio. O sofrimento do casal havia se tornado notório entre os defensores dos direitos humanos, em particular entre ativistas da causa feminista, pois Luiza havia dado à luz em um banheiro do referido prédio, em meio a um confronto violento com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro pela reintegração de posse do imóvel[2].

Naquele momento, em que nós ainda nem pretendíamos fazer dessa entrevista um objeto de pesquisa, o objetivo do encontro foi contribuir para a desconstrução de discursos reducionistas que comumente recaem sobre tais manifestantes por meio de uma entrevista-denúncia. Cabe ressaltarmos que as chamadas jornadas de junho de 2013 (ver Araújo, 2015) geraram um cenário de disputa de sentidos, no qual discursos midiáticos tradicionais buscavam, rotineiramente, construir uma visão marginalizada acerca dos participantes de movimentos sociais e manifestações como um todo. Desta forma, mesmo ainda não munidos do arcabouço teórico-metodológico que norteou este estudo, algo nos causava um incômodo tamanho que nos motivou a marcar esse encontro com Pedro; algo que atualmente entendemos como a necessidade de

[1] A fim de evitarmos a redundância desta informação destacamos que todos os nomes utilizados nesta investigação são fictícios. A única exceção para tal procedimento é o uso de meu próprio nome no papel de entrevistador.

[2] Mais detalhes acerca do caso: http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-04-14/acao-de-reintegracao-de-posse-em-predio-no-flamengo-e-iniciada.html

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

refutarmos tais discursos identitariamente essencialistas e reducionistas que recaem sobre indivíduos que carregam o rótulo do desvio.

Mais especificamente, notávamos que a referida disputa de sentidos se manifestava da seguinte forma: de um lado estavam os discursos midiáticos tradicionais, ou seja, realizados pelos meios de comunicação popularmente reconhecidos, acerca não apenas dos eventos específicos dos quais Pedro e Luiza faziam parte (ocupações urbanas), mas também de outros movimentos que ameaçavam e questionavam a ordem social (greves, manifestações populares, dentre outros). Do outro lado, o movimento discursivo na direção oposta, ou seja, o de levar em conta o contexto social e político, bem como as possíveis motivações que buscariam justificar e/ou entender tais ações. Este segundo movimento discursivo apenas emergia em contextos bastante específicos, como o caso da produção discursiva oriunda de parlamentares e/ou militantes declaradamente a favor de tais movimentos.

Nosso referido incômodo dizia respeito ao fato de concebemos nossa realidade como algo discursivamente construído[3], produzido e veiculado por instituições socialmente reconhecidas como moral e juridicamente confiáveis através do discurso. Nesta perspectiva, entendíamos, e ratificamos agora, o discurso também como uma forma de poder (Foucault, 1979). Porém, cabe salientarmos que as relações de poder não são estanques, estando constantemente em disputa. Desta forma, ao passo em que há discursos que buscam se fazer hegemônicos, construindo assim uma determinada realidade que seja mais conveniente para determinados grupos dominantes, há formas de resistência que encontram na formação de contradiscursos alternativas para a construção de outras realidades, bem como outras possibilidades identitárias dos sujeitos (Schramm, 2013).

Como dissemos, as mídias tradicionais tendiam a tratar tais eventos de forma bastante simplista e reducionista. Suas construções discursivas buscavam, em nossos entendimentos, aplicar o rótulo do desvio no sentido de deslegitimar, e até mesmo criminalizar tais atos (as ocupações urbanas), ao passo em que não havia espaço discursivo, ou esses espaços eram bastante limitados, para que os mesmos pudessem falar por si próprios. Em outras palavras, as ações construídas como desviantes pareciam criar um elo

[3] Abordaremos os conceitos referentes à construção da realidade através de “práticas discursivas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (Foucault, 1979, p. 56) ao longo desta investigação. Por ora, nossos objetivos introdutórios dizem respeito ao desconforto inicial que desencadeou nossas perguntas de pesquisa.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

inseparável com as construções identitárias que recaiam sobre destes personagens, classificando-os como “vândalos” e/ou como uma ameaça à propriedade privada. Os discursos alternativos, por sua vez, tendiam a justificar as ações desviantes, recategorizando esses sujeitos como manifestantes legítimos, vítimas de abandono por parte do poder público. No entanto, e este é um ponto basilar para o desenho desta investigação, percebemos que, de uma maneira ou de outra, fosse para aplicar o rótulo do desvio, ou fosse para construir uma realidade alternativa, ancorada nos direitos humanos, ambos os discursos aplicavam visões essencialistas acerca das identidades dos sujeitos, os quais não dialogavam com outras possibilidades identitárias não relacionadas a ação de participar de uma ocupação.

Assim sendo, o supracitado incômodo pode agora ser sumarizado da seguinte forma: observávamos que esses indivíduos teriam invariavelmente suas identidades reduzidas em função de seus atos. Ou suas construções identitárias estariam prioritariamente relacionadas aos conceitos de vandalismo, roubo, dentre outros; ou eles seriam vítimas de circunstâncias sociais e políticas alheias ao seu controle, mas ainda com possibilidades identitárias limitadas e orientadas pelo desvio. Suas vozes seriam rotineiramente ressoadas através de outros (mídia tradicional ou movimentos populares), mas raramente através de si mesmos. Cabe ressaltarmos ainda que a citada dicotomia identitária reducionista se mostra ainda mais profunda quando nos debruçamos sobre movimentos sociais constituídos prioritariamente por pessoas mais pobres, como o caso em escrutínio. Em oposição às citadas jornadas de junho de 2013, a disputa por significados neste caso não encontrava suporte sequer nas chamadas redes sociais modernas.

Apoiados nas palavras de Foucault (1979:71), que discorre sobre o papel do intelectual moderno como sendo não apenas uma espécie de mediador ou representante daqueles que não conseguiam ter suas vozes ouvidas, entendemos que nosso papel enquanto militantes/pesquisadores deveria ser o de facilitar os processos que possibilitem essas vozes a falarem por si mesmas. Nas palavras do autor:

> Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a “ideia” de que eles são

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

> agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento; na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência” (FOUCAULT, 1979, p. 71).

De volta à nossa narrativa sobre a entrevista com Pedro, embora neste momento inicial estivéssemos mais alinhados com a identidade de militantes políticos do que com uma identidade de intelectual no sentido de Foucault, notamos ao longo dessa interação que nossos objetivos não estavam sendo atingidos como esperávamos. Pensávamos que, ao entrevistar Pedro, estaríamos contribuindo para que sua voz questionasse os sistemas de poder que deslegitimam suas ações. Pedro, no entanto, nos surpreendeu com uma série de relatos e narrativas que pareciam dizer respeito a outros temas. Pareceu-me que Pedro evitava se aprofundar em alguns dos temas propostos pelos entrevistadores, ao passo que preferiu narrar com maior ênfase outros momentos de sua vida, que até então nos pareciam de menor relevância.

Posteriormente, com o meu avanço no campo dos estudos do discurso e da interação, em especial com o suporte teórico metodológico da visão socioconstrucionista do discurso (Moita Lopes, 2001; 2002; 2006; 2013), da sociolinguística interacional (Goffman, 1955; 1988) e da análise de narrativas (Linde, 1993; Bastos, 2005; Bruner, 1997), pude reinterpretar as ações de Pedro através de um novo olhar. Foi justamente através deste novo olhar, atento para as possibilidades de emergência, em interação, de outras identidades que situavam Pedro fora da dicotomia identitária supracitada, que surgiu a motivação para esta pesquisa. Esta dissertação trata, portanto, da tentativa de explicar a interação que tivemos com Pedro e outros de seus companheiros, todos ocupantes, entrevistados quando esta pesquisa já se delineava.

Como se verá, as esquivas e histórias de vida emergentes desses encontros são aqui interpretadas à luz da teoria do estigma (Goffman, 1988) e desvio (Becker, 1963) e da análise de narrativa (Linde, 1993; Bastos, 2005; dentre outros). Em linhas gerais, tanto o conceito de estigma como o de desvio questionam a relação entre o ato desviante e o caráter supostamente deteriorado de tais indivíduos, salientando a natureza negociada do rótulo. É justamente sobre esta tarefa que nos debruçamos neste estudo, ou seja, sobre a análise dos processos de negociação identitária que se manifestam em interação.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Quanto às noções de estigma e desvio supracitadas, podemos sumariamente[4] defini-las como o entendimento de que as ações consideradas desviantes não estariam diretamente relacionadas a um caráter menos meritoso ou deteriorado por parte dos sujeitos ou das ações em si mesmas, mas seriam, como já dito, fruto de negociações sociais e culturais. Ambas, portanto estão alinhadas a concepções antiessencialistas sobre identidades sociais.

Os encontros com os entrevistados, em perspectiva goffmaniana, podem ser definidos como encontros mistos, ou seja, encontros nos quais um dos participantes apresenta o rótulo do desvio potencialmente atrelado a sua identidade, ao passo em que o outro é considerado "normal". Nesse sentido, as esquivas dos entrevistados podem ser reinterpretadas como *técnicas de controle da informação* (Goffman, 1988), ou seja, ao estarem cientes a todo momento das expectativas culturais de normalidade, dentro das quais seus atos não se encaixariam, estes indivíduos lançam mão de uma série de recursos linguísticos e discursivos, na tentativa de se afastarem interacionalmente dos signos estigmatizantes. Como dito anteriormente, e seguindo a trajetória analítica presente em Biar (2012), esta investigação de debruça justamente na análise de tais técnicas de afastamento desses rótulos, atenta para a possibilidade de emergência de outras construções identitárias discursivamente localizadas.

Uma vez que concebemos a possibilidade de que o rótulo do desvio seja fruto de uma negociação cultural que culmina em um aprisionamento do indivíduo em uma única identidade negativa, bem como concebemos a possibilidade que de que esse rótulo seja desafiado em interações face a face, a presente investigação se volta para autores que advogam pelo caráter múltiplo, fragmentado e internacionalmente negociável de nossas identidades, tais como Butler (1990) e Moita Lopes (2006; 2013).

Precisávamos, pois, de um arcabouço analítico que nos permitisse reconhecer os supracitados processos de negociação identitária que emergem em interação. Com essa necessidade em mente, encontramos no trabalho de Goffman (1959) o olhar microssociológico acerca da negociação das identidades em interação. Considera-se também que as histórias que emergiram desses encontros funcionam como modos de desafiar o estigma do ocupante, uma vez que, em nossa visão socioconstrucionista do discurso, nossas histórias de vida

[4] Abordaremos mais detidamente tais conceitos nos capítulos 2 e 3, quando da explanação acerca do contexto estigmatizado do qual nossos entrevistados fazem parte, bem como dos conceitos relacionados à negociação cultural do desvio/estigma, respectivamente.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

não representam apenas um relato de eventos que ocorreram em uma determinada sequência. Em nossos entendimentos, ao nos engajarmos no ato de narrar, estamos construindo uma determinada realidade, os personagens que fazem parte desta, e, de suma importância para esta investigação, estamos construindo nossas próprias identidades (Bruner,1997; Bastos,2005).

Para explorar tais possibilidades, o trabalho analítico aqui apresentado se bifurcará em duas laminações, conforme proposta de Biar (2012). A primeira, de base interacional, assume a interação face a face cotidiana como locus privilegiado para a manifestação e negociação de nossas identidades, bem como a microssociologia de Goffman como aparato analítico que nos permite identificar e analisar determinadas pistas interacionais[5] (Gumperz, 1982) que emitimos e recebemos a todo momento. Utilizaremos dois dos principais conceitos do autor para esta laminação, a saber, o conceito de trabalho *de face* e o conceito de *enquadres interativos*[6].

Não obstante, utilizaremos uma segunda laminação de investigação, a qual se ocupará especificamente da análise das narrativas geradas pelos participantes. Argumentamos no sentido de que, ao se engajarem em narrativas de histórias de vida, nossos entrevistados encontraram um espaço discursivo mais propício para negociar outras identidades. Nesta laminação utilizaremos prioritariamente os conceitos de Linde (1993) no que tange à análise das estratégias utilizadas por nossos entrevistados para organizarem suas experiências. Em linhas gerais, a autora analisa como os narradores organizam suas histórias de vida orientados por sistemas de sequencialidade e causalidade culturalmente estabelecidos. Estes sistemas frequentemente não correspondem a uma ordem cronológica em que os fatos ocorreram, mas podem ser (re)negociados no curso de nossas interações. A autora argumenta que fatores como mudanças em nossas crenças e/ou alinhamentos pessoais, por exemplo, podem gerar alterações na forma como organizamos e contamos as mesmas histórias, de maneira que possamos renegociar constantemente quem somos através do discurso. Dentro desta perspectiva a narrativa passa ser concebida como uma forma de organizarmos nossa memória, bem como criarmos nossa realidade. (Bastos, 2005; Mishler,2002; Moita Lopes, 2001, dentre outros).

[5] Desdobraremos tal conceito no capítulo 4, quando da explanação do modelo analítico proposto por Goffman (1959).
[6] Idem.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Trata-se, em resumo, de uma pesquisa de base qualitativa, a qual se debruça sobre entrevistas de pesquisas realizadas com cinco manifestantes, visando responder as seguintes perguntas de pesquisa: *1) De que forma determinadas construções identitárias são negociadas com maior proeminência através do discurso de nossos entrevistados no curso de interações face a face? 2) Tais processos de negociação identitária estão, como na expectativa preliminar dos entrevistadores, alinhadas com a refuta dos atos considerados desviantes, ou, de acordo com as teorias acima expostas, há a preferência pelo afastamento discursivo de tais atos? 3) Como certos sentidos identitários são construídos, levando-se em conta os recursos linguísticos, paralinguísticos e discursivos dos quais nossos entrevistados lançam mão para negociar suas identidades?*

Para responder a essas perguntas, a dissertação será organizada em seis capítulos. Iniciamos pelo presente capítulo introdutório, no qual expusemos a problemática e motivação deste trabalho. Apresentamos aqui, de maneira sumária, as principais ideias e autores que embasam nossa pesquisa. O capítulo 2 terá como objetivo central situar nossos participantes no âmbito das ocupações urbanas, relacionando tais eventos com a deteriorização de suas identidades. Para este fim, iniciamos por uma contextualização sócio-política que retrata um momento histórico marcado pela emergência de uma série de movimentos populares que foram marginalizados pelos discursos midiáticos oficiais. Dentro deste contexto, todo o tipo de organização coletiva que entrava em conflito com os cânones da “ordem” seria enquadrado como desviante, como foi o caso do grupo sob análise. Em uma empreitada interdisciplinar, o capítulo se debruça mais detidamente sobre as principais causas do chamado déficit habitacional na cidade do Rio de janeiro, com o apoio de pesquisas na área de urbanismo (Saboya, 2008; Campos Filho, 2001), salientando o surgimento das chamadas ocupações urbanas enquanto estratégia de enfretamento político empregadas por indivíduos sem acesso à moradia. Concluiremos o capítulo voltando nosso olhar para alguns dos princípios éticos e morais que sustentam a lógica de tais ações, com base no olhar da bioética de Assumpção e Schramm (2013).

O capítulo 3 discorrerá sobre alguns pressupostos teóricos e metodológicos que norteiam de modo geral esta pesquisa. Revisaremos os conceitos supracitados de desvio e estigma, como concebidos por Becker e Goffman, respectivamente, destacando o caráter culturalmente negociado de tais configurações, e das identidades sociais. Abordaremos prioritariamente os

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

trabalhos de Velho (2000, 2003); Judith Butler (1990) e Moita Lopes (2002, 2003, 2006 e 2013). Destacaremos ainda as principais características da pesquisa qualitativa que norteiam nossa postura epistemológica, enfatizando autores que advogam pelo caráter político da pesquisa social (Denzin e Lincoln, 2006; Giroux 1997; Fabricio, 2006, dentre outros). Este capítulo culmina com a descrição do contexto específico no qual as entrevistas aconteceram, a relação entre o pesquisador e os participantes, a seleção dos dados apresentados na análise, procedimentos utilizados na transcrição e na análise.

O capítulo 4 está dedicado à primeira laminação de análise apresentada nesta introdução, ou seja, à sociolinguística interacional. Iniciaremos pela revisão da teoria que fundamenta tal abordagem, a saber, os conceitos de *self*, trabalho de face e enquadres interativos, assim como concebidos por Goffman. Seguimos então para a análise dos dados orientados por tais conceitos, discutindo suas implicações na negociação identitária dos participantes.

No capítulo 5, realizamos uma revisão dos estudos acerca da análise de narrativa, também com foco na construção identitária. Iniciaremos discorrendo sobre os estudos seminais de Labov (1972), prioritariamente no sentido de identificarmos e classificarmos os momentos nos quais os narradores realizam avaliações, ou inserem informações que não fazem parte do fluxo narrativo, com o objetivo de se construírem positivamente em interação. O capítulo se desdobra com a revisão dos conceitos de Linde (1993) no que tange à análise da narrativa como uma prática social que organiza a experiência de acordo com expectativas canônicas de coerência. Seguimos então para a análise dos dados a luz da teorização acima mencionada, culminando com a discussão do que foi observado nos dados com relação aos processos de negociação identitária dos participantes.

Por último, o capítulo 6 encerra esta dissertação com as considerações finais. Realizaremos um diálogo entre as conclusões sobre os processos de negociações identitárias dos indivíduos sob escrutínio identificadas nesta investigação, relacionando-as com a importância política da visão não essencialista do discurso e de nossas identidades nos mais diversos grupos sociais. Destacaremos prioritariamente a pesquisa mais recente de Moita Lopes (2013), na qual o autor reflete sobre o olhar não determinista de nossas sexualidades, raças, gêneros, dentre outros recortes. Esperamos com isto realizarmos um diálogo, ainda que preliminar e apontando para outras

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

possibilidades analíticas, entre o microcosmo das narrativas aqui analisadas e a problemática que o olhar determinista lança sobre outros arranjos no campo macrossocial.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

2.
A falta de moradia e a insurgência popular como ação discursivamente construída como desviante

O objetivo central deste capítulo é localizar os participantes desta investigação na condição de indivíduos que comumente tiveram a sua identidade deteriorada por se alinharem a ações construídas discursivamente como desviantes. Desta forma, dividiremos o mesmo em duas seções, a saber, a primeira seção contextualizará, de acordo com análise do próprio autor, os atos dos quais nossos participantes tomaram parte, ou seja, as ocupações de prédios e terrenos privados, tendo em vista o momento político social macro que o país atravessava. Com esta seção, visamos localizar os movimentos que realizavam tais ocupações dentro de um contexto político conflituoso, no qual outros movimentos sociais afloraram, especificando a relação causal entre eles, bem como os discursos criminalizantes que, de certa forma, abarcaram todos os movimentos sociais emergentes daquele momento.

A segunda seção abordará a questão da luta por moradia de maneira mais ampla, identificando as principais causas do chamado déficit habitacional na cidade do Rio de janeiro. Para esta seção iniciaremos um diálogo interdisciplinar, bastante preliminar, com áreas como a sociologia, a bioética, a política e o urbanismo, de forma a nos debruçarmos sobre entendimentos e princípios que permeiam a lógica que fomenta o ato de ocupar, sobretudo considerando o entendimento das próprias populações afetas pela falta de moradia.

Para alcançar estes objetivos partiremos de algumas considerações acerca das práticas urbanísticas que orientam a atuação de setores privados e governamentais, tais como a especulação imobiliária, salientando os aspectos negativos para a questão habitacional que tais processos acarretam para as populações mais pobres. Por último, nos aprofundaremos na definição de ocupação urbana, não apenas destacando seus aspectos práticos e materialmente visíveis, mas (com base em Assumpção e Schramm, 2013) traremos um entendimento dos princípios éticos e morais que, embora não encontrem respaldo legal, orientam as ações alavancadas pelas ocupações,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

tornando-as, em última análise, espaços de resistência urbana não apenas na luta contra a pobreza material, mas também de busca pela retomada de relações afetivas.

2.1.
O contexto marginalizado das ocupações

Nos últimos anos, o Brasil foi escolhido para ser palco de dois megaeventos esportivos, a saber, a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). Ambos acontecimentos vieram acompanhados de intensa propaganda governamental, no sentido de que investimentos estrangeiros, bem como as adequações necessárias em termos de infraestrutura, alavancadas por verbas públicas, beneficiariam intensamente o povo brasileiro. Os gastos que se faziam imperativos para a realização de eventos desta magnitude incluíam obras que não seriam prioritárias para o bem-estar social[7], tais como a construção e/ou reforma de estádios de futebol, dentre outras[8]. Todavia, tais dispêndios nos foram apresentados como investimentos que suscitariam retorno a curto e médio prazo para o bem-estar coletivo, uma vez que, segundo o discurso oficial, haveria ampla geração de empregos, melhoria imediata no sistema de mobilidade urbana das cidades-sede de jogos, além de reformas em portos e aeroportos, dentre outros investimentos.

Por outro lado, o país encontrava-se em um momento político bastante delicado, ainda sentindo os efeitos das chamadas “jornadas de junho” de 2013, que se caracterizam, resumidamente, pela organização de dezenas de grupos sociais, prioritariamente através de redes sociais, e presencialmente, na forma de manifestações populares, com o objetivo de questionar a representatividade

[7] Faz-se aqui referência ao conceito de “Estado do bem-estar social” ou “Estado Providência”, no qual, resumidamente, faz parte das atribuições primárias do Estado promover a proteção social de seus indivíduos. Nesta linha de pensamento, os investimentos econômicos do Estado deveriam girar em torno da manutenção da qualidade dos serviços públicos de base.

[8] Críticas do site de notícias BBC Brasil publicada alguns meses antes da realização dos jogos: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/01/140109_legado_copa_rm

O site agência Brasil afirma que o TCU calculou em 25,5 bilhões o investimento total do governo para a realização dos jogos: http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/tcu-contabiliza-r-255-bilhoes-de-gastos-com-copa-do-mundo

A Folha de São Paulo destaca que grande parte das obras prometidas não foram concluídas, especialmente nos setores de mobilidade urbana e infraestrutura das cidades sede: http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1638634-1-ano-apos-copa-35-obras-nao-estao-prontas.shtml

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

da classe política (cf. Araújo, 2015). Um cenário de contestação, organização e mobilização social, iniciado naquele ano, se intensificava cada vez mais, na medida em que impactos sociais negativos gerados pelos eventos acima mencionados começaram a se evidenciar. Cortes e reduções drásticas em programas sociais, aumentos nas tarifas de transportes públicos, precarização de serviços públicos de base, denúncias de corrupção em licitações, gastos de verbas públicas muito além das divulgadas inicialmente[9], remoções forçadas, e geralmente violentas, de moradores que residiam em áreas de interesse para os jogos, dentre outras medidas, são alguns exemplos que produziram um clima de incerteza em relação aos supostos benefícios da realização dos jogos.

Esta atmosfera de divisão política e questionamentos propiciou uma cadeia de protestos em várias cidades do país que teve seu estopim na luta contra o aumento nas tarifas de ônibus, seguida de diversos movimentos grevistas, protestos específicos contra a realização dos jogos, dentre outras manifestações populares. A cidade do Rio de Janeiro mostrou-se rapidamente um epicentro desta turbulência social, uma vez que certas particularidades desta região tornaram alguns efeitos colaterais dos jogos ainda mais intensos. Dentre tais particularidades podemos salientar o fato de aproximadamente 15% da população desta cidade residir em "assentamentos subnormais", nomenclatura oficial para as popularmente conhecidas comunidades carentes ou favelas. Estas populações, que já vinham sofrendo de longa data com a ineficiência e o descaso do poder público nos serviços de base, passaram a experimentar uma realidade ainda mais opressora com a implementação de políticas de segurança pública que intensificaram ainda mais os conflitos armados especificamente nestas áreas, a exemplo da instalação das chamadas UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), bem como políticas habitacionais destinadas às remoções forçadas, que são tópico desta investigação.

Este cenário turbulento, no qual a insatisfação de múltiplos setores da sociedade crescia, bem como a acima mencionada mobilização social de diversos grupos, propiciou o surgimento de ações coletivas de enfrentamento, tais como a greve dos professores da rede pública[10] e dos profissionais de

[9] A título de exemplo podemos citar as reformas no estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, as quais receberam ao menos oito termos aditivos desde seu contrato inicial: http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/12/10/contrato-de-reforma-do-maracana-tem-8o-aditivo-e-adequacao-para-copa-ja-custa-r-940-mi.htm

[10] http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=6375

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

limpeza pública no Rio de Janeiro[11], seguidas de movimentos que lutaram contra o despejo forçado de moradores que habitavam áreas de interesse para a realização dos jogos, tais como a comunidade conhecida como Metrô-Mangueira[12], localizada próxima ao estádio do Maracanã, e a comunidade indígena que habitava um imóvel ao lado do mesmo estádio[13]. Como consequência deste cenário contestatório e de mobilizações, uma das formas de enfrentamento adotada por alguns grupos, particularmente os atingidos pelas remoções forçadas, baseou-se na ocupação de terrenos e prédios sem uso social no momento da ocupação, como forma de chamar a atenção da população e da mídia para o drama que estavam enfrentando. Desta forma, não obstante os confrontos citados no campo físico, uma vez que frequentemente estas ocupações culminavam em confronto entre manifestantes e Estado por meio do uso da força policial, foi bastante aparente ainda a vasta disputa ideológica e simbólica, por meio do discurso, que tais eventos suscitaram.

Se, por um lado, tomando como exemplo a questão da greve dos professores da rede pública carioca, havia o(s) discurso(s) pró-manifestantes, evidenciando as causas da greve, bem como uma leitura mais profunda de toda a problemática conjuntura educacional pública desta cidade, por outro, ainda sob os efeitos de toda a turbulência política de 2013, havia uma série de discursos midiáticos que trabalhavam simbolicamente com o intuito de criminalizar e deslegitimar tais movimentos (cf. Sobrinho, 2015)[14]. Não obstante, esse mesmo discurso, o qual chamarei aqui de “discurso criminalizante”, fez parte de um

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

[11] http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/21/politica/1426969477_916839.html

[12] http://rioonwatch.org.br/?p=3051

[13]http://www.diarioliberdade.org/brasil/repressom-e-direitos-humanos/37067-a-remo%C3%A7%C3%A3o-da-aldeia-maracan%C3%A3-e-a-repress%C3%A3o-como-exemplo-de-um-projeto-de-cidade-e-pa%C3%ADs.html

[14] A autora dedicou-se à investigação das construções identitárias dos professores em greve na cidade de Rio de Janeiro, nos períodos de 2013 e 2014, através do discurso avaliativo em reportagens jornalísticas. Segundo seus resultados, a maior parte dessas construções possuem caráter negativo, tais como: agressivos, baderneiros, irresponsáveis (em relação aos alunos), intransigentes (em relação aos professores no tocante à negociação com a prefeitura), etc. Conforme argumentamos na introdução desta investigação, no período pós jornadas de junho (2013) diversos movimentos sociais tiveram suas identidades construídas de forma negativa por discursos midiáticos, como é o caso dos indivíduos em análise. Argumentaremos ainda, ao longo desta seção, acerca de uma das funções, de acordo com nossos entendimentos, da construção de identidades negativas em relação a esses movimentos, a saber, a justificativa do uso extensivo de violência física por parte do Estado contra esses grupos, como foi o caso dos indivíduos analisados pela autora, bem como os sob escrutínio nesta investigação. Sem nos afastarmos por demasiado de nosso recorte analítico, a redução simbólica do outro, prioritariamente através do discurso, em nossos entendimentos, é uma forma de violência sistematicamente aplicada contra grupos historicamente oprimidos. Ao se reduzir o vasto leque de possibilidades identitárias dos sujeitos, busca-se desumanizá-los, ao ponto em que o horror da violência física e simbólica seja mitigado. Os discursos machistas, racistas e homofóbicos, por exemplo, frequentemente seguem de mãos dadas com ações violentas contra esses grupos, ou tentativas discursivas de justificar as mesmas.

padrão repetido e estendido a praticamente toda forma de mobilização social neste período, incluindo os indivíduos sob escrutínio. Em outras palavras, aqueles que participavam das chamadas "ocupações urbanas" foram aprioristicamente definidos como "invasores" e, consequentemente, "criminosos", "baderneiros", "vândalos", ou simplesmente como indivíduos que buscavam unicamente usurpar a propriedade privada alheia ao invés de conquista-la através dos meios aceitáveis[15]. Outros discursos buscavam ainda relacionar tais ocupações com movimentos sociais mais organizados e com outros objetivos, mas igualmente estigmatizados, como é o caso por exemplo do MST (Movimento dos trabalhadores sem-terra)[16]. De acordo com Martins (1997:50 *apud* Firmiano, 2009), a origem da luta dos trabalhadores sem-terra remonta ao nosso passado escravista. Nas palavras do autor:

> Sem a possibilidade de ocupar áreas livres para a reprodução da existência, os grupos de libertos e trabalhadores livres viam-se obrigados a trabalhar em fazendas de terceiros. Criou-se, portanto, um direito à propriedade (a lei de Terras de 1850) que, ao mesmo tempo foi um obstáculo para o livre acesso à terra pelos grupos pobres e ex-escravos.

Cabe neste ponto, a título de contextualização, evidenciarmos que os movimentos sob escrutínio não possuem qualquer vínculo político partidário, ou sequer uma nomenclatura que os vincule ideologicamente, em oposição ao MST, como fica evidente nos dados que serão aqui apresentados. Tais discursos criminalizantes, em nossos entendimentos, contribuem drasticamente para o aprisionamento identitário desses sujeitos em construções fixas, simplistas e extremamente negativas. Segundo Ehrlich (1998 apud Cameron, 2001:91) grupos dominantes (como o caso da mídia tradicional) possuem o poder de constituírem, de forma amplamente desproporcional, a teia de discursos e representações simbólicas que fomentam nossos valores, crenças, etc[17].

[15] No decorrer deste capítulo discutiremos os aspectos políticos, morais e até mesmo psicológicos que, no entendimento dos ocupantes, sustentam o argumento de que ocupar vai além do aspecto habitacional do imóvel.

[16] Firmiano (2008) aborda a questão da origem do movimento dos trabalhadores sem-terra em algumas regiões de São Paulo, de forma que podemos observar a notória diferença entre as causas, demandas e o contexto histórico-cultural entre este movimento e a luta por moradia em análise nesta investigação.

http://books.scielo.org/id/49yt7/02

[17] Voltaremos a abordar tal questão no capítulo seguinte, quando nos debruçarmos especificamente sobre questões acerca das relações de poder envolvidas nos processos de rotulação do ato desviante.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Uma vez que situamos nossos participantes como indivíduos estigmatizados por rótulos identitários aplicados em função de ações discursivamente construídas como desviantes (Becker,1963)[18], cabe agora nos debruçarmos sobre o binarismo que fomenta o debate acerca do conceito de desvio em nossa sociedade. Aplicados a diferentes contextos e em graus diversos, discursos punitivistas sobre manifestantes são reveladores ao evidenciarem a cultura condenatória que permeia o juízo de parte da sociedade no que tange ao desvio das normas[19]. Desde a complacência com a violência física sofrida por manifestantes (Araújo 2015; Sobrinho, 2015), por exemplo, chegando nos casos mais extremos a justificar o assassinato de indivíduos que praticaram determinados tipos de crimes, discursos punitivistas possuem a serventia política de reduzir o desviante a uma condição de "não humano", a uma outra espécie de ser, tal qual "o bandido", o "vândalo", o "vagabundo", o "invasor da propriedade privada alheia",etc. Tais indivíduos não gozariam dos mesmos direitos que os outros cidadãos. Desta forma, seria justificável, para esta linha de pensamento, qualquer ação violenta e/ou letal empregada contra estes.

Este citado embate ideológico entre a legitimação das pautas dos manifestantes, bem como de suas ações nas ruas, em oposição à criminalização dos mesmos, persistiu em diversos eventos políticos e sociais nos últimos dois anos, fomentando a teia de discursos disponíveis quando a temática das manifestações populares vinha à tona. Por um lado, a tese acima mencionada, a qual retira a possibilidade de pluralidade identitária, e a própria humanidade dos indivíduos considerados desviantes, é ancorada no conceito de que o desvio seria inerente ao indivíduo ou à ação desviante, ou seja, seria uma espécie de falha de caráter individual, ou qualidade intrinsecamente reprovável da ação praticada, respectivamente. Uma vez que o desvio, ou a propensão para o mesmo, se encontraria no indivíduo e em suas ações, sanções individuais, como o encarceramento ou a exposição à violência física, teriam o poder de reformar o caráter desviante.

[18] O conceito de desvio como formulado pelo autor entra em oposição direta às teses reducionistas que buscam rotular e diferenciar indivíduos entre "bons" e maus", de forma que os integrantes do último grupo apresentariam alguma falha de caráter que os afastaria dos ditos normais. Contrariamente, o autor advoga que o desvio é culturalmente negociado, destacando ainda as relações de poder presentes nestas formulações. Aprofundaremos a explanação de tais conceitos no capítulo seguinte.

[19] A título de exemplo podemos citar a sentença "bandido bom é bandido morto", ainda usualmente empregada no senso comum.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

O conceito que entra em oposição direta a essa linha de pensamento, no caso em escrutínio, diz respeito às condições materiais; ao ambiente afetivo; ao contexto cultural, à falta de oportunidades e privações nos mais diversos campos, ou seja, leva em consideração o papel que a exclusão social pode exercer na suposta escolha do indivíduo que comete um ato desviante. Conforme argumentamos brevemente na introdução deste, ainda que nossos alinhamentos pessoais enquanto militantes políticos nos apontassem na direção desta segunda concepção, entendemos que, mesmo uma leitura dos eventos orientada para a desconstrução de discursos criminalizantes poderia incorrer no erro de não conceber outras possibilidades identitárias não vinculadas aos atos desviantes e seriam, portanto, igualmente essencialistas.

Essa crítica às visões essencialistas, ou seja, que determinam uma identidade a priori do sujeito, encontram suporte em Velho (1974,1981), que classifica ambas como inertes e limitadas da vida social. Adicionalmente, não são poucos os autores que advogam pelo caráter fluido, fragmentado, plural, performativo e interacionalmente negociado de nossas identidades. Prosseguiremos a exposição acerca dos principais conceitos que refutam visões estatizantes e determinísticas do desvio no capítulo seguinte.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

2.2.
Ocupações urbanas – alguns entendimentos

No decorrer da presente seção destacaremos alguns entendimentos acerca da lógica que permeia as ocupações urbanas na cidade do Rio de Janeiro. Essas informações estão em diálogo com o objetivo central do capítulo, a saber, localizar os participantes destes eventos como indivíduos cujas ações, repetidamente, não encontram respaldo institucional e, consequentemente, possuem suas identidades deterioradas em funções das atividades com as quais estão alinhados. Destacaremos, portanto, a definição de ocupação na visão dos indivíduos que as compõem, as principais populações que formam estes grupos, suas origens mais comuns, seus modelos organizacionais e seus princípios de atuação[20]. Abordaremos ainda o conflito no campo discursivo e ético acerca da propriedade privada de um lado, e o direito de ocupar do outro.

[20] Cabe salientar que a nomenclatura utilizada para nos referimos aos princípios que norteiam as ocupações são fruto de uma leitura ética, com base na investigação de Assumpção e Schramm (2013), sobre o tema. Essa nomenclatura não aparece na fala dos ocupantes.

2.2.1.
Afinal, o que é uma ocupação urbana?

Antes de qualquer definição mais específica acerca de seus modelos de atuação, cabe localizar as ocupações urbanas dentro de uma forma mais ampla de movimento político-social. Em linhas gerais, um movimento social visa à alteração do *status quo* através da organização de pessoas com um objetivo em comum. Parte-se do princípio de que o poder público não está sendo suficiente para sanar a situação negativa contra a qual os integrantes do movimento social se colocam. Há vários métodos que podem ser empregados por esses movimentos, desde petições recolhendo assinaturas de simpatizantes à uma determinada causa, passando por protestos, manifestações, demonstrações artísticas, palestras, greves, etc. Acerca dos movimentos sociais que atuam através da presença física de seus corpos, ou seja, manifestações populares e as ocupações como as aqui analisadas, Hardt e Negri (2005 apud Araújo, 2015:18) entendem que o conceito de multidão está intrinsicamente relacionado a um projeto político, que se sobrepõe às possíveis diferenças entre os sujeitos. Nas palavras dos autores:

> Em outras palavras, não seria o caso de perguntar 'Que é a multidão?', mas 'Que pode vir a ser a multidão? ' Um projeto político deve fundamentar-se claramente numa análise empírica que demostre as condições comuns daqueles que podem torna-se multidão. Condições comuns naturalmente não significam uniformidade ou unidade, mas, de fato, exigem que a multidão não seja dividida por diferenças de natureza ou espécie. Significam, em outras palavras, que os inúmeros e específicos tipos de trabalho, formas de vida e localização geográfica, que sempre haverão necessariamente de permanecer, não impedem a comunicação e a colaboração num projeto político comum. (HARDT & NEGRI, 2005:146 apud ARAÚJO, 2015:18-19)

No caso específico das ocupações urbanas, entende-se como método de atuação a entrada por parte da população atingida pelo déficit habitacional[21] em terreno ou prédio abandonado pelo poder público ou pela iniciativa privada, transformando-o em lugar habitável. Costumeiramente, há a interferência do grupo no sentido de realizar ações necessárias para o "funcionamento" mínimo do imóvel, de forma que o mesmo possa servir de abrigo para uma população mista, a qual pode incluir idosos e crianças. As decisões referentes a esses processos são tomadas dentro do princípio de autogestão implementada pelo grupo, uma vez que a própria ocupação em si se constitui pelo afastamento da

[21] Este conceito será detidamente abordado no decorrer desta seção.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

representatividade formal que os não-ocupantes geralmente buscam no Estado (princípio da ação direta). Guimarães (2009) aborda detidamente a questão das origens do termo “ação direta”. Para fins introdutórios cabe destacarmos que, na definição do autor, o termo remete a uma linha de ação política considerada revolucionária, por se afastar dos ideários burgueses do liberalismo. Porém, esta forma de conduta política destaca-se ainda do socialismo marxista, pois busca a auto representatividade, em oposição a representatividade partidária.[22]

Em artigo de pesquisa intitulado “Bioética e habitação: leitura ética sobre as ocupações urbanas no centro do Rio de Janeiro”, Assumpção e Schramm (2013:97) sintetizam a organização horizontal[23] das ocupações analisadas pelos autores da seguinte maneira:

> Essas ocupações apresentam uma forma organizacional que se destaca perante os distintos movimentos sociais urbanos devido a sua horizontalidade: ausência de relações de tipo hierárquico. As decisões são tomadas em assembleias, nas quais os moradores presentes atuam por meio de votos ou consenso. A estrutura, manutenção e segurança são de responsabilidade de comissões formadas pelos próprios habitantes. A cozinha comunitária é uma realidade no início dos projetos de ocupação, como no caso da Ocupação Machado de Assis, e pode se tornar um espaço permanente, como na Ocupação Flor do Asfalto. Esta última mantinha uma biblioteca com acervo de mais de 500 livros, além de horta e aulas de capoeira.

Outra característica peculiar às ocupações urbanas diz respeito ao caráter constitutivo das mesmas. Ao contrário de outros movimentos sociais que geralmente podem incluir simpatizantes às suas pautas em seu quadro constitutivo, as ocupações são formadas exclusivamente por aqueles afetados pela questão do déficit habitacional no Rio de Janeiro. Justamente pelo objetivo de transformar a área ocupada em moradia a longo prazo (ou até mesmo permanentemente), não é comum a permanência de indivíduos não afetados pela situação de vida em questão[24].

Ao longo de nossa atuação como militantes políticos concomitantemente a esta investigação, identificamos que as pessoas que constituem uma

[22] O conceito de ação direta será abordado com mais precisão na subseção 2.2.3, quando abordarmos especificamente a relação entre tal conceito e as ocupações aqui analisadas.

[23] Livre de hierarquias ou líderes.

[24] Durante o tempo em que esta investigação se debruçou na questão das ocupações urbanas, bem como em minha atuação como militante, não encontramos indivíduos não afetados pelo déficit habitacional residindo em ocupações. Ao passo que uma manifestação ou ato político de caráter localizado, como por exemplo, um protesto contra a homofobia, pode contar com a participação de indivíduos de diversas orientações sexuais, o caráter permanente das ocupações não permite tal arranjo. O apoio de simpatizantes e militantes, como o que os pesquisadores desenvolveram juntamente à pesquisa (ver introdução e capítulo 3) constitui-se por visitas esporádicas aos locais das ocupações.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

ocupação sofrem de formas variadas com a impossibilidade de permanecerem em suas residências de origem. Essa população pode ser constituída por moradores de rua, trabalhadores de baixa renda (vendedores ambulantes, camelôs, engraxates, guardadores de automóveis, dentre outros exemplos), os quais muitas vezes não podem pagar diariamente as passagens que o desconectado sistema de mobilidade urbana do Rio de janeiro demanda para retornar para casa todos os dias, de forma que uma parte considerável desta população busque abrigo junto a população em situação de rua[25], pessoas que não têm mais condições de pagar o aluguel, mesmo nas áreas mais periféricas da cidade devido a especulação imobiliária em função dos já referidos megaeventos esportivos, vítimas das remoções forçadas pelo mesmo motivo, dentre outros fatores. A título de ilustração da situação de pobreza extrema desses indivíduos citaremos abaixo alguns trechos retirados das entrevistas que serão analisadas nos capítulos subsequentes:

Pedro
"...eu desempregado... Vivendo de biscate, entendeu? com esses filhos.
com a minha família toda Eu tive que fazer o quê? Eu eu saí para andar e
ver se eu conseguia algo mais barato.."
"É isso aí, que minha família tá correndo o risco de ficar na rua"

Valeria
"...Não tinha condições de pagar esse valor de... é... de viver, né?"
"E também, né? Ajudar na criação de uma neta que eu tenho"

[25] Esta realidade é especialmente problemática em relação aos trabalhadores que atuam no Centro da cidade, onde as atividades de baixa renda citadas são mais comuns. Soma-se a isso o fato de que a cidade do Rio de janeiro conta com uma rede de transporte público administrado por empresas diversas que não dialogam entre si em termos de conexão e mobilidade urbana. Um indivíduo que trabalha no Centro e precisa se deslocar até regiões mais periféricas, por exemplo, geralmente terá que usar de mais de um meio de transporte, tornando os custos de sua jornada diária incompatíveis com seus ganhos. Em matéria publicada em 2012, ou seja, antes de muitos aumentos que se sucederam, o jornal O Globo investigou a questão acima: http://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2010/o-preco-da-volta-para-casa-pais-tem-37-milhoes-de-pessoas-que-nao-tem-dinheiro-para-pagar-passagem-regularmente-4990432. Acesso em 15/10/2015.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

“De um filho meu que... faleceu muito jovem ainda”
“E eu fiquei sem essas condições de de pagar o aluguel”
“...ocupando aqui ora dormindo na rua ora ocupando outro lugar”
“...e com outras pessoas é mais fácil, né? De você ficar até dormindo na rua.

Adriene
“.... Então a gente barrancou tudo aquela terra toda lá de cima desceu
tudo lá para baixo
então o (incompreensível) tomou boa parte da minha casa
e a parte de trás dela já não tem mais parede.
Tá muito perigoso eu ficar com três crianças lá
Então a gente fomos pro....A gente programamos com as pessoas fomo
pro Eike batista”

Através desses excertos reforçamos a nossa posição de que os indivíduos analisados, em oposição aos supracitados discursos midiáticos criminalizantes, de fato encontravam-se em uma situação de vulnerabilidade social no momento em que esta investigação tomou forma. Desta forma, nos debruçaremos nas seções que seguem sobre as principais questões que contribuem para tal situação, bem como sobre alguns princípios que, embora nem sempre encontrem respaldo constitucional, regem a lógica que permeia o “direito” de ocupar (Assumpção e Schramm, 2013).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

2.2.2.
Déficit habitacional, especulação imobiliária e a ineficiência dos programas habitacionais do Estado

Em sua definição mais objetiva, o termo déficit habitacional representa o número de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade habitacional[26]. Segundo dados recentes levantados pelo Ministério das Cidades, há no Brasil aproximadamente 6.307.000 imóveis em situação de habitação, ao passo que o número de pessoas desabrigadas ou em condições de habitação precária corresponde aproximadamente a 5.546.000[27]. O primeiro ponto que se destaca neste cenário é o fato de que quando buscamos entender a precariedade de recursos básicos à condição de vida humana (alimentação, direito ao lazer, saneamento básico, etc.) em alguns casos podemos conceber a escassez ou a dificuldade de produção de um determinado bem ou serviço em uma determinada área. Este, porém, não é o caso quando nos debruçamos sobre a questão do déficit habitacional brasileiro. Em uma leitura superficial, percebermos que há mais imóveis disponíveis para a habitação do que indivíduos em situação de vulnerabilidade habitacional. Ainda que o direito à moradia seja considerado um dos direitos humanos mais básicos[28], este princípio entre em choque com o direito à propriedade privada, no qual o direito à exploração comercial do imóvel pelo proprietário se sobrepõe às necessidades habitacionais coletivas.

Outra questão que agrava drasticamente este cenário é a prática da chamada especulação imobiliária. Esta atividade assume diversas formas no senso comum, de maneira que suas consequências para o déficit habitacional sejam frequentemente mitigadas. Portanto, neste ponto faz-se necessário a explanação de alguns conceitos básicos relativos a esta prática.

Costuma-se associar, no discurso cotidiano, a especulação imobiliária com a alta dos preços dos imóveis em uma determinada localidade, ou com o

[26] Esse conceito abrange ainda pessoas em situação de habitação precária, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados.

[27] Fonte: Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Déficit habitacional no Brasil 2008. Brasília: Ministério das Cidades; 2011

[28] O direito à moradia digna é garantido pela Constituição de 1988, em seu artigo 6º. É ainda um direito fundamental desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tornando-se um direito humano universal, aceito e aplicável em todas as partes do mundo como um dos direitos fundamentais para a vida das pessoas. Dentre diversos artigos publicados no meio jurídico sobre o tema, destacamos o trabalho da Dra. Fabiana Rodrigues Gonçalves, a qual se debruça especificamente sobre a explanação das alterações históricas que tal direito sofreu até se materializar nas leis atuais: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12892&revista_caderno=9

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

poder econômico que alguns proprietários e/ou empreiteiras teriam de exercer influência política na urbanização das cidades, de forma a receberem permissão para a construção de imóveis em áreas de proteção ambiental ou com o gabarito acima do permitido. Embora tais conceitos não estejam completamente equivocados a leitura apresentada por estes desnuda apenas uma parte da questão. Nas palavras de Campos Filho (2001, p: 48) a definição de especulação imobiliária, em linhas gerais, ocorre nos seguintes termos:

> […] uma forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infraestrutura e serviços urbanos […].
>
> A especulação imobiliária, portanto, caracteriza-se pela distribuição **coletiva** dos custos de melhoria das localizações, ao mesmo tempo em que há uma apropriação **privada** dos lucros provenientes dessas melhorias.

Tornando esta definição mais clara, um terreno ou imóvel pode adquirir um valor de mercado muito superior ao original quando melhorias em termos de infraestrutura (rede de esgoto, pavimentação de ruas, iluminação pública, acesso facilitado pela construção de novas ruas ou avenidas) são impetradas, prioritariamente, através de verbas públicas, no entorno deste. A questão problemática desta prática aparentemente inofensiva reside no fato de que tal fenômeno, que inicialmente ocorria de forma não intencional, passou a ser uma prática institucionalizada como forma de gerar lucro. Em outras palavras, terrenos ou imóveis são adquiridos em áreas de menor infraestrutura especificamente com o objetivo deliberado de aguardar a valorização – realizada por terceiros - do mesmo. Esses terrenos são denominados de “terrenos de engorda”, ficam vazios, à espera de que o desenvolvimento da cidade se encarregue de valorizá-los, sem que nenhum investimento tenha sido feito pelo proprietário (a exceção do IPTU, que, no entanto, corresponde a um valor insignificante comparado à valorização da terra). Todo o investimento foi feito pelo poder público, principalmente no caso da infraestrutura, e por outros proprietários privados. (Campos filho, 2001 apud Saboya 2008*)*

Podemos de imediato perceber as consequências negativas que tais práticas produzem na questão habitacional. Uma vez que a valorização desejada pelos especuladores pode ocorrer a longo prazo (normalmente um imóvel ocupado pelos grupos em análise encontrava-se inativo há pelo menos uma década ou mais), há uma vasta parcela da cidade que se encontra, por assim

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

dizer, reservada aos interesses especulativos, não servindo de habitação ou cumprindo qualquer outra função social.

Essa prática insere-se como uma das formas através das quais a lógica da *gentrificação*[29] (Glass, 1963) urbana opera, ou seja, as populações de renda mais baixa são impedidas de adquirir estes imóveis ou terrenos quando o preço seria mais acessível as mesmas. No momento em que estes espaços são finalmente destinados à habitação a valorização citada alavanca o aumento dos preços dos alugueis, fazendo, desta forma, com que a ocupação urbana seja feita apenas por aqueles que podem pagar os preços valorizados, excluindo as populações mais pobres do direito à cidade. Outras consequências negativas oriundas desta prática se manifestam em questões relativas à mobilidade urbana e sobrecarga populacional em áreas infraestrutura não condizente. Nas palavras de Saboya (2008):

> Apesar de gerar lucro para alguns **poucos investidores**, a prática da especulação imobiliária é extremamente prejudicial para as cidades. Por causa dela, os tecidos urbanos tendem a ficar excessivamente rarefeitos em alguns locais e densificados em outros, gerando custos financeiros e sociais. A infraestrutura, por exemplo, é sobrecarregada em algumas áreas e subutilizada em outras, tornando-se, em ambos os casos, mais cara em relação ao número de pessoas atendidas. **As dificuldades de deslocamento da população de mais baixa renda, especialmente nas grandes cidades, também é, em grande parte, decorrente dessa lógica especulativa, que aumenta as distâncias entre habitação e empregos.** (grifos meus)

Em uma cidade como o Rio de Janeiro, na qual esta investigação se concentrou, questões relativas à mobilidade urbana estão intrinsecamente relacionadas com a questão habitacional e com a manutenção da pobreza de uma forma mais ampla. Como já argumentado anteriormente neste capítulo, a conexão entre os meios de transporte públicos desta cidade se encontra em situação bastante controversa. Diversas empresas particulares administram separadamente um sistema de transportes que não dialoga entre si. Para se deslocar de áreas mais periféricas para o Centro da cidade a população de mais baixa renda precisa incorrer em um gasto incompatível com sua renda. Perda de

[29] Esse termo possui diversas acepções, porém, podemos em linhas gerais defini-lo como uma série de processos que objetivam afastar as populações mais pobres de determinadas áreas, substituindo-as por outras consideradas culturalmente e socialmente mais adequadas. Tais processos podem ocorrer pela força (remoções forçadas, desapropriações, "recolhimento" compulsório de populações em situação de rua, etc.) ou podem ser resultado de um processo gradual no qual a revitalização urbana de uma área torna a moradia inacessível para os moradores originais.

O termo é derivado de um neologismo cunhado pela socióloga britânica Ruth Glass em 1963, em artigo no qual a autora discorria sobre as mudanças urbanas em Londres (Inglaterra). Glass se referia ao "aburguesamento" do centro da cidade, utilizando o termo irônico "*gentry*", que pode ser traduzido como "bem-nascido", como consequência da ocupação de bairros operários pela classe média e alta londrina.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

ofertas de emprego nos bairros mais distantes, impossibilidade de conciliar o trabalho com outras atividades educativas (as quais poderiam gerar desenvolvimento pessoal e financeiro), ou até, em casos mais extremos, a necessidade de buscar abrigo junto às pessoas em situação de rua, são apenas algumas das consequências sofridas pelas populações de mais baixa renda quando correlacionamos a prática da especulação imobiliária com as questão já preexistentes em nosso sistema de transportes públicos.

Outra questão que vem contribuindo para o crescimento das ocupações urbanas reside no fato de o poder público se mostrar ineficiente no trato das demandas acima mencionadas (Saboya, 2008)[30]. Segundo o urbanista, dois dos principais programas governamentais no sentido de combater a especulação imobiliária e o déficit habitacional residem, respectivamente, no aumento progressivo do IPTU para proprietários que não cumpram a função social de seus imóveis, e o programa popularmente intitulado de “minha casa, minha vida” idealizado pelo governo federal. Discutiremos abaixo algumas das principais limitações de ambos os programas.

Tendo em vista a crescente valorização que alguns terrenos adquirem ao longo dos anos, em muitos casos, o aumento progressivo do IPTU corresponde a uma espécie de investimento que estes especuladores estão dispostos a realizar. O aumento dos impostos sobre imóveis e terrenos inativos torna-se, desta forma, apenas uma fonte de arrecadação para os governos, não sendo de fato uma medida com poder de coibir essa prática. Outra questão levantada por movimentos sociais reside no fato de que não há nenhuma obrigatoriedade legal no sentido de garantir que tais verbas sejam revertidas para a construção de habitações populares, de forma que o prejuízo habitacional causado pela especulação pudesse ser, pelo menos em parte, compensado. Há ainda uma questão referente à dificuldade de implementação de tais medidas devido à aspectos culturais da relação do brasileiro com o mercado imobiliário. Nas palavras de Saboya (2008):

> Entretanto, a aplicação de tais instrumentos nem sempre são implementadas, mesmo com a nova leva de planos diretores participativos, principalmente por causa de hábitos e crenças há muito tempo arraigados na cultura do brasileiro. Como explicar a alguém que sempre viu seus pais e avós segurando a venda de terras para esperar os melhores preços que agora ele não poderá mais fazer isso, sob pena de pagar mais impostos?

[30] Disponível em: http://urbanidades.arq.br/2008/09/o-que-e-especulacao-imobiliaria/ (Acesso em 20/12/2015)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

O programa “Minha casa, minha vida ”, implementado pela cidade do Rio de janeiro em 2009 em parceria com o governo federal com o objetivo de combater o drama do crescente déficit habitacional também enfrenta sérias limitações. Em artigo supracitado acerca dos entendimentos éticos e morais das ocupações urbanas Assumpção e Schramm (2013:98) destacam que os parâmetros que relacionam as populações em situação de baixa renda, e consequente de maior vulnerabilidade habitacional, com a distribuição de moradias populares não atende às necessidades dos grupos mais vulneráveis. Ao fazer o cruzamento de dados estatísticos entre a renda dos afetados pelo déficit habitacional com a proporção de moradias destinadas, os autores argumentam que uma proporção maior de moradias é destinada a um percentual de menos de cinco por cento de indivíduos que possuem renda acima de cinco salários mínimos, ao passo que indivíduos em situação de pobreza extrema são proporcionalmente menos comtemplados. Segundo os dados expostos pelos autores:

> *“No caso aqui discutido há o favorecimento de interesses pela manutenção de imóveis vazios destinados à especulação imobiliária ou **aquisição por grupos majoritários, aqueles adequados à norma de vida urbana vigente**”. (Grifos meus)*

> *“Pode-se comparar os dados do déficit da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro aos dados do programa Minha Casa, Minha Vida 2 na cidade do Rio de Janeiro, expostos pela Secretaria Municipal de Habitação. Ao se analisar a distribuição do déficit habitacional por faixas de renda média familiar mensal tem-se concentrados **87,8% na faixa até 3 salários**; **7,5% de 3 a 5 salário se 4,7% acima de 5 salários**. O programa Minha Casa, Minha Vida 2 nesta cidade possui 43 mil unidades habitacionais – destas, **23 mil (53%)são destinadas à faixa de até 3 salários mínimos**; **9 mil (21%) à faixa entre 3 e 6 salários, e 11 mil (26%)à faixa acima de 6 salários**. ” (Grifos meus)*[31]

Ao nos debruçarmos sobre os dados acima percebemos que a quase totalidade dos indivíduos que sofrem com o déficit habitacional, aproximadamente 90 por cento, estão próximos dos índices de pobreza extrema, porém, este grupo é contemplado com um percentual que equivale a aproximadamente metade das habitações do programa. Na outra extremidade, ou seja, no grupo com renda familiar acima de 5 salários mínimos, o qual corresponde apenas a 4,7 por cento dos afetados, é contemplado um percentual proporcionalmente maior (26%) das moradias. Entendemos que quando os

[31] Cabe destacarmos aqui que os dados apresentados acima correspondem ao ano de 2012, conforme informações levantadas pelos autores. Destacamos, porém, que em acesso recente (2016) ao portal da secretaria municipal de habitação do Rio de janeiro notamos que as porcentagens acima apresentadas mantem as mesmas proporções.

http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/exibeconteudo?id=2816129 (Acesso em 16/02/2016)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

autores se referem ao “favorecimento de grupos que melhor se adequem à norma da vida urbana vigente”, a questão da gentrificação entra novamente em cena. Ao priorizar indivíduos em situação menos emergencial em detrimento de outros que se encontram abaixo da linha de pobreza, até mesmo um programa de cunho habitacional contribui para a não permanência das populações mais pobres nas grandes cidades.

A esse respeito, grupos atuantes na área dos direitos humanos, especialmente os que se debruçam sobre as questões habitacionais, bem como os próprios contemplados nos programas acima mencionados denunciam não apenas as questões supracitadas, mas também revelam outras falhas. Segundo esses grupos, a maioria dos conjuntos habitacionais distribuídos pela “Minha casa, minha vida” encontram-se em áreas geralmente muito afastadas dos centros urbanos, alavancando as já mencionas questões referentes à mobilidade, bem como dificuldades para a manutenção de empregos e de outros tipos de vínculos pessoais.

Esses grupos acusam o programa de tentar deslocar as populações mais pobres para áreas extremamente afastadas dos centros urbanos, com pouca oferta de emprego e infraestrutura precária (Pagani e Alves, 2015)[32]. Outro tópico recorrente na fala desses grupos se refere ao fato da falta de transparência e do tempo de espera que as pessoas que se encontram cadastradas no programa enfrentam. Não há como garantir a lisura de tais programas, e tampouco há informações claras acerca do tempo de espera para cada cadastrado. Há ainda relatos de conjuntos habitacionais que, justamente por estarem afastados do poder público e dos centros urbanos, sofrem a influência de milícias ou até mesmo de facções criminosas, as quais, segundo

[32] Em artigo publicado acerca dos impactos socioeconômicos do programa “minha casa, minha vida” os autores destacam que o programa destina as regiões mais periféricas para a moradia dos mais pobres, na cidade de São luís do Maranhão. Tal opinião é ratificada pelo arquiteto e especialista em habitação social Héctor Vigliecca, e pelo site de notícias “*Rio on watch*”, o qual traz a narrativa de pessoas que foram reassentadas em locais de difícil acesso pelo programa na cidade no Rio de janeiro.

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo11/impactos-socioeconomicos-do-programa-minha-casa-minha-vida.pdf (Acesso em 20/02/16)

http://rioonwatch.org.br/?p=11696

http://www.cartacapital.com.br/sociedade/minha-casa-minha-vida-gera-exclusao-diz-arquiteto-7104.html

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

relatos dos comtemplados, estariam cobrando uma espécie de aluguel dos moradores. [33]

Mediante ao exposto, o ato de ocupar baseia-se em colocar-se, no sentido mais literal, através do uso de seus corpos, como uma ferramenta na luta contra a invisibilização da pobreza. Ao se recusarem a ter sua existência confinada às áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos, os ocupantes reafirmam o seu entendimento do direito à cidade. Compreende-se, no entendimento dos ocupantes e do pesquisador, como direito à moradia e direito à cidade (Lefebvre, 1968)[34] não apenas o ato de habitar um determinado local geográfico com condições mínimas de sobrevivência, mas sim como a soma de uma vasta gama de relações pessoais, afetivas e de acesso ao lazer e a cultura.

Deste ponto de vista, entende-se, ao menos em parte, a escolha pela ocupação de imóveis ou terrenos que se encontram nas áreas mais centrais da cidade como uma forma de resistência política. Objetiva-se chamar a atenção da sociedade acerca da urgência da luta contra sistemas que causam a pobreza, contrariamente à luta contra os indivíduos pobres impetrada em muitos centros urbanos nas sociedades de consumo. Sobre esta questão destacamos abaixo outro trecho presente na análise de dados desta investigação, o qual evidencia uma situação de violência extrema empregada pelo Estado contra as populações mais pobres que participavam de uma ocupação. Neste excerto Pedro discorre sobre o momento em que a polícia militar do Estado do Rio de Janeiro realiza a reintegração de posse de um prédio ocupado de forma violenta. Este caso em particular se tornou notório no âmbito de movimentos sociais e do direito da mulher, uma vez que a companheira de Pedro estava grávida, e deu à luz em meio ao confronto supracitado:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

[33] A título de ilustração apresentaremos um exemplo do problema citado, embora situações similares façam parte do cotidiano desses moradores: http://extra.globo.com/casos-de-policia/trafico-expulsou-moradora-de-condominio-do-minha-casa-apos-operacao-da-policia-18501451.html#pq=PFy5fo

[34] O termo direito à cidade, como compreendido nesta investigação, foi utilizado originalmente pelo sociólogo francês Henri Lefebvre, em 1968. Resumidamente, seus conceitos dizem respeito à luta contra a exclusão de populações mais pobres dos grandes centros urbanos, fazendo referência à processos "gentrificantes" diversos. Adicionalmente, o direito à cidade não se limita à acessibilidade habitacional e ofertas de emprego, mas pressupõe o poder da classe trabalhadora no sentido de tomar decisões e interferir democraticamente nos espaços urbanos. Mais informações acerca das origens do termo, bem como sua ressignificação por movimentos sociais modernos podem ser encontrados no artigo abaixo: http://rioonwatch.org.br/?p=7921

Pedro	Então, chegou muito policial no portão.. Falando que ia entrar que ...
	ia atirar, é pegando no portão, então ela entrou no banheiro nervosa. Chegou a
Kátia	Os policiais chegaram a agredir ela fisicamente?
Pedro	Não, foi o psicológico... Verbalmente, entendeu?
	Então, ela saiu e ficou nervosa e foi pro banheiro e...
	naquela de fazer as necessidades dela comum ... quando ela viu, daqui a pouco
	pegou, gritou, chamando a Andréia, irmã dela (1.0), que tava alguma
	coisa diferente... que o neném já tava...
	Foi onde que entrou todas as mulheres lá dá dá que tavam
	lá próximo na hora e ajudaram ela
	Aí depois disso entraram mais ou menos uns 30 policiais
	ai foi um um alvoroço lá dentro
	e aí minha cunhada pegou, limpou o neném, que ele caiu no sanitário

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Em consonância com esta visão de moradia e direito à cidade supracitada citamos a definição do termo nas palavras de Assumpção e Schramm (idem):

> Os aspectos relacionados à habitação permeiam e/ou afetam material e imaterialmente a vida dos habitantes da cidade e, em particular, a dos habitantes de áreas compreendidas como pobres. Entende-se, dessa forma, o local que se habita como abrigo/proteção; rede de relações: constituição de comunidade, círculo de amizades, rede de apoio mútuo; possibilidades de desenvolvimento de capacidades: proximidade de oferta de trabalho e educação, áreas de produção e veiculação cultural, variedade de entretenimento e lazer; e manutenção e promoção da saúde e qualidade de vida.

De acordo com tais conceitos podemos destacar o estudo de Araújo (2015), o qual se debruça sobre processos de negociação identitária em

participantes dos movimentos sociais que vieram a ser conhecidos como as jornadas de julho de 2013. A autora nos traz os conceitos de Harvey (2013) acerca da utilização dos corpos enquanto estratégia de ocupação e questionamento de estruturas de poder. No entendimento dos autores, o direito à cidade frequentemente está limitado por aspectos materiais e financeiros, que transformam os cidadãos em "clientes" da mesma, porém como pouca participação nos processos de transformação político e social. O ato de ocupar uma praça ou um local público seria, dentro desta visão, uma forma de utilizar o poder coletivo dos corpos enquanto instrumento de luta política (Harvey, idem).

2.2.3.
O princípio da ação direta aplicado às ocupações urbanas

A principal conjuntura que agrega as populações acima mencionadas, e que se torna basilar para a constituição de uma ocupação urbana, encontra respaldo no princípio da ação direta. Em linhas gerais, este princípio está relacionado a um modelo de atuação, geralmente política, o qual não busca a representatividade nas instituições tradicionais e/ou no Estado, podendo este último inclusive ser considerado como causa (total ou parcial) da situação que se deseja alterar. Cabe ressaltar o caráter autônomo e autorregulado da ação direta empregada por movimentos, caráter este que distancia esse método de outras formas de atuação política.

A ação direta se caracteriza justamente pela busca de soluções através de atos concretos perpetrados pelos próprios indivíduos afetados por uma situação de injustiça ou vulnerabilidade. Da forma como é definida pelos membros das populações afetadas, essa ação geralmente representa um entendimento do que seria "certo" e "justo" para os mesmos, estando ou não em consonância com as leis e/ou outras instituições reguladoras. A título de exemplificação podemos conjecturar duas situações envolvendo tal método de atuação política, uma que esteja em consonância com a legalidade e outra em que a visão ética e moral do grupo se sobreponha a institucionalidade: imaginemos que os pais de alunos de uma determinada escola pública, a qual se encontra em condições estruturais precárias, decidam formar uma espécie de mutirão e, com a autorização da direção da mesma, tomam para si a responsabilidade de efetuar os reparos necessários, uma vez que o poder público não os realizou quando solicitado. Neste caso teríamos um exemplo de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

ação direta que, embora se afaste do poder público e da busca pela representatividade formal, também não incorre em nenhuma ilegalidade.

Porém, podemos conceber uma situação mais complexa, na qual a constitucionalidade entre em choque com a visão ética e moral de um determinado grupo, o qual delibera que a solução para a injustiça que enxergam não pode ser delegada a outros (ou seja, resolvida indiretamente). O termo "direta", desta forma, refere-se justamente ao entendimento de que a solução para uma determinada injustiça deve vir dos próprios indivíduos afetados, e não através da representação indireta, ainda que por agentes institucionalizados (políticos, advogados, polícia, etc.). Ações desta natureza são muitos comuns no campo da militância pró direitos dos animais e ambientais, por exemplo. A título de exemplo, no dia 15 de junho de 2015 foram detidos 14 ativistas do grupo mundialmente famoso *Greenpeace* ao tentarem bloquear a saída de uma embarcação que faria perfuração de petróleo no Ártico[35]. Apesar da autorização legal recentemente concedida a empresa *Shell* pelo governo americano, no entendimento dos ativistas, os potenciais danos ambientais que podem incorrer de tal prática possuem mais peso para o bem-estar coletivo do que o direito de lucro da empresa. Através de ações que não encontravam respaldo na legalidade, tal como bloquear a saída das embarcações da empresa, os ativistas do *Greenpeace* decidiram pela ação direta como método para a solução de uma situação que julgavam injusta.

Cabe salientar ainda, que embora a prática da ação direta possa, em alguns casos, incorrer em algum tipo de ação considerada inconstitucional ou criminosa, não se deve confundi-la com a prática criminosa *per si* (Guimarães, 2009)[36]. A ação direta encontra-se sempre, no entendimento de seus praticantes, respaldada em algum princípio ético e moral, visando o bem-estar coletivo, principalmente quando estes se encontram em situação de vulnerabilidade iminente, geralmente após o entendimento de que as instituições indiretas respondem a outros interesses. Portanto, um assalto com o objetivo de angariar mais recursos financeiros para si não é uma ação direta, ao passo que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

[35] Disponível em: http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Treze-ativistas-sao-presos-Shell-segue-livre/ (Acesso em 20/02/2016)

[36] O termo "ação direta" engloba diversas concepção distintas ao longo da história. Concebida como forma de ação política e revolucionária que buscava se distanciar da representatividade partidária, atualmente foi adotada por algumas versões do anarquismo. Para um debate mais detalhado acerca dessas origens, bem como a concepção usada nesta investigação ver Guimarães, 2009: http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/1308/1/AnarquismoAcaoDireta.pdf (Acesso em 22/03/2016)

a ocupação de um terreno ou prédio específico sem uso social, para fins de especulação imobiliária por parte do proprietário (e em muitos casos sem estar recolhendo os devidos impostos devido ao abandono que seriam utilizados para o bem-estar coletivo) teria mais peso e se justificaria moral e eticamente no entendimento desses grupos. Neste entendimento, o benefício coletivo gerado para as famílias em situação de vulnerabilidade se sobreporia ao benefício individual ou de poucos especuladores imobiliários. Em suma, segundo Guimarães (idem), embora o termo tenha sofrido alterações ao longo da história um conceito que se mantém instável diz respeito ao caráter político da ação direta, que pode ou não envolver um ato inconstitucional, mas não engloba atos (legais ou não) com fins não políticos.

O questionamento de valores canônicos acerca da legalidade técnica de certas práticas encontra respaldo ainda em diversos autores do campo da linguística Aplicada. Moita Lopes (2006), por exemplo, questiona o fato do poder legislativo, teoricamente, estar fundamentado na criação de leis para o bem-estar coletivo, mas em muitas sociedades neoliberais modernas (como é o caso do Brasil), o "suborno legalizado" em forma de doações e financiamentos de campanha culmina por distorcer os ideais de bem-estar coletivo, em detrimento dos interesses daqueles que podem pagar. Não obstante, Fabrício (*apud* Moita Lopes, idem), destaca que em relação aos conhecimentos produzidos por este campo *a "pluralidade de nossos tempos" requer a "ética como horizonte norteador".* Ainda que o autor não defina especificamente o que venha a ser ético em seus entendimentos, em nossa leitura, o autor concebe que nem sempre justiça e legalidade caminham juntas[37].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

[37] A discussão entre legalidade institucional e justiça é matéria de diversos trabalhos acadêmicos nas áreas do direito, sociologia, filosofia, dentro outras. De forma a não nos afastarmos por demasiado do escopo investigativo deste trabalho, resumiremos nossos entendimentos sobre a questão nas linhas que seguem. Entendemos que ao longo da história recente abundam exemplos notórios nos quais atrocidades contra os direitos humanos encontraram respaldo institucional, tal como o tráfico escravista, o apartheid, o holocausto nazista, o impedimento do voto e participação política das mulheres, dentre muitos outros.

Esses exemplos nos evidenciam que a criação de leis, em muitos casos, é realizada por grupos dominantes com o objetivo da manutenção do poder pelos mesmos. Ainda nos tempos atuais, uma parte considerável da luta de grupos minoritários concentra-se na alteração de leis que salientam a desigualdade de mulheres, grupos LGBTs, negros, dentre outros. A título de exemplo da supracitada discussão no meio jurídico podemos citar o artigo do Dr. Júlio da Silveira Moreira (2008):
http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3080

2.2.4.
O princípio da sabotagem como forma de resistência urbana

Ao longo das subseções acima, destacamos alguns entendimentos éticos e morais que permeiam a lógica dos grupos que encontram nas ocupações urbanas uma forma de resistência às vulnerabilidades a que são expostos. A primeira delas baseia-se no princípio da ação direta como forma de ação intervencionista, na qual os próprios indivíduos decidem coletivamente e horizontalmente as medidas que devem adotar. Uma vez que a ocupação de prédios e terrenos por especuladores imobiliários é entendida como uma das principais causas do déficit habitacional que sofrem, bem como a atuação do próprio governo no sentido de não coibir tais práticas, mas também contribuir para o problema na forma de remoções forçadas e criminalização da pobreza, esses grupos entendem que a ocupação urbana se sustenta também enquanto ato político e estratégia de enfretamento. Há ainda um terceiro princípio que sustenta a lógica das ocupações enquanto atos de resistência às políticas governamentais, a saber, o princípio da sabotagem.

Embora o termo “sabotagem” possa ter adquirido atualmente uma conotação que nos remete à agressividade, ao vandalismo ou até mesmo a atos de terrorismo, com possibilidade de danos à coletividade, sua origem remete a um contexto histórico de luta de classes. O termo está relacionado justamente ao enfrentamento das causas de uma injustiça sem causar danos físicos ao agente considerado opressor ou gerar consequências negativas para outros setores da sociedade, os quais não estejam envolvidos no conflito. A origem da palavra sabotagem remete ao termo francês *sabot*: - tamanco de madeira. Estes eram utilizados por trabalhadores industriais que os atiravam dentro das máquinas nas quais trabalhavam para danificá-las (Assumpção e Schramm, 2013:102). Tal método se configurava como combate às formas de exploração dos trabalhadores e à vigente mecanização de suas áreas de trabalho. Configura-se ação de combate direcionada – na qual não há externalização de prejuízos a grupos não envolvidos no conflito – aos agentes de exploração. Nas palavras dos autores:

> Entende-se que atingir as máquinas não significa atingir a extensão corporal do proprietário dos meios de produção, mas, sim, como estratégia de implicação de danos econômicos como ação de defesa de um grupo em situação negativa e combate a um agente; neste caso, de exploração – transformação de seres em meros meios para benefício de indivíduo ou grupo empoderado específico. (Assumpção e Schramm, idem)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

No caso específico dos grupos sob escrutínio, os mesmos entendem que as ocupações urbanas seriam, dentro do princípio da sabotagem, uma forma legítima de combater as causas da opressão que sofrem, ou seja, o déficit habitacional e seus agentes, materializados na forma de especuladores imobiliários e agentes governamentais. Cabe ressaltar, porém, que esse entendimento não acontece através da defesa explícita de tal princípio por parte do grupo analisado, mas advém de conversas informais entre o pesquisador e os ocupantes, especificamente quando estes últimos justificam a escolha pelos locais ocupados. Os dados analisados, no entanto, revelam outros alinhamentos não relacionados com a causa das ocupações, como será apresentado nos capítulos subsequentes. Ao ocupar um imóvel que poderia servir de moradia para diversas famílias, mas que se encontra em situação de "engorda", os ocupantes estariam combatendo estes indivíduos e suas práticas, sem causar qualquer outra espécie de dano colateral para a sociedade não envolvida no conflito. Contrariamente, há um certo senso de justiça social que permeia a ação de ocupar, no sentido de que estariam apenas adiantando um processo que deveria ser feito pelo poder público. Nesse entendimento, uma ocupação visa não apenas o fornecimento de moradia e proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade, mas também desencorajar as práticas que consideram nocivas e injustas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

2.2.5.
O princípio da proteção coletiva

Ao "assinarmos" o contrato social em uma determinada coletividade, assumimos uma série de deveres, bem como delegamos ao Estado a manutenção política do bem-estar coletivo. A proteção coletiva dos indivíduos pertencentes àquela comunidade é entendida como uma das prioridades do Estado, a qual pode se materializar em diversas ações e regulamentações em diferentes esferas. Assim, a elaboração de leis e projetos, bem como ações mais diretas, como por exemplo o uso da força policial, são entendidas como formas socialmente aceitas de proteção por parte do Estado (Schramm, Rego, Braz e Palácios, 2005). Os autores discorrem sobre o conceito de *bioética da proteção*. Em linhas gerais tal conceito preconiza que:

> O governo tem o compromisso de proteger todos os membros da sociedade, diante de qualquer intervenção que não seja estável, independente da estrutura de Estado, a consciência da vulnerabilidade enquanto condição humana, e que a filosofia e a política propostas às sociedades devem garantir a proteção de seus cidadãos contra a violência, pobreza e quaisquer tipos de violação aos direitos humanos. (Kottow M, 2003 apud Schramm, Rego, Braz e Palácios, 2005)

Mesmo quando o Estado não se faz presente diretamente (por exemplo, quando delegamos a solução de um conflito a autoridade jurídica, ao invés de agirmos por conta própria), entendemos que o Estado está presente, ainda que indiretamente, por meio da regulamentação e fiscalização de outras formas de proteção. No direito criminal, por exemplo, a legítima defesa é impetrada pelo próprio cidadão, mas é regulada e autorizada pelo Estado apenas em condições específicas e mediantes a comprovação das mesmas junto às autoridades.[38]

Controversamente, porém, em muitas sociedades capitalistas modernas, o direito à proteção e às cidades tem se mostrado cada vez mais proporcional e intrinsecamente relacionado ao "direito de consumir" (Lefebvre,1968, apud Araújo, 2015). Em outras palavras, temos observado que justamente aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade financeira, habitacional, social, psicológica, etc. são aqueles que gozam de menos direitos e menos proteção da parte do Estado. Principalmente impulsionado pela proximidade dos grandes eventos – Copa do mundo e Olimpíadas –, segmentos da sociedade que já sofriam de longa data com a invisibilidade, passaram a ser vistos como um problema que precisava ser "resolvido" a curto prazo, de forma que as cidades sedes se mostrassem "apresentáveis" para a realização de tais eventos.

Esses argumentos se materializaram em uma série de medidas e políticas públicas concretas adotadas com mais intensidade nos últimos três anos na cidade do Rio de Janeiro. De forma a não nos afastarmos dos indivíduos que constituem os grupos sob escrutínio, podemos citar brevemente a lógica que permeia a implementação das UPPs[39], por exemplo, as quais intensificaram o confronto armado em áreas residenciais, vitimando de maneira constante a população civil. No entanto, a busca por uma "solução" rápida para a questão da criminalidade se sobrepôs aos investimentos a longo prazo que, em nossos entendimentos, suscitariam melhorias permanentes e mais democráticas.

[38] BRASIL. Código Penal - Decreto Lei 2848 de 07.12.1940

[39] Almeida (2004: 35-38) em investigação acerca da percepção dos policiais alocados para as UPPs sobre suas práticas, destaca os projetos de leis e a lógica governamental que permeou a implementação desse modelo de segurança pública.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Os mesmos princípios foram aplicados em questões como o alto índice de população em situação de rua, principalmente nas regiões centrais da cidade, bem como na questão relativa a menores dependentes de drogas nas mesmas regiões. Ao invés de oferecer assistência a essas populações em situação de vulnerabilidade e pobreza extrema, a lógica da "higienização social" uma vez mais se apresentou como "solução" a curto prazo. Através de outro programa recentemente implementado pela prefeitura do Rio de janeiro, intitulado de *Choque de Ordem*, essas populações começaram a ser removidas compulsoriamente, e levadas para abrigos, os quais não tinham condições estruturais para lidar com as demandas específicas de cada caso.

Indivíduos menores com problemas de dependência química são postos no mesmo albergue com maiores que sofrem com problemas mentais, por exemplo. A lógica que permeia tais ações enxerga essas pessoas não como seres humanos em situação de vulnerabilidade, mas como um "produto" que precisa ser retirado de um local com grande visibilidade, e levado para outro, longe dos olhos da sociedade consumidora e dos visitantes estrangeiros. Não há nenhuma estratégia ou programa assistencial que objetive o amparo e a melhoria da qualidade de vida desses sujeitos. Percebe-se o entendimento do Estado na direção da criminalização da pobreza e dos indivíduos mais pobres, os quais são colocados discursivamente no mesmo patamar de mercadorias ilegais recolhidas pelos mesmos órgãos. Em citação jornalística no artigo de Assumpção e Schramm (idem) lê-se:

> Choque de Ordem (...) **apreendeu** uma grande quantidade de mercadoria com ambulantes não autorizados, além de 42 **moradores de rua**. (Grifos meus)

Dentro desta perspectiva, entra em cena o princípio da proteção coletiva, o último princípio trazido pelos autores como justificativa ética e moral para o ato de ocupar. Diversos indivíduos em situação de rua, concebendo o Estado como um agente agravante deste cenário, encontram nas ocupações uma possibilidade de moradia digna. Nestes espaços, não apenas sua integridade física é protegida, mas ao engajarem-se na transformação do local ocupado em habitação funcional, esses indivíduos se envolvem em uma vasta gama de atividades coletivas, as quais culminam por lhes devolverem um sentimento de humanidade e pertencimento.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Esses indivíduos passam a fazer parte dos processos de tomadas de decisões coletivas, empoderam-se política e culturalmente nas trocas diárias com os ocupantes mais antigos, recebem funções ou tarefas no sentido de tornar o local ocupado salutar e habitável, dentro outros processos políticos e educacionais, e até mesmo afetivos, que lhes haviam sido negados até então. Em outras palavras, esses indivíduos abandonam a lógica da proteção individual, a qual prevalecia quando se encontravam em situação de rua, e passam a viver e a fazer parte de uma nova comunidade, na qual possuem voz e participação como um membro no mesmo nível de todos os demais. Resumidamente, ao passo que a lógica do Estado se sintetiza em obscurecer a existência de populações que não geram lucro, as ocupações podem ser entendidas como uma espécie de "local de resistência urbana", não apenas na luta habitacional, mas gerando a congregação de diversos grupos excluídos e marginalizados, em um ambiente autossuficiente, horizontalmente constituído e acolhedor.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

2.3.
Direcionamentos de pesquisa

No presente capítulo discutimos as principais questões que identificamos como causadoras do chamado déficit habitacional na cidade do Rio de Janeiro. Este objetivo dialoga com os encaminhamentos desta investigação, uma vez que argumentamos no sentido de que os participantes da mesma possuem suas identidades discursivamente deterioradas por rótulos indenitários negativos, frequentemente aplicados nas construções discursivas oriundas da mídia tradicional.

Consequentemente, abordamos algumas práticas políticas e empresariais que contribuem para o que chamamos de "gentrificação". Desta forma, abordamos a questão da especulação imobiliária, a ineficiência de programas governamentais como o " Minha casa, minha vida", bem como as relações entre as populações de rua e dependentes químicos na constituição populacional de tais movimentos. Por fim, destacamos alguns princípios éticos e morais que sustentam a lógica política das ocupações, tornando-as, conforme argumentado, locais de resistência urbana e de luta pelo direito à cidade.

No entanto, faz-se necessário neste ponto questionarmos as visões essencialistas acerca de nossas identidades, de forma que possamos nos

engajar na investigação dos processos de negociação identitárias que nossos participantes realizam localmente, em interações face a face. Desta forma, o capítulo seguinte discutirá algumas questões teórico-epistemológicas basilares para esta investigação, tal como críticas às visões essencialistas e positivistas dos sujeitos (sejam estas positivas ou negativas), bem como nossos entendimentos acerca do caráter fluido e localmente negociado acerca de nossas múltiplas possibilidades identitárias. Discorreremos ainda sobre o papel do pesquisador enquanto sujeito situado e pertencente à comunidade que investiga. Não obstante, o capítulo culminará no detalhamento dos aspectos referentes a nossas escolhas metodológicas, destacando o contexto no qual os dados foram gerados, a relação do pesquisador com os participantes, bem como os procedimentos analíticos utilizados.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

3.
Escolhas teórico-paradigmáticas e aspectos metodológicos da pesquisa

> *O que me move politicamente, e aquilo para o qual eu quero criar espaço, é o momento no qual um sujeito... afirma o direito de ter uma vida vivível quando nenhuma autorização anterior para tal existe, quando nenhuma convenção que torna isso possível está claramente disponível (Butler, 2004:224 apud Moita Lopes, 2013:227)*

O presente capítulo discorrerá acerca dos aspectos teórico-metodológicos e políticos envolvidos nesta investigação. Para tal fim, o dividiremos em duas partes: a primeira abordará nosso posicionamento epistemológico, destacando aspectos da pesquisa qualitativa com os quais nos alinhamos, bem como nossos entendimentos acerca da relação entre discurso e identidade – que permeiam todo o presente trabalho –, os quais nos afastam de posicionamentos positivistas e essencialistas. Traremos ainda justificativas políticas (entendendo a própria pesquisa qualitativa enquanto ato político) que fundamentam determinadas escolhas que foram realizadas no decorrer deste, tais como a seleção do contexto investigado e dos objetivos de pesquisa.

Em seu segundo momento, o capítulo abordará os aspectos metodológicos através dos seguintes tópicos: os contextos específicos nos quais as entrevistas aconteceram, destacando a constituição populacional e o modelo organizacional das ocupações visitadas; as condições da geração de dados; o envolvimento do pesquisador com os grupos pesquisados; os procedimentos utilizados para a análise e o roteiro analítico de apresentação dos dados nos capítulos seguintes.

3.1.
A pesquisa qualitativa (e) sobre identidades sociais na modernidade recente

Em trabalho recente acerca das relações entre construções identitárias e nossas sociabilidades em contextos de letramento, Moita Lopes (2013) destaca algumas questões problemáticas em tradições que se propunham a investigar as

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

relações entre linguagem e sociedade. Tradições como a sociolinguística variacionista se debruçavam sobre uma série de variantes linguísticas, porém com objetivos puramente voltados a classificar determinados falantes em relação ao seu grupo social, localidade geográfica, gênero, etc. Essa tradição pressupunha, portanto, que os falantes preexistiam ao discurso, sendo este último uma "janela" para se rotular (e consequentemente aprisionar) o indivíduo analisado dentro de uma categoria identitária única e fixa. Esta investigação, alinhada à Moita Lopes (2013), está em consonância com uma ontologia precisamente oposta, a qual concebe que nossas múltiplas possibilidades identitárias são negociadas e renegociadas em interação. Desse modo, iniciaremos este capítulo justamente marcando nosso distanciamento de epistemologias quantitativas e positivistas, destacando o entendimento situado em interação de nossas possibilidades identitárias.

Práticas de análise utilizadas pela tradição da sociolinguística variacionista (doravante SV) evidenciaram-se problemáticas na medida em que a complexidade do mundo contemporâneo mostrou extrapolar os limites impostos pelos estudos que visavam generalizações, enxergando características como gênero, raça, sexualidade, dentre outras, apenas como meros elementos classificatórios. Pesquisadores alinhados com a sociolinguística crítica (por exemplo Rampton, 2006a; 2006b; Moita Lopes, 2013; Heller, 2011; dentre outros), bem como autores na área da linguística aplicada (Pennycook,2007, por exemplo), foram alguns dos primeiros a destacarem as limitações evidentes desta abordagem.

Rampton (2006b), a título de exemplo, apresenta como um quadro fixo e meramente classificatório de variação não poderia dar conta de explicar o fato de que estudantes de uma escola em Londres utilizavam mais de uma variedade linguística, sendo uma mais socialmente aceita e a outra menos, independentemente de sua classe social. Uma metodologia classificatória na qual os indivíduos seriam postos em categorias fixas (neste caso a classe social), procuraria demostrar como os indivíduos da classe X sempre utilizariam a língua de uma determinada maneira, ao passo que indivíduos da classe Y a utilizariam de outra. O mesmo teria efeito para distinções de gênero, localidade geográfica, etc. Em outras palavras, neste entendimento, os indivíduos falam do jeito que falam porque já seriam (previamente ao uso da linguagem em interação), digamos, "um homem negro de classe média que mora na cidade do Rio de janeiro". A este respeito, Moita Lopes (2013:230) afirma:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

> Os usos da linguagem na vida contemporânea têm sido teorizados por abordagens pós modernistas do fenômeno da linguagem no sentido de que criticam visões modernistas de produção do conhecimento (**um sujeito social homogêneo, essencializado e prefigurado antes do uso da linguagem**, perspectivas essencialistas e purificadoras da língua da comunidade, da objetividade e neutralidade científicas, estudos linguísticos descontextualizados e restritos ao sistema da língua, **ausência de preocupação com a grande mobilidade linguística, identitária e textual a qual estamos submetidos atualmente**). (Grifos meus).

Os trechos grifados correspondem aos aspectos considerados basilares para a epistemologia desta investigação. No que tange à crítica a um sujeito prefigurado antes do discurso, estamos abrindo o caminho para nosso posicionamento acerca das identidades previamente rotuladas como desviantes/estigmatizadas (citado na introdução deste, e mais detidamente apresentado nas subseções seguintes). O segundo trecho grifado corresponde aos conceitos referentes ao mundo altamente semiotizado em que vivemos, garantindo aos indivíduos amplas possibilidades de alinhamento e mobilidade identitária.

Já na década de 90, diversos autores começaram a destacar tais limitações apresentadas pela epistemologia positivista da SV, e demostraram seus alinhamentos com os conceitos trazidos acima. Bauman (1992:192) afirma categoricamente que a análise estatística, instrumento utilizado não apenas pela SV, mas pela ciência moderno-positivista em geral, seria:

> Irrelevante para compreender o mundo social contemporâneo e sua dinâmica, fluidez e contingência, assim como para entender como tal fenômeno pode afetar o futuro [...] **A significância e os números seguem caminhos diferentes**. Fenômenos estatisticamente insignificantes podem se mostrar decisivos. (Grifos meus)

Novamente os trechos em destaque refletem duas posturas defendidas por esta investigação. A citação de Bauman acerca da possibilidade de afetar o futuro nos remete ao compromisso que algumas versões da pesquisa qualitativa assumem (com os quais nos alinhamos) em entender a relevância política da pesquisa. Dedicaremos a subseção 3.1.1 deste capítulo para nossos entendimentos acerca da relação entre produção de conhecimento e política seja mais detidamente desenvolvida; podemos, no entanto, destacar brevemente posições como de Foucault (1979), no que advoga pelo papel do intelectual moderno como aquele que busca alterar sistemas de poder, de forma que os oprimidos possam falar por si próprios, facilitando, assim, novos arranjos político-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

sociais nos quais suas vozes sejam ouvidas. Podemos citar ainda Moita Lopes (2009a) e Santos (2006) no que chamam, respectivamente, de a linguística aplicada do emergente e a sociologia do emergente.

Nestas perspectivas, as escolhas intencionais que os pesquisadores realizam em relação às questões que consideram relevantes para o estudo, tais como os indivíduos entrevistados, o olhar para as pequenas narrativas, em detrimento às grandes histórias e generalizações, dentre outras, reflete o compromisso do pesquisador pela busca de entendimentos localizados, que possam vir a apresentar alternativas políticas, novas práticas e formas de pensar que influenciam a configuração de nossas sociabilidades.

Em texto seminal em defesa do método qualitativo, Denzin e Lincoln (2006) destacam as limitações da postura positivista e quantitativa para o tipo de trabalho ora encaminhado. Ao passo que ao longo de sua história o método qualitativo fora duramente criticado, sendo inclusive acusado de tratar-se de mera crítica, ao invés de uma teoria analítica científica, ou até mesmo de uma extensão do Marxismo disfarçada de pesquisa acadêmica (idem: 22), as mudanças sociais na modernidade recente começaram a trazer dúvidas sobre a possibilidade de mensurarmos as questões sociais em termos de "causa e efeito", bem como sobre a criação de generalizações com o objetivo de conferir cientificidade à pesquisa. Nas palavras de Flick (1988: 2-3 *apud* Denzin e Lincoln, 2006:23-24):

> A abordagem quantitativa tem sido empregada com a finalidade de isolar as causas e feitos operacionalizando as relações teóricas e medindo e quantificando os fenômenos, **permitindo a generalização das descobertas.** Mas atualmente esses projetos são postos em dúvida pois a **mudança social acelerada**, **e a consequente diversificação dos modos de vida** estão cada vez mais fazendo com que os pesquisadores defrontem-se com novos contextos e novas perspectivas sociais (...) metodologias dedutivas tradicionais (...) **estão fracassando** (...) e assim a pesquisa é cada vez mais obrigada a utilizar estratégias indutivas em vez de partir de teorias e testa-las. **O conhecimento e a prática são estudados como o conhecimento e a práticas locais.** (Grifos meus).

Concebemos o termo "práticas locais" no sentido em que Bauman e Flick acima expuseram, ou seja, com a sensibilidade do olhar interpretativo que busca compreender o ser humano e suas relações sociais. Dentro desta visão, admitimos a possibilidade de que pequenos grupos, ou até mesmo um único indivíduo (estudo de caso, por exemplo), possam nos ajudar a costurar mais um

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

pedaço nas colchas de retalhos que formam nossas sociabilidades (Denzin e Lincoln, 2006).

Porém, quando trabalhamos com uma investigação que se utiliza da linguagem como objeto de análise o termo “práticas locais” adquire mais de um significado. Estamos nos referindo a situcionalidade que a interação face a face representa como lugar privilegiado para, dentre outras possibilidades, investigarmos determinados processos de negociação linguístico-discursivas, os quais remetem a determinadas possibilidades de alinhamentos identitários. Nas palavras de Cameron (1997:49 *apud* Moita Lopes 2013:231):

> Enquanto a sociolinguística [quantitativa] pressupõe tradicionalmente que as pessoas falam do modo que falam por causa de quem (já) são [**existindo antes do discurso**], **a abordagem pós-modernista sugere que as pessoas são quem são por causa (entre outros fatores) do modo como falam.** (Grifos meus)

Dois conceitos imprescindíveis para as nossas bases epistemológicas se fazem implicitamente presentes na fala de Cameron. São eles a situcionalidade da vida social e a performatividade discursiva. Desenvolveremos estes conceitos mais detidamente ao longo deste capítulo, porém a fim de prosseguirmos o presente argumento acerca da construção discursiva de nossas identidades, cabem aqui alguns entendimentos. Diversos autores apontam para a performatividade de nossas identidades em interação (Moita Lopes, 2002, 2005 2006, 2013, no campo da linguística aplicada, e Butler, 1990, no campo dos estudos de gêneros e sexualidade, para citarmos alguns exemplos).

Butler (1990) argumenta que a identidade feminina (e o próprio conceito de feminilidade), por exemplo, está associada a uma série de “atos performativos”, os quais são culturalmente impostos, que terminam por conceber uma noção de “substância” prévia (a feminilidade) ou essência ao indivíduo. Desta forma, a repetição sistemática dessas performances consideradas socialmente apropriadas ao gênero feminino ao longo da vida da mulher criaria uma (falsa) relação entre o sexo biológico e conceitos socialmente construídos de feminilidade. Moita Lopes (2013), ancorado nos conceitos acima, questiona as noções de identidade determinísticas e preexistentes ao discurso em outros grupos marginalizados, tais como negros, homossexuais, pessoas de baixa renda, dentre outros, considerando que apenas nas interações reais podemos identificar as múltiplas identidades com as quais nos alinhamos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Segundo o autor (idem), a já mencionada complexidade atribuída à modernidade recente torna impossível a manutenção de classificações determinísticas e simplórias dos indivíduos. Contrariamente, Lopes defende que, ao longo de nossas experiências cotidianas, nos alinhamos com diversas identidades, ideologias e conceitos (algumas vezes conflitantes entre si), aos quais iremos assumir em diferentes momentos, para públicos diferentes, com objetivos interacionais e identitários diversos.

Ao concebermos as possibilidades de alinhamento identitário como múltiplas, fragmentadas, e performativas em interação, em função de públicos e objetivos diversos, estamos abrindo o caminho para adentrarmos em outros conceitos basilares para esta investigação, a saber, os conceitos de Goffman (1979) e Linde (1993), acerca da tentativa dos sujeitos de se projetarem sob uma luz favorável em interação, e sistemas de coerência utilizados de forma a significar e resignificar nossas experiências, respectivamente[40].

Desta forma, seguiremos para a revisão desses conceitos, juntamente com outros conceitos de Moita Lopes e Butler, nas subseções abaixo. Por ora, retomaremos outra característica já brevemente mencionada acima, devido a sua importância e influência em uma série de decisões tomadas ao longo desta investigação, a saber, nossos alinhamentos acerca da relação entre política, pesquisa qualitativa e produção do conhecimento.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

3.1.1.
Implicações políticas da pesquisa qualitativa

Um dos principais pontos que nos afasta da visão positivista acima mencionada é a busca desta por uma suposta neutralidade científica. Este conceito está relacionado com uma espécie de afastamento por parte do pesquisador em relação ao objeto pesquisado, fato este que confiaria à pesquisa um caráter imparcial, e ao conhecimento produzido contornos de objetividade.

Entendemos que a pesquisa qualitativa, com seu caráter interpretativo, naturalista, etnográfico, não anseia por produzir generalizações testáveis,

[40] Ambos os conceitos serão detidamente abordados nos capítulos 4 e 5, respectivamente. No capítulo 4 focaremos nos conceitos de trabalho de face de Goffman como aparato analítico dos dados, ao passo que no capítulo 5 nos debruçaremos sobre as narrativas geradas nesta investigação através dos sistemas de coerência de Linde.

fórmulas replicáveis, e tampouco deseja estar afastada do objeto pesquisado. A pesquisa qualitativa, especialmente quando lança seu olhar sobre as sociabilidades humanas, é parcial, ideológica e política de diversas maneiras diferentes, desde as escolhas realizadas em termos de perguntas e objetivos de pesquisa, passando pelas escolhas dos indivíduos ou grupos que terão suas vozes ouvidas e ressoadas, culminando no desejo de que o conhecimento produzido, ainda que parcial e provisório, possa gerar transformações políticas que nos levem na direção de uma sociedade mais justa e ética. Por conseguinte, diversos autores que trabalham com pesquisa qualitativa argumentam no sentido de que esta deva ter um "compromisso político" com a mudança social. Esta postura pode ser encontrada não apenas nos campos dos estudos da linguagem e da linguística aplicada (Moita Lopes, Branca Falabella, dentre outros), mas também em áreas como a pedagogia crítica (Giroux, 1997), respectivamente.

Denzin e Lincoln (2006:33) destacam as características políticas inerentes ao pesquisador enquanto sujeito situado e pertencente a uma determinada comunidade. Este pesquisador lança seu olhar sobre o objeto pesquisado munido de suas visões de mundo, seus interesses, valores, etc. Deste ponto de vista, não há a possibilidade de concebermos uma pesquisa de cunho interpretativo sem laços inerentemente político-ideológicos. Nas palavras dos autores:

> Por trás de cada uma dessas fases e dentro delas está **o pesquisador situado biograficamente**. **Esse indivíduo entra no processo de pesquisa a partir de dentro de uma comunidade interpretativa**. Essa comunidade possui suas próprias tradições históricas de pesquisa, as quais compõem um ponto de vista distinto. **Essa perspectiva leva o autor a adotar determinados pontos de vista do "outro" que é estudado**. (Grifos meus)

Denzin e Lincoln (2006: 35-37) destacam ainda que, além do caráter inerentemente situado e político dos estudos qualitativos nas ciências sociais, os pesquisadores realizam escolhas teórico-paradigmáticas (modelo Marxista, feminista, construtivista, etc.), as quais serão determinantes na interpretação dos dados. Cada paradigma é uma espécie de comunidade interpretativa, com as quais os pesquisadores se alinham, e através das quais lançam seus olhares para o mundo social.

Outro aspecto político da pesquisa qualitativa trazido pelos autores (2006:37), diz respeito ao já mencionado compromisso com a criação de espaços para que o "outro" fale, entendendo esse "outro" como membro de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

determinadas populações ou grupos historicamente construídos como ilegítimos dentro de uma comunidade. Os autores destacam que a pesquisa qualitativa voltada para a ação "*pode criar espaços para que quem é estudado (o outro) fale. O avaliador transforma-se no* ***canal*** *através do qual essas vozes podem ser escutadas*". (Grifos meus)

Cabe ressaltarmos neste ponto, porém, que nosso entendimento pressupõe o papel do pesquisador em ação conjunta na busca da emancipação dos grupos historicamente marginalizados. Não se trata, pois, de algum tipo de imposição vertical de pautas ou anseios "de cima para baixo", ou seja, concebendo o pesquisador como detentor de um conhecimento "superior" ao pesquisado, o qual precisaria ser "salvo" pelo mesmo. Contrariamente, estamos alinhados com a concepção de Paulo Freire (1968) em seu trabalho seminal acerca da pedagogia do oprimido. Freire aborda justamente a questão de que em muitos contextos há um desalinho entre uma busca real pela emancipação de grupos marginalizados (ou oprimidos, na terminologia do autor) e tentativas de doutrinação ideológica por parte dos supostos emancipadores, nas quais estaríamos incorrendo no grave equívoco de apenas trocarmos as amarras que os prendem. Nas palavras do pedagogo:

> O diálogo crítico e libertador, por isso mesmo que supõe a ação, tem de ser feito **com** os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a luta por libertação. (...) A pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí. **E tem que ter, nos próprios oprimidos que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos**. (...) O que pode e deve variar, em função das condições históricas, em função do nível de percepção da realidade que tenham os oprimidos é o conteúdo do diálogo. Substituí-lo pelo anti-diálogo, pela sloganização, pela verticalidade, pelos comunicados é pretender a libertarão dos oprimidos com instrumentos da "domesticação". Pretender a libertação deles sem a sua reflexão no ato desta libertação é transforma-los em objeto que se devesse salvar de um incêndio. É fazê-los cair no engodo populista e transforma-los em massa de manobra. (Freire, 1968) (Grifos meus)

Destarte, compreendemos que a organização das ocupações urbanas reflete este anseio pela alteração de injustiças identificadas pelo próprio grupo sob escrutínio, bem como sua plena capacidade de organização independente e autônoma, conforme exposto no capítulo 2[41]. Nosso interesse enquanto pesquisadores, portanto, reside justamente no fato de voltarmos nosso olhar para outras possibilidades identitárias que estes sujeitos possam vir a reivindicar

[41] Ver especialmente as subseções 2.2.3, 2.2.4 e 2.2.5, nas quais evidenciamos os princípios que fundamentas as ações desses grupos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

para si mesmos, em suas próprias palavras. Com isto, estaremos não apenas facilitando a amplificação dessas vozes, mas também questionando rótulos deterministas aplicados por grupos dominantes.

Em consonância com os conceitos acima expostos, Moita Lopes (2013:233) destaca que para os pesquisadores que operam através do modelo positivista de busca pela "verdade", talvez seja problemático pensar na produção de conhecimento como um ato político, ou ainda como uma forma de se fazer política. Porém, como destaca Santos (2008), o discurso da pesquisa qualitativa nas ciências humanas é interessado, no que deseja fazer alguma coisa no mundo social como ato performativo[42] que é.

O autor destaca o compromisso que a pesquisa qualitativa e social deve ter ao realizar escolhas deliberadas por estudar questões, discursos e significados latentes e em disputa na sociedade, tendo em mente que essas disputas não são, conforme já argumentado, simétricas em relação a quem detém o lugar de fala privilegiado. Desta forma, buscar as vozes sufocadas no dia a dia faz parte de uma escolha não apenas metodológica, mas também política do pesquisador. A preferência pelas pequenas narrativas, pelas investigações situadas, pelos entrelugares da vida social, e pelas questões que possam gerar entendimentos e implicações reais para pessoas reais, devem fazer parte das prioridades de um pesquisador comprometido com uma sociedade mais justa e ética (Santos, 2008).

Até este momento, destacamos nossos entendimentos acerca das relações que consideramos imprescindíveis para a pesquisa qualitativa aplicada às ciências sociais de uma forma mais ampla. Na subseção que segue iremos detalhar nossos entendimentos mais específicos acerca das relações entre a pesquisa qualitativa e o campo dos estudos da linguagem, destacando o vasto potencial de construção de sentidos e subjetividades que a linguagem apresenta, os quais estão, como argumentaremos, intimamente relacionados com a socioconstrução da realidade e a perpetuação de assimetrias.

[42] Ressalto aqui a distinção do termo "performativo" em Santos (2008) em relação ao conceito previamente mencionado de Butler (1990). Enquanto o primeiro entende a pesquisa enquanto ato performativo por seu caráter potencialmente transformador, o conceito de Butler refere-se às nossas projeções identitárias em interação, as quais seriam como atos performados, sempre localizados e orientados por imposições sociais canônicas de normalidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

3.1.2.
O compromisso político da pesquisa qualitativa aplicado aos estudos da linguagem

Neste ponto, torna-se imperativo para o debate salientar a contribuição que o pesquisador que lança seu olhar sobre nossas sociabilidades através da linguagem pode oferecer para os conflitos sociais, uma vez que, como argumentaremos no decorrer deste, a pesquisa acadêmica em linguística aplicada **não deve ignorar as relações assimétricas de poder que se manifestam na linguagem**. Contrariamente, esta precisa estar comprometida com o fornecimento de uma leitura crítica dos eventos, bem como a produção de contra discursos alinhados com os conceitos de ética e bem-estar social.

Em consonância com esse pensamento está Fabrício (2006). Em linhas gerais, a autora problematiza a complexidade do momento político/cultural no qual estávamos vivendo na chamada modernidade recente; questões acerca do "hiperindividualismo", da onipresença da mídia nas construções de discursos e subjetividades, da "mercadologização" da vida, a qual se materializa em decisões e políticas públicas que priorizam o bem-estar de alguns em detrimento do sofrimento de muitos, estão presentes em quase todos os espaços discursivos.

É possível ainda, através das redes sociais contemporâneas e munidos de câmeras, celulares, dentre outros dispositivos modernos, que qualquer indivíduo produza e propague informação. Há canais e redes sociais específicas para a produção e a divulgação de vídeos, fotos, textos, dentre os mais diversos gêneros discursivos. Se compararmos esse cenário com a forma como a informação era produzida e divulgada majoritariamente através de mídias "formais" há poucos anos (rádio, revistas, telejornais, etc.), temos não apenas uma verdadeira revolução no processo comunicativo, **mas principalmente uma disputa pela produção de sentidos, significados e subjetividades muito mais complexa.**

Neste cenário mais complexo de disputas discursivas, no qual cada vez mais agentes entram em cena, Fabrício (2006) destaca o papel crucial da linguagem na significação de nossa realidade e nas disputas ideológicas que culminam em ações e práticas políticas reais. Segundo a autora, formas individualistas de lidar com questões políticas e sociais produzidas coletivamente estão cada vez mais em prática, não dissociadas de um individualismo crescente

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

que ganha espaço em quase todas as esferas da vida social contemporânea. Discursos pró-armamentistas do cidadão civil entram em conflito com discursos que propõem o combate à violência através do enfretamento às desigualdades sociais, para ilustrar apenas um exemplo onde discursos historicamente opostos entram em conflito em uma espécie de arena ideológica de produção de sentidos e subjetividades, com consequências reais para nossas práticas cotidianas.

Não é necessário argumentar que os estudos da linguagem ocupam uma posição de destaque nesse complexo cenário, uma vez que, como defende Fabrício (2006), estes não devem estar dissociados das práticas sociais e discursivas que constroem as capacidades cognitivas produtivas e até mesmo desejantes dos indivíduos. A autora advoga explicitamente por uma pesquisa acadêmica em linguística aplicada e análise do discurso que não esteja distante deste cenário ideologicamente conflituoso no qual nos encontramos.

A pesquisa em linguagem deve, pois, levar em conta a contribuição que pode oferecer para o entendimento crítico de nossa realidade social e política, bem como, assim como defende Giroux (1997) em relação às práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas, **desenvolver uma agenda transformadora no exame de como a linguagem afeta diretamente a sociedade contemporânea**. Acerca da adoção de uma linguística crítica e engajada com a transformação de práticas sociais que geram desigualdades Fabrício (idem) argumenta:

> [...] destaco a orientação **explícita** para o desenvolvimento de uma **agenda política**, de uma **agenda transformadora/intervencionista e de uma agenda ética**, decorrente da ideia de que **nossas práticas discursivas envolvem escolhas que têm impactos diferenciados no mundo social e nele interferem de forma diferenciada.** (Grifos meus)

Em outras palavras, a autora concebe que a pesquisa em linguagem não deve ignorar o contexto social e político no qual os mais diversos discursos tomam forma e competem. Não deve ser um estudo da linguagem em si, como um objeto autônomo, e sim uma pesquisa que tenha um compromisso com as questões conflituosas que emergem na vida social real. Em suma, entendendo a linguagem como um campo de batalha ideológico e assimétrico de produção de sentidos e identidades, o pesquisador em linguagem deve buscar o questionamento crítico de posições determinísticas acerca de quem somos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Desta forma, passemos agora ao debate acerca do caráter fluido e negociado de nossas identidades em interação.

3.1.3.
A teorização sobre identidades sociais na modernidade recente

A pesquisa de Moita Lopes em contextos escolares de letramento (2013), citada em partes ao longo desta investigação, bem como outras (Heath, 1983; Street, 1984; Giddens, 2000; Bastos, 2005; Santos, 2008; Biar, 2012; Araújo, 2015; dentre outros) são demonstrações da possibilidade de realizarmos um estudo que tenha em foco os princípios discutidos nas subseções anteriores acerca da socioconstrução da realidade e, consequentemente, entendendo o papel fundamental da linguagem como terreno de disputas ideológicas frequentemente assimétricas. O compromisso ético e político dos estudos em linguagem enquanto contribuição para a redução dos estigmas, das identidades marcadas e dos conflitos sociais e políticos que nos cercam, nortearam os objetivos de tais pesquisas, as quais não apenas se preocuparam em questionar a normatização de identidades historicamente concebidas como privilegiadas, mas também propõem uma pesquisa com viés intervencionista, com o objetivo de gerar “discursos de resistência” que possam vir a causar mudanças reais em nossa sociedade.

Para tanto, Moita Lopes se apoia na teoria *queer (*especialmente na versão Norte-Americana de Judith Butler) a qual concebe os alinhamentos e negociações interacionais de gênero e sexualidade como atos performativos que são culturalmente impostos aos indivíduos, os quais precisam ser reafirmados cotidianamente. Sendo a linguagem uma das formas de negociação de sentidos mais utilizadas nessas performances, é natural conceber que uma quantidade significativa de nossas performances identitárias ocorra nas interações verbais. Consequentemente, parte significativa da normatização e/ou do estigma em relação a determinadas formas de existência pode ser analisada através destas interações.

Neste ponto, faz-se pertinente traçar um paralelo entre os modelos político-epistemológicos defendidos nas subseções acima, com nossas escolhas em relação aos participantes desta pesquisa, bem como com os objetivos da investigação. É pressuposto da visão epistemológica da pesquisa qualitativa

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

aqui abraçada que o pesquisador se encontra política e biograficamente situado. Podemos observar, portanto, que a escolha dos grupos estudados nesta investigação (ver capítulo 2, seção 2.1) está em consonância com nossa visão acerca da pesquisa qualitativa nas ciências sociais enquanto canal para grupos e indivíduos que possuem suas vozes e construções identitárias frequentemente silenciadas possam ser ouvidos (Foucault, 1979; Cameron 1997; Moita Lopes, 2013; Denzin; Lincoln, 2006; dentre outros).

Conforme argumentado no capítulo anterior (ver 2.1), os grupos sob escrutínio se formaram e atuaram no epicentro de um momento político extremamente delicado, no qual outras formas de organização popular surgiam, e frequentemente tinham seus interesses e identidades deslegitimados por discursos midiáticos de grande alcance (Araújo, 2015; Sobrinho, 2015). Não estaria de acordo com nossa visão político-epistemológica tanto acerca dos objetivos potencialmente transformadores/intervencionistas (Giroux, 1997, Fabrício, 2006, Moita Lopes, 2013, dentre outros) da pesquisa, quanto no sentido de contribuir para que os grupos oprimidos falem por si próprios, evidenciar discursos e identidades já historicamente legitimadas e prestigiadas em diversos contextos sociais.

Estabelecemos, portanto, tanto o nosso campo de investigação quanto as nossas perguntas e objetivos de pesquisa com base nesse alinhamento epistemológico. Ao nos alinharmos com a visão não essencialista do discurso, entendendo justamente a interação face a face como o local privilegiado no qual os indivíduos e grupos negociam (e renegociam a todo instante), seus posicionamentos e suas projeções identitárias, tornou-se crucial para esta investigação contestar sentidos e significações identitárias fixas e cristalizadas acerca do grupo sob escrutínio. Entendemos ainda este grupo como uma comunidade cuja própria existência ameaça formas de poder ancoradas nas relações de consumo[43] e possui, consequentemente, sua identidade construída majoritariamente pelo discurso de outros, sempre em chave desviante. Torna-se imperativo, pois, que a nossa pesquisa se debruce sobre os sistemas de negociação identitários que emergem na fala do próprio grupo, quando falam por si próprios, sobre si próprios.

[43] Ver capítulo 2, especialmente a seção 2, na qual destacamos o caráter político das ocupações como forma de enfretamento e resistência.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Como nos lembram Fabrício (2006) e Moita Lopes (2013), a socioconstrução de nossa realidade geralmente não segue padrões simétricos na distribuição do poder em relação àqueles que falam e aqueles que são falados por outros; aqueles que produzem subjetividades e significados, e aqueles que têm suas identidades e subjetividades construídas por outros. Não podemos desconsiderar que o poder de falar sobre o outro geralmente está relacionado com o poder de legislar sobre os mesmos. Em outras palavras, entendemos que as relações assimétricas de poder que se refletem no uso da linguagem perpetuam assimetrias que se materializam em ações e políticas concretas, com consequências reais para indivíduos reais. Neste entendimento, questionar sentidos que buscam se fazer hegemônicos acerca de nossas identidades seria uma forma de analisar criticamente os próprios sistemas de poder operantes em nossas relações sociais.

Desta forma, ao nos engajarmos no estudo de outras possibilidades identitárias em grupos cujas identidades foram aprioristicamente marginalizadas, estamos não apenas desafiando versões cristalizadas de quem somos (Moita Lopes, 2013) e de quem podemos ser, mas, de certa forma, questionando políticas públicas, leis, currículos escolares, procedimentos policiais, propagandas, etc. os quais encontram respaldo em noções essencialistas e cristalizadas de quem somos.

Até o presente momento explicitamos nossa visão acerca da pesquisa qualitativa em linguagem, do papel político do pesquisador, da forma como tal epistemologia dialoga com nossos objetivos de pesquisa, e por fim, debatemos a visão não essencialista do discurso, a qual norteia a presente investigação. Antes de adentrarmos na descrição do contexto específico no qual os dados foram gerados e analisados, debateremos na subseção abaixo alguns aspectos específicos acerca das identidades discursivamente construídas como desviantes, como foco na negociação do próprio conceito de desvio.

3.1.4.
O caráter negociado do desvio e as relações de poder presentes na rotulação do desviante

Em consonância com as visões sobre identidade apresentadas no decorrer deste capítulo, faz-se necessário voltamos nosso olhar especificamente para a questão das identidades discursivamente construídas como desviantes ou

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

marginalizadas. Para esta empreitada, nos alinhamos com a oposição às visões determinísticas acerca do fenômeno do desvio apresentadas por Biar (2012), baseada em Velho (2003 [1974]) e Becker (1963). A primeira visão que nos vem à mente quando concebemos tal problematização no senso comum diz respeito à localização do ato desviante em uma espécie de deficiência de caráter individual, ou nas palavras da autora (2012) estamos nos referindo às "teses psicologizantes" sobre o desvio, as quais podem ser sumarizadas como uma tentativa de localizar unicamente no sujeito uma espécie de "essência maléfica", um tipo de perversidade enquanto patologia.

Essa tese classifica, portanto, os indivíduos entre os "bons" e "normais" de um lado, em oposição àqueles que por uma suposta escolha deliberada incorreriam em atividades desviantes ou criminosas. Em uma tentativa de transposição desse discurso para o que está em disputa em nossa pesquisa, seria como considerar que manifestantes ou ocupantes teriam uma espécie de caráter desonesto, desordeiro, associado à vagabundagem ou vandalismo, estando, portanto, inaptos para o convívio em sociedade[44]. Não obstante, essa visão justificaria a rejeição social e a repressão muitas vezes violenta imposta aos manifestantes.

Por outro lado, há uma forte tendência que se opõe a estas visões no que buscam retirar o foco do ato desviante do plano individual, salientando questões de ordem político-social "macro". Dentro desta concepção, é uma estrutura social injusta (feita de privações financeiras, afetivas, sociais, dentre outras), e não o indivíduo, a responsável pela conduta desviante de um determinado grupo social. Suas ações, portanto, estariam justificadas por condições externas.

Ainda que esta tese almeje, em algumas esferas, chamar a atenção para a deficiência do Estado no que tange ao provimento de serviços de base, e pretenda questionar a ideologia do sujeito desviante naturalmente desordeiro, tal visão não se afasta da postura determinística, uma vez que realiza determinados recortes sociais na busca de explicar o desvio, os quais não se confirmam na prática. Um recorte baseado nas condições materiais e econômicas, por exemplo, poderia indicar que determinadas populações mais carentes estariam

[44] A título de exemplificação destacamos a cobertura do jornal "O Globo" acerca da ocupação denominada de Oi/Telerj. Destacamos esta ocupação em particular pela mesma aparecer de forma proeminente no discurso de alguns de nossos entrevistados (cf. capítulos 4 e 5). Ainda que a análise de notícias impressas não faça parte de nosso escopo investigativo, cabe ressaltar o uso extensivo de palavras relacionadas ao conceito de invasão (foram encontradas seis menções neste texto), bem como a preferência por construções que evidenciam uma suposta agentividade em relação a ações marginais, tais como "... **optaram** pela **invasão** para **fugir** dos altos alugueis".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

assim fadadas ao comportamento desviante, fato que obviamente não se verifica nem neste ou em qualquer outro recorte que possamos imaginar como forma de entender o desvio. Não há respaldo estatístico ou tampouco acadêmico nas mais diversas áreas do conhecimento que possa confirmar a relação direta entre uma determinada condição (seja esta social, de raça, de história de vida, etc.) e uma "propensão" obrigatória e inata para o desvio.

Com estes conceitos em mente, destacamos a argumentação de Becker (1963), a qual propõe uma mudança de foco, de forma que voltaríamos a problematização para o próprio conceito de desvio em si, em oposição às visões acima mencionas que buscam explicações para o desvio no sujeito, seja individualmente ou através de recortes político-sociais. O autor problematiza o fato de que os conceitos de desvio e normalidade são socialmente e discursivamente negociados, bem como destaca a presença intrínseca das relações de poder presentes nestas formulações. Nas palavras de Biar:

> Becker parte da formulação bastante evidente de que há um grupo formulando o julgamento do que é desvio, e que, por essa razão, diferentes grupos consideram coisas diferentes como desviantes. O desvio em si é um conceito vago e divergente que decorre de um processo de rotulação nem infalível nem correspondente ao real, sendo o indivíduo desviante aquele que, **devido a relações complexas de poder**, um rótulo foi aplicado com sucesso. (Grifos meus)

Voltaremos nosso olhar neste momento para algumas questões acerca das relações de poder envolvidas nos processos de rotulação do ato desviante. Ehrlich (1998 apud Cameron, 2001) desenvolveu no referido ano uma pesquisa com base na análise crítica do discurso acerca de um caso de violência sexual praticada em uma universidade canadense. O foco inicial da autora baseou-se em analisar os diferentes recursos linguísticos/discursivos utilizados, tanto pelas vítimas quanto pelo agressor, de forma a expressarem construções de uma mesma realidade (o momento específico da agressão) de maneira diversa. Porém, um ponto levantado pela autora, e de suma importância para esta investigação, reside no fato de que nossas crenças e valores (nas mais diversas esferas, desde crenças no sentido religioso, ou valores presentes no senso comum, etc.) apresentam um peso bastante significativo na forma como concebemos a realidade, formulamos leis, definimos os conceitos de normalidade e desvio, etc. Não obstante, a autora salienta que grupos dominantes possuem o poder de contribuírem em uma escala amplamente desproporcional para tais crenças (idem: 91).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

No caso analisado, a autora destaca que na falta de evidências materiais e testemunhais que pudessem corroborar com a versão de ambas as partes, a disputa pela construção da realidade acontecia em um plano mais simbólico. Tais formulações simbólicas entrariam em conflito ou se encaixariam em uma espécie de repertório pré-existente de formulações e valores que permeiam e operam em uma determinada sociedade. Ao passo que a construção das vítimas evidenciou o caráter não consentido dos atos praticados pelo agressor, este procurou construir uma realidade baseada no caráter dubio de tais afirmações, apelando para uma crença arraigada no senso comum que a vítima não havia sido suficientemente clara sobre sua recusa. Nas palavras da autora:

> Em diversos sistemas judiciais costumava fazer parte da definição legal de estupro que a mulher deveria mostrar "resistência extrema" ao avanço sexual de um homem, e que qualquer coisa menos que isso poderia ser razoavelmente estabelecida como consenso. **Isto não se encontra mais escrito na lei, mas persiste como uma suposição do senso-comum**. (Grifos meus)

No caso em questão, a versão apresentada pelo agressor prevaleceu sobre a construção apresentada pelas vítimas.[45] A linguista feminista Sally McConnel-Ginet (1988:91) corrobora com conceitos acima apresentados acerca da contribuição desproporcional de grupos dominantes para a construção discursiva da realidade ao afirmar que:

> Homens (**e grupos dominantes em geral**) normalmente realizam contribuições amplamente dispoporcionais aos **sistemas de crenças e valores disponíveis, nos quais os falantes se apoiam em suas tentativas de criar significados**. (Grifos meus)

Em consonância com os conceitos apresentados pelas autoras, esta investigação ancora-se em três premissas acerca do conceito de desvio, sendo (i) os aparentes consensos sobre desvio e normalidade são efeito de negociações de que participam discursos e contradiscursos (ii) o reconhecimento de vozes e crenças de grupos privilegiados ocupam um espaço desproporcional na formação dos valores que operam no senso comum, (iii) tais crenças e valores não ficam restritas ao senso comum e/ou ao discurso cotidiano, sendo aplicadas na formulação de leis e procedimentos policiais, bem como na valorização de determinados modos de viver e agir em detrimentos a outros. Em

[45] A autora destaca em nota que o caso analisado ocorreu em uma audiência disciplinar conduzida pela própria universidade, no intuito de deliberar sobre a expulsão do aluno. Posteriormente o caso foi levado a justiça comum, onde o agressor foi considerado culpado em relação a uma das denúncias.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

última análise, concebemos, pois, o próprio conceito do desvio como uma forma de manutenção de poder, na qual grupos cujas formas de existência são mais aceitas e valorizadas determinam a manutenção e perpetuação destes privilégios, ao passo em que marginalizam discursivamente outras formas de ser e existir.

3.2.
O contexto específico da geração de dados e a minha relação com este

Conforme mencionado anteriormente (cf. capítulo 1) esta investigação foi desenvolvida devido a minha relação prévia com o contexto analisado. Por ser integrante de um partido político que se interessa e se debruça sobre a questão da falta de moradia e das remoções forçadas (cf. capítulo 2) na cidade do Rio de Janeiro, especialmente nos meses que antecederam a Copa do Mundo de 2014, tenho tido acesso a uma série de ocupações durante um período que se estende desde junho de 2013 e segue até o presente momento. Nessas ocasiões, o meu acesso foi garantido pelo reconhecimento da visibilidade que tentávamos levar às ocupações. Nosso trabalho consistia em realizar campanhas virtuais no sentido de angariar roupas e mantimentos que pudessem garantir as condições mínimas necessárias aos ocupantes, fazer a entrega desses mantimentos, levantar dados sobre necessidades mais urgentes, tais como pessoas com enfermidades, crianças em situações de risco, etc., levantar informações e dados sobre as condições de vida dos ocupantes, tentar auxiliar em negociações, dentre outros afazeres específicos a cada caso.

Cabe ressaltar, porém, que o estabelecimento de relações de confiança a nível individual sempre foi um ponto mais problemático, devido a alguns fatores que descreveremos a seguir. As ocupações com as quais tive contato (tanto como militante quanto como pesquisador) são comumente integradas por pessoas que não tinham contato prévio entre si. Geralmente a população que integrava essas ocupações era originária de uma ocupação anterior cuja reintegração de posse as levou a migrar para a ocupação atual, pessoas que haviam perdido sua moradia recentemente por motivos diversos (a diversidade de motivos fica mais aparente nos dados selecionados para análise) ou até pessoas que se encontravam em situação de rua.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Em muitas ocasiões (ainda como militantes) nós sentimos uma grande dificuldade no sentido de estabelecermos laços mais pessoais com os integrantes, devido à inconstância das pessoas que, por diversas razões, se mantinham nas ocupações. A título de exemplo, uma notória ocupação, intitulada de Oi/Telerj por ter se estabelecido justamente no terreno abandonado por esta empresa, chegou a unir em torno de 5 mil pessoas em poucos dias do seu início, em 31 de março de 2014. Em meado de abril, quando da reintegração de posse de forma violenta pela polícia militar, muitas pessoas abandonaram o terreno sem a possibilidade de levar seus pertences ou em alguns casos até seus documentos básicos. Movidos por um sentimento de desespero, uma parte dessa população se fixou por vários dias na entrada principal da prefeitura do Rio de janeiro, chegando a montar um acampamento improvisado na passarela da estação do metrô “Cidade Nova”, já com um quantitativo de pessoas bem inferior ao grupo original. Esse segundo grupo foi novamente removido à força pela guarda municipal, durante a madrugada de 15 de abril do mesmo ano, alojando-se no entorno da catedral Metropolitana, no Centro do Rio. Após novo impasse acerca da permanência no local, e devido à pressão tanto da igreja quanto da polícia, um grupo ainda menor aceitou a oferta de abrigo no ginásio de Igreja Católica Nossa Senhora do Loreto, na Ilha do Govenador, próximo ao Galeão, aeroporto internacional do Rio de Janeiro.

A narrativa desses fatos nos é relevante no sentido de fornecer uma pequena dimensão do clima de incerteza, medo e até desespero que permeia tais eventos. No decorrer do fluxo de eventos narrados acima, muitas pessoas abandoaram o grupo original devido à violência física e psicológica que sofreram (violência policial, o fato de terem sido obrigados a se abrigar na rua por vários dias, a incerteza em relação às negociações etc.), ao passo que outras pessoas passaram a integrar o grupo. Em outras palavras, o sentido de união ou até mesmo de “comunidade” de uma ocupação é um fator bastante problemático, uma vez que as pessoas que ali se encontram raramente ficam em contato por muito tempo.

Há ainda uma outra questão bastante significativa: o fator que une os participantes de uma ocupação é, obviamente, a perda de sua moradia, independentemente da origem de cada um. Portanto, uma ocupação pode envolver pessoas que originalmente pertenciam a comunidades diversas, em

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

alguns casos até mesmo com histórico de rivalidade entre elas[46]. A título de ilustração deste ponto, segue um trecho de matéria publicada no site "*Rio on watch*" em 26 de julho de 2014[47], o qual se propõe a divulgar a situação das comunidades e ocupações cariocas à nível internacional:

> Um morador, Vitor, explicou que estar com pessoas de comunidades tão ecléticas foi estranho e às vezes criam-se tensões. Apontando para um homem do outro lado da sala, ele explicou: "Eu vivi na mesma comunidade que esse cara por 30 anos", e, em seguida, apontando para uma mulher limpando o chão do ginásio ele: "Mas essa mulher, eu só conheço há 60 dias". Ele passou a descrever os vários níveis de confiança entre os moradores da comunidade nascente.

Com esses fatos em mente posso agora especificar que, embora atuasse como militante político em algumas ocupações anteriormente ao momento da geração de dados, não poderia afirmar que participava do mesmo contexto dos indivíduos entrevistados em nenhuma esfera, pois não havia tido contato prévio com nenhum dos informantes que participaram desta investigação, uma vez que a maior parte dos dados foram gerados em duas ocupações nas quais eu estava adentrado pela primeira vez. O meu acesso foi garantido a essas ocupações devido a dois fatores: o primeiro reside no fato de, embora a minha pessoa física, por assim dizer, não fosse do convívio dessas ocupações, o nome do partido pelo qual milito possui certa representatividade junto aos ocupantes de uma maneira geral.

Porém, devido à atmosfera de medo e desconfiança descrita acima, aliada ao fato de que no momento da geração de dados (julho - outubro de 2015), já havia ficado claro para os ocupantes que a mídia tradicional não vinha fazendo um trabalho imparcial e justo, havia muita resistência no sentido de conceder entrevistas e/ou falar sobre qualquer assunto relacionado à ocupação de uma maneira geral com pessoas desconhecidas. Portanto, a condição de maior peso no meu acesso ao contexto da geração de dados foi o fato de ter solicitado a companhia de um outro ativista que atua mais especificamente na questão da falta de moradia, e já havia estabelecido alguns vínculos de confiança com os membros das ocupações em questão.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

---

[46] Conforme exposto no capítulo 2, subseção 2.2.1, as ocupações podem ser constituídas de indivíduos pertencentes não apenas às comunidades removidas, mas moradores de rua, trabalhadores de baixa renda sem condições de pagar pelo transporte público diariamente, dentre outros. Reafirmamos tal diversidade aqui com o objetivo de salientar que apesar de atuar previamente como militante da luta pela habitação, não poderia classificar minha pesquisa como de natureza auto etnográfica, pois não havia desenvolvido laços de pertencimento com os grupos analisados.

[47] Disponível em: http://rioonwatch.org.br/?p=11917

Após adentrar os dois prédios ocupados na companhia do militante, fui apresentado ao grupo, o qual se reuniu para que eu lhes explicasse o que pretendia realizar. De forma que esta investigação não se propõe a realizar um recorde de gênero, idade ou qualquer outro elemento que classifique a priori os indivíduos entrevistados, não escolhi deliberadamente nenhum dos participantes desta investigação. Contrariamente, como estamos interessados nos processos de negociação identitários por parte de indivíduos estigmatizados pelo rótulo do desvio, de acordo com nossos propósitos, todos os indivíduos que ali se encontravam estariam aptos a nos contar a sua história, se assim desejassem. Destarte, todos os indivíduos que participaram desta investigação se apresentaram voluntariamente para contar a sua história de vida.

Realizado um total de quatro entrevistas, sendo uma com Pedro (citado na introdução deste por seu caso peculiar), duas na primeira ocupação de um hotel abandonado no centro do Rio de janeiro no dia 20 de setembro, e uma em outro prédio também no Centro da cidade, ao final de novembro. As entrevistas totalizaram aproximadamente uma hora e meia de gravação. Deste conjunto, foram selecionados para a análise e apresentação dos dados um total aproximado de 20 minutos de gravação, considerando o somatório de todas as entrevistas (a forma específica de exposição dos dados de análise será objeto da seção seguinte).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

3.3.
A entrevista na pesquisa qualitativa

Ao longo deste capítulo, evidenciamos o nosso afastamento em relação às perspectivas positivistas de pesquisa social, ao passo que demostramos o nosso alinhamento, e até mesmo compromisso, com uma pesquisa que tenha como um de seus objetivos questionar sistemas de poder que buscam o silenciamento daqueles que historicamente possuem suas identidades marginalizadas. A forma como concebemos as entrevistas na pesquisa qualitativa reforça esses comprometimentos. Em versões mais tradicionais acerca da entrevista qualitativa, pesquisador e entrevistado estão em uma relação assimétrica de poder no que diz respeito à produção do conhecimento e ao piso conversacional. O pesquisador seria responsável por conduzir a entrevista, e de certa forma extrair do pesquisado as informações que lhe são esperadas. A interação, portanto, seria uma mera atividade de extração de

informações, na qual um indivíduo fornece ao outro os dados desejados (Bastos e Santos, 2013).

Entendendo, contrariamente, a realidade como socioconstruída, bem como a interação face a face o momento no qual construímos coletivamente nossas subjetividades e negociamos nossas identidades, nos afastamos de perspectivas que olhem para o pesquisado apenas como um informante necessário ao estudo, do qual o pesquisador deve estar afastado, de forma a garantir a objetividade científica. Como já argumentado ao longo deste capítulo, o pesquisador está biograficamente, politicamente e ideologicamente situado. Seu papel na entrevista é torná-la, dentro das limitações inerentes a este gênero, um momento no qual ambos os interactantes negociam a coconstrução de significados. (Mishler, 1986)

Desta forma, delineamos inicialmente as entrevistas com uma única pergunta aberta, na qual pedíamos que o entrevistado nos relatasse os eventos que culminaram em sua participação nas ocupações. Com esse desenho em mente, esperávamos trazer a voz do pesquisado para a pesquisa (Mishler,1986), na forma de narrativas de história de vida. Desta forma, o pesquisador reassume o seu compromisso de construir sentidos e significados em ação conjunta com o participante. Com exceção da pergunta incialmente formulada, todas as participações do pesquisador acontecem de forma espontânea, refletindo o seu entendimento da realidade que lhe estava sendo exposta no momento da interação.

Justamente pelo caráter não estruturado e não interacionalmente hierárquico do pesquisador em nossa perspectiva, é imperativo destacar que a própria participação deste nas entrevistas tornou-se objeto de análise, como será evidenciado nos capítulos que seguem. Os dados serão apresentados dentro de uma versão simplificada do modelo de transcrição proposto por Jefferson (cf, Loder, 2008). Tal simplificação reside no fato de que determinados quesitos apresentados no modelo original não se mostraram relevantes para nossos objetivos[48]. Conforme evidenciamos ao longo desta investigação, as entrevistas ocorreram nos locais onde as ocupações aconteciam[49]. Foram entrevistados quatro participantes, dos quais selecionados os momentos que se evidenciaram relevantes para nossos objetivos – organizados em forma de excertos conforme exposto na seção seguinte. Apresentaremos de forma sistemática nas tabelas

[48] Modelo de transcrição utilizado encontra-se em anexo.
[49] Por motivos de segurança não descararemos o endereço ou nome das mesmas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

abaixo algumas características que nos auxiliam a localizar nossos participantes no decorrer das análises:

Participante	**Pedro**	**Valeria**
Características físicas	Homem - Pardo[50] - em torno de 35 anos	Mulher – Negra – em torno de 40 anos
Data da entrevista	17 de abril de 2015	20 de agosto de 2015
Duração da entrevista	9’ e 30’’	7’ e 45’’
Tópicos abordados	1) Causas da perda de sua moradia. 2) O conflito com a polícia. 3) Nascimento prematuro de seu filho. 4) Como conheceu o movimento das ocupações 5) Sua luta atual e objetivos futuros	1) Perda de sua moradia 2) Sua condição de avó 3) Ingresso no ensino superior 4) Participação e renúncia em diversas ocupações

Participante	**Adriene**	**Mariana**
Características físicas	Mulher – Negra – em torno de 65 anos.	Mulher – Negra - em torno de 40 anos
Data da entrevista	20 de agosto de 2015	22 de agosto de 2015
Duração da entrevista	10 e 55’’	1’ e 30’’
Tópicos abordados	1) Desabamento de sua moradia original 2) Entrada no movimento sob escrutínio 3) Dificuldades logísticas da ocupação.	1) Perda de sua moradia 2) críticas ao sistema habitacional 3) entrada no grupo sob análise

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Passemos agora para a forma como organizaremos e exporemos os dados nos capítulos que seguem.

3.4.
O roteiro analítico de apresentação dos dados

Encontramos no modelo de apresentação de dados utilizado em Biar (2012) o formato no qual nos baseamos para tomar algumas decisões nesta investigação. Primeiramente, conforme exposto na introdução deste, realizamos

[50] Ressaltamos que as categorizações raciais aqui utilizadas são autodeclaradas por parte de nossos participantes.

a análise em duas laminações interdependentes (idem), de forma que pudéssemos nos debruçar sobre os mesmos dados, porém com lentes analíticas diferentes. A laminação utilizada no capítulo 4 identifica os recursos linguísticos, paralinguísticos e discursivos utilizados por nossos entrevistados para se distanciarem discursivamente do extraordinário em suas ações, com base na microssociologia de Goffman (1979), empregando especialmente as categorias de trabalho de face e enquadre (cf. cap. 4). Em investigação acerca da negociação identitária em indivíduos em situação de cárcere, Biar (2012) utilizou um roteiro analítico orientado pela apresentação de determinados movimentos discursivos que foram mais evidentes nos seus dados. Assim, ao invés de analisar cada entrevista separadamente, a autora destacou, em tópicos autônomos, determinados movimentos discursivos tais como: a não nomeação dos atos desviantes, estratégias de evitação, a impessoalização do discurso, dentre outros. Esses momentos então foram destacados através de excertos que exemplificavam prototipicamente cada ponto. Desta forma, a redundância em relação a análise de um mesmo movimento discursivo presente em diversos informantes foi evitada.

Tomamos como base esse modelo de apresentações de dados nos capítulos que seguem. No capítulo 4, então, destacaremos os recursos linguísticos e discursivos que consideramos mais alinhados com nossos objetivos, evidenciando a relação dos mesmos com a proteção da face dos interactantes e apresentando excertos de entrevistas variadas como exemplo. No capítulo 5, ainda baseados no modelo analítico de Biar, apresentaremos uma segunda laminação. Com os dados novamente organizados por determinados tópicos analíticos, salientando as estratégias de construção e organização narrativas mais alinhadas com nossos objetivos. Tal análise partirá da estrutura clássica laboviana, com ênfase na negociação identitária de nossos participantes.

Posteriormente, os dados serão analisados de acordo com os sistemas de coerência e causalidade como propostos por Linde (1993). Apresentaremos, em tópicos autônomos, os modelos organizacionais da narrativa que se mostraram mais evidentes em cada informante, tais como: relações de causalidade e sequencialidade, a mitigação da agentividade, a vagueza no provimento de determinadas informações, dentre outros. De forma semelhante ao capítulo anterior, destacaremos cada movimento discursivo através de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

excertos relacionados a um informante, de forma a evitarmos a redundância de um mesmo tópico presente em mais informantes.

Em outras palavras, a apresentação de nossos dados não seguirá a ordem cronológica na qual os mesmos foram gerados, e não analisará cada entrevista de forma isolada, uma vez que os recursos utilizados por nossos informantes para negociar suas identidades se mostraram comuns a maioria dos mesmos. A análise partirá, portanto, em ambos os capítulos, desses recursos, destacando ao leitor a frequência dos mesmos em outras entrevistas não apresentadas com o intuito de evitarmos uma análise repetitiva dos dados.

3.5.
Encaminhamentos teórico-metodológicos

No presente capítulo nos debruçamos sobre os aspectos teórico-metodológicos que orientam o desenho do presente estudo. Iniciamos pela explanação, e subsequente crítica, aos modelos positivistas de pesquisa, especialmente no que tange às nossas sociabilidades. Destacamos a problemática existência de um sujeito prefigurado ao discurso nas bases de tais modelos. Quando aplicados aos estudos da linguagem, tais entendimentos acerca de um sujeito essencializado nos levavam, de acordo com nossos entendimentos, a conclusões simplistas e limitadas sobre quem somos.

Com este movimento, marcamos não apenas o nosso afastamento de tais visões, mas também nosso alinhamento com versões da pesquisa qualitativa que enxergam as relações identitárias dos sujeitos como negociadas localmente em interações reais, sendo, portanto, fluidas, fragmentadas e orientadas por objetivos interacionais diversos. Argumentamos ainda que as relações de poder que atuam na e através da linguagem em uma constante disputa pela construção de sentidos e subjetividades não são simetricamente distribuídas entre os sujeitos. Contrariamente, grupos dominantes contribuem de maneira extremamente desproporcional para a construções de sentidos e construções identitárias que circulam em uma determinada comunidade. Compreendemos, pois, o papel politicamente engajado do pesquisador no sentido de analisar criticamente tais relações, bem como contribuir para que grupos historicamente marginalizados possam negociar, no fluxo de interações reais, outras relações identitárias.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Face ao exposto, passemos agora ao primeiro capítulo de análise dos dados, o qual se debruçará sobre a análise das construções identitárias em encontros mistos, ou seja, nos quais um dos participantes da interação possui suas relações identitárias previamente deterioradas pelo rótulo do desvio. Para esta laminação de análise utilizaremos, prioritariamente, os conceitos de Goffman aplicados à sociolinguística interacional.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

4.
O trabalho de face na entrevista com participantes de ocupações urbanas

Goffman (1959) discorre sobre o conceito de face como sendo uma espécie de imagem social positiva que os falantes negociam ao longo de seus encontros sociais. Em cada momento da interação, interpretamos e emitimos pistas linguísticas e paralinguísticas que nos orientam sobre a maneira mais socialmente aceita de nos projetarmos[51], de forma a nos apresentarmos de maneira condizente com as expectativas alheias e as nossas próprias acerca de cada situação interacional. Cabe ressaltar que a face é, portanto, um mecanismo dialógico, isto é, ao mesmo tempo em que nos apresentamos de maneira favorável de acordo com a situação, em condições padrões, (ou seja, nas quais o conflito é evitado), também nos esforçamos para ratificar e manter a face sustentada por nossos interlocutores.

Em seu trabalho seminal[52] acerca dos processos de negociação e proteção da face, Goffman (1959) traça um paralelo entre as interações face a face cotidianas e apresentações teatrais. O trabalho de face, nos termos do autor, diz respeito à tentativa que os indivíduos realizam no sentido de "controlar" ou guiar as impressões que causam em seus interactantes. Este controle materializa-se na forma de alterações que os indivíduos realizam em relação à projeção de atributos positivos que consideram mais adequados para os variados contextos. A apresentação destes atributos positivos por um lado, e a proteção deles por outro, estão na base do entendimento sobre situações de desconforto ou "embaraços" no curso das interações. Os participantes de um encontro, portanto, tendem a projetar aspectos identitários positivos[53] que devem

[51] Gumperz (1982) argumenta que um mesmo enunciado pode ser compreendido de diversas formas pelos participantes de uma interação. O contexto no qual o enunciado ocorre pode oferecer algumas limitações a sua interpretação, mas este não seria suficiente para esgotar todas as possibilidades interpretativas de nossos enunciados. Dessa forma, o autor discorre sobre as pistas de contextualização. Tais pistas se referem a determinados "comportamentos linguísticos" que acompanham os enunciados, tais como: variações de entonação e ritmo na fala (ou em determinadas palavras), linguagem corporal, escolhas lexicais, pausas, dentre outros. Ao longo deste capítulo detalharemos a relação entre as pistas interacionais e os conceitos de Goffman, no que tange à construção do self sob uma luz favorável em negociações localmente orientadas.

[52] A representação do eu na vida cotidiana, Goffman (1959).

[53] Cabe ressaltarmos neste ponto que o conceito sobre a configuração de tais aspectos positivos também se trata de um entendimento negociado e localizado nas interações. Assim, como argumentamos anteriormente (Cf. Capítulo 3) acerca do caráter negociado do desvio, em detrimento a entendimentos que buscam localizar o estigma no indivíduo, argumentamos aqui que o "não-desvio", ou seja, a concepção do que seria uma construção positiva, também está sujeita a entendimentos que os interactantes trazem para a interação. Na última seção do presente capítulo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

ser ratificados, ao mesmo passo em que aspectos negativos costumam ser mitigados, ou ao menos não levados à superfície da interação.

Em outras palavras, os falantes utilizam as referidas pistas de contextualização não apenas como mecanismos interpretativos para seus enunciados, mas também para suas negociações identitárias localizadas no fluxo das interações face a face. A tentativa de negociarem projeções culturalmente e socialmente aceitas como positivas e favoráveis orienta, portanto, a utilização de tais recursos a todo momento. Desta forma, podemos argumentar no sentido de que tais recursos não são fixos, sendo, contrariamente, negociados e renegociados no fluxo das interações, de acordo com nossos julgamentos do que seria socialmente adequado para cada momento interacional. Negociamos, pois, localmente, nossos enunciados e nossas relações identitárias em momentos diferentes da interação, na medida em que nossas percepções do que seria uma construção identitária positiva para um determinado momento se altera.

A referida metáfora teatral na teoria de Goffman toma forma no caráter dialógico do termo. O autor traça um paralelo entre as interações cotidianas e performances teatrais, levando em conta todos os elementos que constituem este último cenário, incluindo a relação com a audiência. Em outras palavras, ao passo em que um falante está atento para a projeção de atributos positivos para sua "audiência", este, por sua vez, constitui a "audiência" de seu interlocutor. Desta forma, o trabalho de face é compreendido como um mecanismo interativo e dialógico, no qual ambos os interactantes estão engajados, concomitantemente com a emissão de seus enunciados. Conforme argumentaremos ao longo de nossa análise, a negociação da face não deve ser confundida com uma atividade paralela, ou destacada da emissão de nossas elocuções. Contrariamente, estamos a todo momento da interação emitindo, interpretando e reinterpretando um conjunto complexo de pistas interacionais[54], as quais, em última análise, influenciarão de forma determinante a interpretação e produção de enunciados, bem como da "projeção do eu" de maneiras que julgamos socialmente aprovadas.

(cf. seção 4.2) abordaremos o conceito de "esquemas de conhecimento". Por ora, podemos preliminarmente argumentar que tal conceito se refere aos entendimentos, valores, visões de mundo, etc. que os interactantes trazem para as interações. Argumentaremos na seção indicada que tais entendimentos exercem influência determinante na forma como os indivíduos negociam suas relações identitárias positivas em interação, incluindo o próprio conceito sobre a configuração do que seria localmente positivo.

[54] Gumperz (1982).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Embora os conceitos de trabalho de face e self estejam relacionados com as análises aqui desenvolvidas, cabe, neste ponto, marcarmos algumas diferenças entre os mesmos. O conceito de self diz respeito a uma imagem ao mesmo tempo pessoal e social, que os outros têm de nós, além de nossas próprias avaliações sobre nós mesmos (Goffman, 1959). Desta forma, em nossos entendimentos, o conceito de self está relacionado com uma construção identitária mais "ampla" que os indivíduos projetam em determinados contextos. Esta projeção, como argumenta Biar (2012:48), não deve ser confundida com uma tentativa deliberadamente "falsa" no sentido de "enganar" o interlocutor, mas sim como uma projeção de "si mesmo" orientada por valores construídos em interações anteriores". Por essa razão, argumentamos ao longo desta investigação que os indivíduos entrevistados possuem um " self estigmatizado" ou deteriorado em função do desvio. Com isso, estamos também argumentando que o rótulo do desvio exerce função preponderante na imagem pré-concebida que estes indivíduos carregam para as interações. Por outro lado, um ponto central para o arcabouço teórico de Goffman, bem como para esta investigação, diz respeito a tentativa que todos os indivíduos realizam no sentido de se projetarem sob uma luz favorável em interação (Goffman,1959). É justamente através da negociação de atributos socialmente construídos como positivos que o supracitado trabalho de face entra em cena. O trabalho de face, portanto, é localizado e situacional, de forma que mesmo indivíduos conscientes das relações sociais que os categorizam enquanto indivíduos de "self deteriorado" pelo rótulo do desvio possam vir a negociar, no fluxo das interações face a face, projeções positivas. É justamente sobre a análise dos recursos linguísticos-discursivos empregados por nossos interactantes com o objetivo de preservar suas faces que esta investigação se lançará nos tópicos abaixo.

A fim de ilustrarmos a definição de trabalho de face, imaginemos uma situação prática onde os interactantes negociam e sustentam a face positiva deles próprios e do outro durante a interação. Citarei uma situação real vivenciada por mim recentemente: eu estava aguardando uma encomenda importante há alguns dias, e observei pela janela que a mesma havia chegado e sido recebida pelo porteiro do meu prédio. Alguns minutos depois, fui buscá-la na portaria, mas o porteiro encontrava-se fumando na garagem. Esperei até que ele retornasse. Ao me ver, ele imediatamente disse que havia ido ao banheiro e se desculpou pela ausência, ao que sorri e disse que estava tudo bem, e perguntei (mesmo sabendo a resposta) se havia chegado algo para mim.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Tal ocorrência não é muito incomum e, com algum grau de variação contextual, podemos conceber que muitos já passaram por uma situação semelhante, na qual não exageram a necessidade de apontar uma inverdade na fala alheia. Quando o porteiro, mesmo sem nenhuma requisição de minha parte sobre seu paradeiro, alegou que estava no banheiro, ele estava protegendo a sua face, uma vez que o hábito de ser fumante pode ser contestado por alguns, ao passo que ir ao banheiro não. Eu poderia ter adotado um tom acusatório, e dizer que sabia que aquela afirmação era inverídica, mas com isso eu estaria ameaçando a face positiva criada por ele, e isso, segundo Goffman, não faz parte do propósito padrão daquele tipo de interação. Eu optei por ratificar a imagem socialmente aceita construída por ele, ou seja, protegi a sua face, ao comentar que não havia problema. Quando perguntei se havia algo para mim, mesmo sabendo que sim, eu estava ratificando a sua identidade de porteiro competente, uma vez que afirmar categoricamente que havia algo, e que eu o estava aguardando, poderia ser interpretado em um tom de crítica.

Este exemplo, ainda que de forma simplória, ilustra o trabalho de face que os interactantes realizam em interações reais, de forma a evitar o conflito, através da sustentação mútua das imagens positivamente negociadas. Ainda que a complexidade linguístico-discursiva envolvida na sustentação destes atributos não tenha sido abarcada nas linhas acima[55], podemos, preliminarmente, corroborar com a definição de Goffman (1967) acerca da face como sendo uma projeção do “self” em termos de atributos sociais aprovados. Como os interactantes irão se projetar e negociar mudanças nessa projeção no curso das interações vai depender de suas impressões sobre o contexto no qual estão interagindo, a situação, o que está acontecendo, quais são seus objetivos em termos de negociação identitária mais adequadas para aquele momento, ou para aquele público. Podemos inferir que nossas projeções do “self” também estão em grande parte relacionadas com nossas impressões sobre o outro, bem como sobre possíveis julgamentos que os nossos interactantes possam vir a fazer sobre nós.

É justamente essa noção que temos de nós mesmos e de nossos interactantes que exercerá um papel determinante nos encontros sob análise, uma vez que, conforme argumentado na introdução e em outros momentos desta investigação, estamos lidando com o tipo de encontro que Goffman (1988)

[55] A exemplificação pormenorizada do trabalho de face será um dos objetivos analíticos deste capítulo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

classifica como misto, ou seja, aqueles onde a identidade estigmatizada por parte de um dos interactantes já se faz conhecida, ao passo que o outro faz parte do grupo cuja identidade não está estigmatizada e/ou é valorizada socialmente. Conforme argumentam Goffman (1955)[56] e Biar (2012) em sua análise de encontros mistos, o trabalho de sustentação da face torna-se especialmente delicado neste tipo de encontro.

Na já citada investigação conduzida por Biar (2012)[57], destaca-se de forma proeminente as especificidades do encontro misto entre a pesquisadora e internos de um complexo penitenciário. No capítulo no qual os aspectos sócio - interacionais de suas interações são apresentados, a autora ressalta a tensão que havia até mesmo em momentos prévios às interações, através da evitação do contato visual, bem como a preferência pelos indivíduos em responder suas perguntas para seu colega de pesquisa – do gênero masculino -, uma vez que, como argumenta a autora, qualquer desrespeito, ainda que não intencional, por parte dos indivíduos que faziam parte da escola, seria severamente punido. Este ponto destaca o argumento de que os indivíduos estão a todo momento conscientes de suas identidades estigmatizadas. Biar (idem) se debruça justamente sobre estratégias similares empregadas por seus entrevistados no sentido de invisibilizar o extraordinário[58] em suas ações. Com base nesses estudos, nos interessa analisar de que formas, ou seja, através de quais recursos linguístico-discursivos, a consciência sobre o extraordinário da ocupação interveio na forma como nossos entrevistados se constroem em interação.

Há duas razões principais que podem influenciar o manejo da face em encontros mistos: a primeira diz respeito à consciência que o estigmatizado possui de sua identidade desviante, fato que, como veremos nas análises abaixo, contribui para uma proteção ainda maior de sua face, visto que o alinhamento com o estigma ameaçaria a apresentação positiva da mesma. Portanto, mesmo que o tópico e o objetivo das entrevistas desta análise girem em torno do desvio – através do da busca inicial dos entrevistados pelo alinhamento dos interactantes com uma atividade tida como desviante -,

[56] Cf. Goffman “On face work” (1955).

[57] Citada em outros momentos ao longo deste. Ver capítulo 1 e capítulo 3, seção 3.5, quando da descrição do roteiro analítico escolhido.

[58] Destacamos aqui o entendimento de que o termo “extraordinário” assume uma conotação que se afasta do sentido positivo geralmente aplicada ao mesmo. Por extraordinário entendemos justamente os atos culturalmente negociados como desviantes ou que se afastam dos cânones de normalidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

argumentaremos que os participantes desta investigação utilizaram diversas táticas interacionais e discursivas de "neutralização do desvio" (Becker, 1963) para protegerem suas faces positivas.

O olhar micro nos permitiu identificar os recursos linguísticos, paralinguísticos e discursivos utilizados por nossos entrevistados para se distanciarem discursivamente do extraordinário em suas ações, dos quais destacamos, com base em Biar (2012): (i) hesitações em momentos específicos nos quais o tópico do desvio entraria em cena, (ii) a não nomeação dos atos desviantes, (iii) o uso de informações vagas e/ou que mitigam ou, em alguns casos, chegam a neutralizar a agência dos entrevistados, (iv) a evitação do tópico ameaçador da face, trazendo outros assuntos menos pertinentes à tona, dentre outros recursos que discorremos abaixo.

Outro ponto que poderá ser observado nos dados abaixo é uma espécie de zelo maior por parte dos entrevistadores no momento de formular algumas questões, por exemplo, de forma que fosse evitado um tom acusatório, depreciativo ou que colocasse, a priori, a agência de atos desviantes nos entrevistados. Tal procedimento poderia conferir-lhes, assim, uma identidade negativa que ameaçaria sua face, ao invés de ratificá-los como participantes interacionais validados, os quais merecem consideração. Iniciando, portanto, a análise pelas técnicas utilizadas pelos entrevistadores, discutiremos uma postura que se fez presente em todo o percurso da geração de dados, a saber, uma aparente falta de empatia, mesmo quando situações de natureza vexatória, traumatizantes, ou ainda vagas se fizeram presentes nas entrevistas. Esta postura, no entanto, como argumenta Goffman (1955), tem por objetivo evitar abordar de forma mais aproximada o evento que ameaçaria a face do interlocutor. Em outras palavras, ao não reconhecer o extraordinário na ação ou conduta do outro, estamos de certa forma evitando uma postura que pode, para nossos interlocutores, ser entendida como uma espécie de julgamento negativo.

4.1.
A atitude "blasé"[59] como estratégia de ratificação dos entrevistados

[59] O termo "atitude blasé" configura-se na obra do sociólogo Georg Simmel (1908) como uma espécie de "desumanização" do homem moderno frente à pobreza. Nesta concepção, o termo estaria relacionado com uma indiferença enquanto estratégia de interação social entre indivíduos "normais" e estigmatizados (no caso do autor o foco se deu nas relações interacionais entre indivíduos pobre e não pobres). Nas palavras de Coura (2008:13) o sociólogo concebe o termo da seguinte forma:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Começaremos por analisar a forma como a entrevistadora formulou suas perguntas para a primeira interação. Neste encontro, eu fiquei responsável por fazer a filmagem, e uma colega que atua no setor de direitos da mulher do partido ao qual somos filiados (a quem chamarei aqui de Kátia) realizou as perguntas, pois havia interesse de sua parte em expor a situação de violência sofrida pela esposa do entrevistado.

Excerto 1: Como foi que aconteceu, sabe? – Kátia

Kátia	01	Pedro, como foi que aconteceu (2.0), sabe?
	02	A situação no momento que a Fernanda deu à luz?
Pedro	03	Olha, (2.0) pelo eu eu fiquei sabendo que foi assim (2.0)
	04	Eu não (1.5) estava no momento (3.0) que
	05	aconteceu que... (1.0) os policiais iriam entrar á

Simmel é um crítico ferrenho à centralidade das condições da vida metropolitana que redundaram como causa e efeito do processo calculista que propiciou uma alta impessoalidade e uma subjetividade altamente pessoal (Simmel, 1987). Este desencadeamento, segundo o autor, proporcionou um tipo de homem metropolitano estimulado desenfreadamente e, ao mesmo tempo, fatigado de seu cenário, provocando o que Simmel (1987) chamou **de atitude blasé**, que podemos relacionar com a perda da capacidade de "discriminar" coisas e pessoas, destituindo, desta forma, sua forma e substancia. **A atitude blasé resulta, portanto, numa recusa a reagir, levando o indivíduo a ter para com os outros, uma posição de desconfiança, indiferença e reserva. Esta repulsa mútua, configurada como uma dissociação é, para Simmel, uma forma de socialização muito presente na vida metropolitana.** (Grifos meus)

No entanto, embora Goffman (1988; 2005) também se debruce sobre a manipulação do estigma em interações entre estigmatizados e não estigmatizados, o termo adquire uma conotação diversa. Nos termos do autor a interação face a face se torna um espaço de *barganha (*1988), na qual o desempenho interacional e identitário dos participantes deverá seguir uma espécie de comportamento moralmente aceito. Desta forma, os indivíduos tenderão a evitar determinados comportamentos interacionais que possam levar ao desconforto ou ao conflito. Em outras palavras, a interação, especialmente entre indivíduos estigmatizados e não estigmatizados será regida por cânones de normalidade. Conforme argumentado ao longo deste, o trabalho de face é um mecanismo dialógico, no qual ambos os participantes negociam alinhamentos identitários e desempenhos interacionais favoráveis para si mesmos, bem como ratificam tais desempenhos por parte de seus interactantes.

Uma das diversas formas de evitação e controle da informação (Goffman, 1988:61) negociada em tais encontros seria justamente a utilização de uma pretensa atitude blasé por parte do não estigmatizado como estratégia interacional de preservação da face do estigmatizado. Desta forma, o termo atitude blasé como aqui empregado não remete a uma forma de indiferença frente ao extraordinário que se apresentava nas histórias de nossos entrevistados, mas sim, uma estratégia interacional no sentido de não trazermos para a superfície do encontro sentidos que pudessem ameaçar a face positiva que estava sendo negociada pelos participantes.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

	06	noite... à noite mesmo.
	07	Não iam.(1.0).. Não iam (1.0) entrar de dia.
	08	Não aconteceu. (1.0) ENTÃO, chegou muito policial no
	09	portão.. falando que ia entrar

Na linha 01, Kátia hesitou algum tempo antes de apresentar a sua pergunta (a qual já havíamos formulado previamente), de forma a evitar nomear e verbalizar a atividade na qual o casal estava envolvido. Tínhamos a informação de que a esposa de Pedro havia dado à luz em um banheiro, durante um confronto com a polícia, que realizava a reintegração de posse de um prédio ocupado pelo casal e por outros. Podemos argumentar aqui que uma pergunta que explicitasse qualquer um destes fatos, especialmente das ações sociais e discursivamente construídas como desviantes, poderia gerar, mesmo que não intencionalmente, uma leitura crítica ou acusatória. Uma alternativa nos moldes de "*Mas o que a Fernanda fazia grávida ali?*" *Vocês não sabiam que a polícia estava preparada para entrar?* "começaria por ameaçar a face de Pedro, acusando-o de não ser um homem zeloso para com sua família, ou poderia ainda ser entendida como uma acusação semelhante direcionada a Fernanda. Com o uso da palavra "*sabe*?", Kátia negocia tacitamente com Pedro o momento exato ao qual se refere, sem precisar nomeá-lo, apelando para esquemas de conhecimento[60] compartilhados entre os participantes (Tannen e Wallat, 1987:190). Por fim, Kátia conseguiu resumir a pergunta na expressão "*a situação em que algo aconteceu*", de forma que qualquer relação de agentividade ou crítica que poderia gerar ameaça a face de Pedro e Fernanda é mitigada. A palavra *situação* (linha 02) engloba todas as ações de ambas as partes, tanto dos ocupantes quando dos policiais, sem colocar a agência ou a responsabilidade diretamente em nenhum deles. Percebemos ainda que ao usar a expressão "*a situação no momento em que a Fernanda deu à luz"* Kátia retira completamente Fernanda do contexto desviante ao não nomeá-lo ou citá-lo em sua pergunta.

Outro ponto que pode ser observado neste excerto é que a resposta de Pedro, sobre não estar presente no momento em que sua esposa deu à luz

[60] Tais conceitos referem-se literalmente aos conhecimentos prévios que os falantes "trazem" para as interações. As autoras relacionam tais técnicas com o conceito mais amplo, debatido na introdução deste capítulo, acerca da neutralização do desvio em encontros mistos (Goffman, 1988).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

(linhas 03-05), nos causou um certo estranhamento, fato que, como comentei posteriormente com minha colega, teria sido objeto de uma interrupção e de questionamento de nossa parte, se estivéssemos em outro contexto interacional. Porém, no momento da interação face a face decidimos ignorar esse questionamento, que mais uma vez ocasionaria uma séria ameaça a face do Pedro, e permitimos que ele prosseguisse com sua narrativa[61].

Conforme argumentamos na introdução deste capítulo, esta estratégia é defendida por Goffman (1955:25) como uma espécie de não reconhecimento, ou invisibilidade intencional de ações ou falas que podem vir a ameaçar a face do outro. Em sua explanação sobre o tópico, o autor cita como exemplo a prática institucionalizada em contextos militares de ignorar um colega que desmaie ou se sinta mal em uma formatura, não por falta de empatia ou zelo para com o outro, mas sim como forma de mitigar o possível constrangimento que reconhecer e, portanto, oficializar a situação vexatória causaria ao outro.

O mesmo padrão de proteção da face de nossos interactantes através da não nomeação do ato desviante pode ser observado nas outras entrevistas, começando pela forma como a pergunta inicial, ou seja, como nossos entrevistados decidiram começar a ocupar esses terrenos, foi formulada. Vejamos, por exemplo, o excerto 2 a seguir:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Excerto 2: A reformulação – Wilson

Wilson	10	Valéria (nome fictício), então (2.0) é:: eu queria
	11	te perguntar como é que::: (2.0),
	12	o que aconteceu que você perdeu a sua moradia,
	13	e como é que você conheceu as as as::: primeiras ocupações:::
	14	primeiras ocupações::: como é que você começou a
	15	fazer parte desse movimento?

Um dos objetivos iniciais das entrevistas, ainda anteriormente à decisão de torná-la uma investigação científica, conforme ficou explicitado na introdução,

[61] Cabe ressaltarmos aqui que nossa entrevista não possuía interesse na apuração realista dos fatos. Para os nossos objetivos analíticos nos interessa a análise dos movimentos discursivos utilizados para a proteção da face dos presentes. Desta forma, analisamos como a vagueza no provimento de informações da parte do entrevistado, bem como a ratificação da construção apresentada pela parte dos entrevistadores contribui para estes objetivos.

seria não apenas entender como os entrevistados decidiram fazer parte dos movimentos que realizam ocupações, mas também contestar discursivamente noções arraigadas no senso comum sobre as ocupações e seus participantes. Esperávamos atingir esses objetivos através das possíveis críticas às condições de moradia que eu esperava encontrar na fala de meus entrevistados, lembrando que estas críticas já se faziam presentes em nossas conversas mais cotidianas, não gravadas. Desta forma, podemos argumentar que a construção identitária do "ocupante", em nossos entendimentos preliminares, apontava na direção de uma identidade valorizada e não-estigmatizada, a qual pretendíamos trazer para a superfície da interação.[62] Porém, no momento de formular a pergunta inicial houve bastante hesitação e reformulações de minha parte, uma vez que me pareceu demasiado acusatório, além de uma postura determinística, atribuir a identidade de ocupante, a priori, em minha entrevistada.

A pergunta que inicialmente havia sido formulada em torno de " *Valéria, porque você decidiu começar a realizar ocupações?* ", no momento da interação face a face, foi reformulada mais de uma vez. Ao invés de atribuí-la com a identidade de ocupante, eu primeiramente a defini como *uma pessoa que perdeu a moradia* (um eufemismo, em linguagem de senso comum, ou mitigação da agência como estratégia de proteção de face), e perguntei como ela conheceu as ocupações, um verbo que carrega um peso menor em relação a agentividade de minha entrevistada. Quando eu finalmente realizo uma construção que daria mais agência à minha entrevistada (como é que você começou a fazer parte...), eu opto por não nomear a ação desviante, usando um eufemismo "*deste movimento*". Esse mesmo padrão de formulação da pergunta inicial se repete nas outras quatro entrevistas.

Neste ponto cabe ressaltar uma quebra de expectativa importante. O entrevistador apresentava um alinhamento político favorável às ações realizadas pelos entrevistados. Desta forma, suas perguntas haviam sido formuladas,

[62] Conforme argumentamos na seção 3.1.4, na qual debatemos sobre as relações de poder presentes na rotulação do desvio, entendemos que as possibilidades identitárias dos indivíduos estigmatizados estão aprisionadas em função do estigma. Ainda que alguns discursos busquem questionar noções psicologizantes do desvio, argumentamos que estas não estão atentas para as possibilidades de negociação identitária em interação, sendo igualmente deterministas. No entanto, tal compreensão ainda não se fazia presente no momento em que algumas entrevistas foram realizadas, de forma que os entrevistadores pretendiam trazer a identidade de "ocupante" e/ou "vítima de políticas habitacionais falhas" para a superfície da interação. Porém, conforme argumentaremos ao longo desta análise, tanto os próprios entrevistadores quanto os entrevistados, no momento da interação face a face, desempenham papeis interacionais que se afastam de tais expectativas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

anteriormente ao encontro face a face, de tal maneira que a agência dos entrevistados fosse ressaltada, tomando a identidade de ocupante como fato dado, e, portanto, enquadrando a interação como uma espécie de denúncia. A pergunta inicial, com pequenas variações de um entrevistado para outro, foi formulada da seguinte forma: *"O que aconteceu que você perdeu a sua moradia* e *como você começou a participar das ocupações*?", de maneira que nossos esquemas de conhecimento geraram expectativas nas quais os entrevistados buscariam alinhamento com tal identidade. Ou seja, buscariam alinhamento com a identidade de pessoas que sofreram uma perda habitacional por motivos que fugiram ao seu controle e discorreriam, em tom de denúncia, acerca das falácias governamentais em suprir esta necessidade, conforme expostas no capítulo 2.

Podemos argumentar que, ao iniciar a pergunta frisando a perda de moradia por parte dos entrevistados, estamos previamente partindo da suposição que eles não estariam ocupando aquele imóvel caso não fosse estritamente necessário, bem como estaríamos colocando em terceiros (implicitamente a prefeitura)[63] a responsabilidade por esta perda. Estaríamos, portanto, não apenas demostrando alinhamento com a causa dos entrevistados, mas também, de certa forma, "direcionando" a interação para que discorressem sobre os fatores políticos e sociais que geraram a perda. Porém, no momento da interação face a face, optamos por afastar nossos entrevistados dessa identidade pré-determinada, e utilizamos construções como " *conhecer a ocupação*", " *participar deste movimento*", ou ainda construções mais abertas como " *você poderia nos contar um pouco da sua história, de como você perdeu a sua moradia? ".* Os excertos 03 e 04 abaixo ilustram outras construções utilizadas pelos entrevistadores no momento de realizar a pergunta inicial. Conforme explicitado no capítulo dedicado à metodologia, apresentaremos um número limitado de exemplos representativos do ponto em questão, porém o mesmo padrão de controle da informação (Goffman,1988:61) foi repetido em todas as entrevistas, com pequenas variações.

[63] Bem como a vasta gama de fatores relacionados ao déficit habitacional apresentados no capítulo 2.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Excerto 3: A não nomeação dos atos desviantes pelo entrevistador - Wilson

Wilson	16	É::: Adriene (1.5) Eu queria que você me contasse então
	17	(2.0) é::: O que foi que aconteceu
	18	que você (1.5) perdeu a sua moradia e ::
	19	como é que foi que você, depois que perdeu a
	20	sua moradia é::::
	21	(2.0)Tomou conhecimento (1.5) começou a participar dos
	22	movimentos::: de ocupação?

Excerto 4: Mitigando a agentividade – Wilson

Wilson	23	é:: Mariana, eu queria que você me contasse então um pouquinho
	24	da sua história (2.0) é:: O que aconteceu que você :::
	25	perdeu a sua moradia e está participando da da::
	26	ocupação aqui agora?

Podemos notar, especialmente no excerto 03, o alto grau de hesitação e reformulações empregados pelo entrevistador. Ao invés de iniciar o questionamento abordando diretamente a informação desejada (o motivo da participação na ocupação), o entrevistador negocia uma construção menos agentiva – *queria que você me contasse* – mas parece que precisou de algum tempo para encontrar uma forma de abordar o tema. Assim como nos outros exemplos citados, a construção "pessoa que perdeu a moradia" foi utilizada para evitar rotular a entrevistada como "ocupante". Esse termo chegou a ser repetido pelo entrevistador (linhas 18-20) de forma que fosse possível criar uma relação causal tácita entre a perda da moradia e a participação nas ocupações.

Por fim, no momento de abordar diretamente a temática das ocupações, uma expressão mais formal, que de certa forma fugia ao contexto (*tomar conhecimento*, linha 21) foi utilizada pelo entrevistador. Ressaltamos ainda que, novamente, a pergunta em si já cria um contexto no qual o entrevistado é

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

primeiramente apresentado como vítima de um processo que foge ao seu controle e posteriormente toma conhecimento de uma possível solução. Neste ponto, cabe retomarmos o conceito de Goffman acerca do dialogismo que rege o trabalho de face. Os interactantes estão a todo momento não apenas negociando atributos canonicamente positivos para si, mas sustentando esta mesma projeção por parte do outro. Em encontros potencialmente delicados como os sob escrutínio, alguns movimentos discursivos, tais como todo o esforço no sentido de (re)negociar as perguntas, bem como o suposto não reconhecimento de ações extraordinárias, fazem parte do processo de busca pela "harmonia interacional" (Goffman, 1988), embora as mesmas estratégias possam ser consideradas inapropriadas em outros contextos[64].

4.2.
Estratégias de evitação da ação desviante

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Retornemos agora para a entrevista com Pedro (cf. excerto 1). Quando terminamos o tópico sobre o nascimento de seu filho, pedimos a Pedro que nos contasse "um pouco de sua história", de forma que uma vez mais evitamos nomear a atividade que ameaçaria o tom ordinário de nossa interação. Por "*sua história*" Pedro compreendeu que estávamos negociando tacitamente a sua condição de ocupante:

Excerto 5: " Todo mundo me abraçou" - Pedro

Pedro	27	Infelizmente a minha luta, a minha correria minha e da
	28	minha e da minha família é essa (2.0)
	29	Porque:: (1.0) começou quando eles implantaram a UPA na::
	30	comunidade (1.0)
	31	porque eu sai da baixada flumi::nense pro jacaré (2.0)
	32	Pra poder.. devido ao aluguel... a passagem lá em cima
	33	ser muito alto
Kátia	34	sim sim sim [aí fica difícil]
Pedro	35	[e não te aceitava em lugar nenhum

[64] O não reconhecimento de fatos extraordinários em um outro contexto interacional pode ser compreendido como a atitude blasé conforme concebida por Simmel (1908), ou seja, como uma forma de socialização baseada na indiferença.

	36	aí eu po para mim não sair... não ser mandado embora do
	37	serviço eu::: (3.0)
	38	aluguei um ama aluguei uma quitinete (1.0) no Jacaré (2.0)
	39	entendeu?
	40	aí nisso (0.5) que chegou a UPA e o senhorio falou
	41	você paga X ou você paga X ou então tu me entrega a casa
	42	eu desempregado (1.0) vivendo de biscate(3.0), entendeu?
	43	com esses filhos...(0.5) com a minha família toda
	44	Eu tive que fazer o quê? Eu eu SAÍ para andar e ver se eu
	45	conseguia algo mais barato (2.0)
	46	eu não consegui (2.0)
	47	Aí um rapaz falou assim "ó rapaz, tu que tá procurando.. tu
	48	que tá vindo aqui pra ver uma casa para alugar?
	49	pelo menos uma quitinete?"
	50	Eu falei assim para ele " É isso aí, que minha família tá
	51	corre o risco de ficar na rua"
	52	"Que eu não tenho para onde levar minha família"
	53	ELE (1.0) " ó, tá tendo ocupação ali na frente. Aquele ...
	54	prédio antigo que era da OI::"
	55	"E tal da da Telerj"
	56	Foi onde que eu conheci todo mundo... todo mundo me
	57	abraçou,(1.0) entendeu?
	58	Fui para lá junto com eles (1.0)..Me aloje::i (2.0)
	59	E até que fomos expulsos de lá também
	60	E Assim que começou a nossa luta aí
	61	E tamu até hoje
	62	E até:: (0.5) e a nossa luta vai seguir até nós conseguir a
	63	(0.5) a nossa casa
	64	que é a nossa meta
	65	Porque:: (1.0) o aluguel social paga hoje (0.5) já atrasa
	66	amanhã fala assim " ó, não tem mais"

A narrativa que Pedro desenvolveu para responder à pergunta sobre sua condição de ocupante é extremamente prototípica para o nosso ponto acerca da preservação da face[65]. Primeiramente, Pedro responde à pergunta através de

[65] Neste ponto estamos destacando o formato narrativo adotado por Pedro exclusivamente enquanto estratégia de proteção de sua face ao reivindicar um turno de fala mais longo, de forma que pudesse desenvolver construções identitárias alternativas. No capítulo seguinte, nos debruçaremos mais especificamente sobre o papel da narrativa enquanto instrumento de construção social de nossas realidades, e sua relação com a negociação de nossas identidades.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

uma narrativa de história vida, na qual toda a sua história anterior à condição de ocupante é colocada em cena. O tópico introduzido pela pergunta começa a tomar forma apenas na linha 53, quando a primeira menção à ocupação é feita por Pedro. Em uma terminologia goffmaniana, podemos chamar tal estratégia de evitação, ou seja, Pedro adia o tópico ameaçador a face como uma estratégia de "discrição", em que o interlocutor tenta se afastar discursivamente do tópico que ameaça a sua face. Reservaremos a análise deste movimento como um todo para a seção sobre 4.2, porém podemos sucintamente aqui destacar que em nossa leitura ele não apenas adia o tópico potencialmente ameaçador, mas também altera a atividade comunicativa proposta (entrevista com tons de denúncia), e inicia uma narrativa mais pessoal, de história de vida, no qual tópicos biográficos emergem, bem como relações identitárias mais socialmente aceitas ganham proeminência discursiva sobre a identidade desviante[66].

Em termos de trabalho de face, podemos argumentar que toda a narrativa de Pedro gira em torno da construção da identidade de um homem que tentou de diversas formas agir conforme os padrões moralmente aceitos de normalidade. Nas palavras de Coura, 2008:

> O caráter do bom ajustamento exige que o estigmatizado se aceite, alegre e inconscientemente, como igual aos normais enquanto, ao mesmo tempo, se retire voluntariamente das situações em que os normais considerariam difícil de manter uma aceitação semelhante (Goffman, 1988 apud Coura, 2008:10).

Desta forma, em muitos momentos de sua fala, o entrevistado negocia a adesão do interlocutor (*entendeu?* Linhas 39, 42 e 57), quando relata os problemas que tacitamente seriam do entendimento dos interlocutores, tais como possuir um trabalho humilde, buscar priorizar o bem-estar de sua família, etc. Podemos argumentar aqui, portanto, que ao renegociar os moldes como a entrevista havia sido inicialmente concebida, Pedro, realiza o que Goffman (1988:61) chama de *encobrimento*[67], ao suprimir o potencial estigmatizante de suas ações enquanto ocupante. Contrariamente, Pedro esforça-se para apresentar-se positivamente, negociando uma identidade diferenciada da qual havíamos proposto para ele com nossas perguntas. Conforme argumentamos anteriormente neste capítulo, Goffman (1988) se debruça sobre as especificidades do encontro misto, destacando que o estigmatizado buscaria

[66] Abordaremos mais detidamente a questão acerca da referida mudança nos moldes de entrevista propostos na seção seguinte, quando da explanação dos conceitos de enquadres interativos.
[67] Estratégia na qual a manipulação da informação busca suprimir os atributos estigmatizados.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

alinhamento com os cânones de normalidade, ao passo em que se afastaria discursivamente de situações que os "normais" considerariam difíceis de aceitar.

Cabe ressaltar que, ainda que tenhamos argumentado nas linhas anteriores que nossas perguntas foram realizadas, no momento das interações, de maneira a evitamos aplicar o rótulo de ocupantes em nossos entrevistados, nossos esquemas de conhecimento acerca de sua condição, fomentados principalmente por conversas informais em momentos anteriores à pesquisa, nos apontavam para a formulação de um molde de entrevista que chamamos aqui de "entrevista com tons de denúncia". Mais especificamente, nossas expectativas acerca das interações nos levavam a esperar, com algum grau de variação entre os participantes, dois movimentos discursivos principais, a saber: (i) uma crítica direta ao governo e às políticas de habitação que culminaram na perda de sua moradia, de forma a justificar e a estabelecer a conexão com (ii) a defesa da ocupação como um movimento político pacífico e legítimo, no qual o entrevistado estaria lutando por seus direitos[68]. Essa era a nossa agenda de entrevista, a qual constituía nossas expectativas sobre o encontro. Desta forma, nossos esquemas de conhecimento apontavam na direção de que a construção dos indivíduos sob uma luz favorável (Goffman, 1988) seria confirmada justamente através da exaltação e da validação da identidade de ocupante por parte dos nossos interactantes. Percebemos, no entanto, que nosso modelo de entrevista (enquadre) não foi ratificado por nossos interactantes, que se utilizaram de outras estratégias para a proteção de suas faces[69].

Retomando para a análise do trabalho de face na interação com Pedro, quando chega o momento de discorrer sobre a ocasião de sua entrada para a ocupação, a tática do "inominável" é novamente empregada (linha 56), e essa ação se transforma em um eufemismo "*Foi onde que eu conheci todo mundo... todo mundo me abraçou, entendeu*?". Nesse ponto podemos argumentar que através do uso do marcador "*entendeu*?", uma vez mais o acordo tácito entre os interactantes se faz presente. A elocução traz tamanha vagueza que só podemos dizer que Pedro havia mesmo entrado para o grupo considerado desviante a partir do ponto quando notamos uma mudança na forma singular "*eu*", a qual que se fez presente em toda a narrativa, para o "*fomos"* (o sujeito "nós" fica implícito) na linha 59 e ***nossa*** *luta*, linha 60. A partir

[68] Conforme conceitos trazidos no capítulo 2.

[69] Destacamos novamente que tal alteração nos modelos propostos será objeto de análise separada na seção 4.2, tomando o conceito de enquadres interativos como referência teórica.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

deste momento, Pedro já falava como membro, embora sua entrada para o grupo, bem como qualquer opinião político-social sobre o mesmo, tenha sido omitida, ou velada, pela vagueza como Pedro se referiu a este momento.

Alinhados com os conceitos de Goffman (1955:22), argumentamos que, ao transformar a ação desviante em algo inominável, Pedro estaria evitando o confronto com a identidade de ocupante. Podemos inferir que, a ação de se filiar a um movimento que não apenas pratica ações concretas e planejadas, bem como carrega um forte cunho político-ideológico que ampara e valida tais ações, poderia ter sido narrada em outros termos, de forma que não apenas uma defesa de tal ideologia aparecesse na fala de Pedro para justificar sua entrada, mas também uma maior agentividade no que tange suas ações concretas dentro do grupo. Novamente, nossos esquemas de conhecimento, principalmente orientados por conversas que tivemos com esses mesmos indivíduos e outros em momentos fora da pesquisa, bem como nosso interesse pessoal e político no contexto das ocupações como um todo, nos informavam sobre as dinâmicas das ocupações, as atribuições que mesmo pessoas desconhecidas tinham com o coletivo, a forma como as tarefas eram distribuídas[70], etc.. Esperávamos, portanto, que todos estes elementos estivessem presentes na fala de Pedro ao descrever o momento em que ele entrou em contato com a ocupação. Esperávamos uma descrição não apenas da função social e política da ocupação como um todo, mas também de suas atribuições e experiências pessoais na condição de ocupante.

A vagueza em detrimento da informação clara e precisa é um recurso que afasta Pedro da atividade, e conseguintemente da identidade, que ameaça a sua face, bem como a identidade de pai de família que havia sido construída até então. Conforme destacamos nas linhas acima, apenas nas linhas 56-57, Pedro relata e confirma sua entrada para o grupo, porém usa uma expressão (*todo mundo me abraçou*) que destoa completamente do que esperávamos como justificativa para sua entrada no grupo.

Neste ponto, cabe destacarmos que, conforme os objetivos centrais desta investigação, Pedro parece estar desalinhado tanto de discursos que buscavam a marginalização de suas atividades, quando de discursos o ratificariam na posição de um manifestante ou ocupante político com razões legítimas. Contrariamente, Pedro buscou evidenciar outras identidades, a saber, pai de

[70] Conforme detalhado no capítulo 2.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

família, desempregado, pessoa com dificuldades financeiras em desespero, etc. Na análise que segue, veremos a repetição de tal padrão em outras entrevistas.

Uma vez mais podemos identificar neste excerto a já mencionada aparente postura *blasé* dos entrevistadores (cf. Biar, 2012) que, mesmo em face a uma narrativa que nos apresenta trechos carregados de sofrimento e dificuldades, optam por não interferir e/ou realizar observações ou perguntas adicionais sobre o discurso produzido pelos entrevistados. Na linha 34, Kátia corrobora com o entrevistado "*sim sim sim [aí fica difícil]"* como forma de se mostrar uma ouvinte atenta, embora não partilhe das mesmas experiências que estavam sendo narradas. No curso deste trecho narrativo, a sinalização de que estávamos atentos à sua fala se resumiu a acenos com a cabeça. Evitamos, portanto, avaliar ou abordar mais diretamente qualquer um dos tópicos que estavam sendo trazidos pelo entrevistado, de forma a evitar uma postura de pena ou complacência, que ameaçaria sua face. Vejamos um outro trecho da mesma entrevista, em que Pedro narra a situação do nascimento de seu filho, com foco analítico na maneira como Kátia conduz as perguntas:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Excerto 6 - A pretensa atitude *blasé* de Kátia

Kátia	**67**	**[Os policiais chegaram] a agredir ela fisicamente?**
Pedro	68	Não, foi o psicológico.(1.0) Verbalmente, entendeu?
	69	Então,(0.5) ela saiu e ficou nervosa e foi pro banheiro
	70	e:::.. (2.0)
	71	naquela de (0.3) fazer as necessidades dela comum
	72	(0.3)... quando ela viu, daqui a pouco
	73	pegou, gritou, chamando a Andréia, irmã dela (1.0),
	74	que tava alguma coisa DIFERENTE
	75	(0.5)que o neném já tava:: (0.5)
	76	Foi onde que entrou todas as mulheres lá dá dá que tavam
	77	lá próximo na hora e ajudaram ela
	78	Aí depois disso entraram mais ou menos uns 30 policiais
	79	ai foi um um um alvoroço lá dentro (0.5)
	80	e::: aí minha cunhada pegou (0.5) ,
	81	limpou o neném, que ele... (3.0)
	82	caiu no sanitário
Kátia	**83**	**Ela tava grávida de quanto tempo?**
Pedro	84	6 , 5 , 6 meses é, exatamente 6 meses (2.0)
	85	agora na semana que a mulher a moça foi dar a comida de
	86	6 meses foi que ele ele nasceu (ininteligível)
	87	aí (2.0), u:: a a minha cunhada pegou, limpou ELE, (0.5)

	88	deu tapinha nas costas (0.5)
	89	apertou o estomagozinho dele e
	90	ele botou alguma coisa para fo::ra
	91	aí ele se sentiu mais aliviado, chorou::
	92	até ela deu mais umas palmadinhas, choro::u
	93	foi nessa que o policial veio (0.5)
	94	e ela ele enrolou num pano
Kátia	**95**	**O policial separou a mãe do bebê?**
Pedro	96	É , saiu correndo com e::le na frente (0.5)
	97	E:: a mãe ficou para trás (0.5)
	98	E ele levaram pro UPA
	99	Tendo uma maternidade do lado (1.0) da ocupação.
Kátia	**100**	**E como é que está o estado de saúde do bebê nesse momento**
Pedro	101	30 Pedro: Olha, ele chegou lá muito debilita::do
	102	[devido a ele ter caído
Kátia	**103**	**[falaram que ele caiu no chão?**
Pedro	104	ele caiu de cabeça dentro do vaso (0.5) Ele caiu
	105	dentro do vaso
	106	Ele caiu... Foi na hora assim que ela sentou para...
	107	Entrou para fazer xixi
	108	foi na hora que aconteceu (2.0)
	109	Então:: (2.0), ele chegou no hospital meio é::: bem
	110	debilita::do
	111	apesar dele ter dado esse sinal de de dessa reação (0.5)
	112	Não ficou clara a intenção do falante)
	113	Mas agora aos pouquinhos ele tá tá:: se mantendo

Podemos perceber que embora Pedro estivesse narrando um episódio bastante dramático e extraordinário, no sentido negativo da palavra, Kátia evitou fazer qualquer questionamento que pudesse pôr em cheque a face positiva de Pedro. A ausência de Pedro no episódio, por exemplo, não foi questionada, de forma que as perguntas giraram em torno dos fatos ocorridos com Fernanda e seu bebê. Em nosso entendimento, Kátia formulou suas perguntas de forma a colocar mais agência nas ações negativas por parte do Estado, tentando levar Pedro a tecer críticas à ação policial.

Retornando para a entrevista com Valéria, que havia sido citada no excerto 02, vejamos agora como os padrões interacionais já mencionados, tanto por parte do entrevistador quando da entrevistada, se repetem neste encontro:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Excerto 7 - A estudante de direito – Valéria

Wilson	114	Valéria (nome fictício), então (2.0) é:: eu queria te perguntar
	115	como é que::: (2.0),
	116	o que aconteceu que você perdeu a sua moradia, e como é que
	117	você conheceu as as as
	118	primeiras ocupações::: como é que você começou a fazer parte
	119	desse movimento?
Valéria	120	É então, eu perdi a minha moradia é por contrato mesmo, né? Era
	121	um valor e::: depois
	122	Com essa crise aí na renovação do contrato ela foi para
	123	um valor ao qual é::
	124	Não tinha condições de pagar esse valor (2.0) de é::
	125	de viver, né?
	126	E também, né? Ajudar na criação de uma neta que eu tenho
	127	De um filho meu que:: faleceu muito jovem ainda
	128	E eu fiquei sem essa condições de de pagar o aluguel
	129	O que não me deu também a:: a:: continuidade de procurar
	130	um lugar menor
	131	Pra:: pra alugar é que eu tô aí me dedicando aí a um curso
	132	de direito (2.0) eu fiz um vestibular
	133	Eu passei eu tive que é::: não comecei o período agora no
	134	meio do ano fiz um outro vestibular
	135	passei novamente e eu tenho que optar
	136	ou eu pago a minha faculdade ou eu pago um aluguel e o que eu
	137	ganho não dá para ambas as coisas
	138	E devido a isso por conhecimento de uma amiga que tava

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

	139	participando (1.0) que foi convidada
	140	para ocupar o OI/Cedae e ela me chamou e eu fui
	141	fui no começo, mas aí eu vi que era muito maior assim a visão
	142	de uma ocupação
	143	de pessoas de coisas que que aconteciam e desisti
	144	depois essa mesma amiga minha falou para ocupar o bairro 13
	145	quando eu cheguei lá achei...
	146	que ia dar a mesma coisa do OI/Cedae
	147	e de novo não fiquei
	148	e Depois ela me chamou para a Telerj e depois ela me chamou
	149	pro Eike Batista
	150	no Eike Batista que eu tive a decisão de que realmente
	151	desse jeito que eu ia ter que ficar
	152	ocupando aqui ora dormindo na rua ora ocupando outro lugar
	153	e:: com outras pessoas é mais fácil, né? De você ficar
	154	até dormindo na rua
	155	Pra poder é:: me manter na minha alimentação na ajuda
	156	financeira pra minha neta
	157	E levar adiante a minha faculdade que é ... (2.0)
	158	o que eu estou dando prioridade

Primeiramente, assim como na entrevista com Pedro, podemos destacar a não ratificação de um molde de entrevista com tons de denúncia por parte de nossos entrevistados, e a emergência de uma narrativa de história de vida. Novamente percebemos que essa mudança permitiu à entrevistada desempenhar internacionalmente uma gama de identidades diferentes da qual sua condição indicava a priori. De forma semelhante a Pedro, que construiu sua identidade na forma de um pai de família honesto, Valéria traz para a narrativa sua necessidade pessoal e familiar (em oposição à fatores políticos) de ajudar financeiramente outras pessoas. Outras identidades também são

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

desempenhadas, como por exemplo, a de estudante de direito. Ou seja, assim como na narrativa de Pedro, Valéria reivindica para si outras identidades mais condizentes com o que pode ser considerado socialmente aceito. Ao invés de seguir a entrevista nos moldes propostos pelos entrevistadores, os quais a levariam a construir um contexto crítico acerca das políticas habitacionais vigentes, seguindo para a validação política de sua condição, Valéria envereda por uma narrativa que destaca outras qualidades pessoais que possui.

A menção ao ato desviante ocorre apenas nas linhas 138-9, quando, ainda de forma similar à narrativa de Pedro, um agente externo convida Valéria para conhecer uma ocupação. Sua entrada no grupo bem como sua condição de ocupante é narrada com certa vagueza, uma vez que entre as linhas 140-7 ela narra o fato de ter participado, porém desistido, de ficar em outras ocupações. Este ponto é bastante importante, pois a entrevistada menciona que algo, podemos inferir que negativo, aconteceu em algumas ocupações, embora ela não discorra com clareza sobre os fatos. Outra forma de analisarmos a vagueza das informações fornecidas neste trecho pode ser pelo fato de que Valéria, posteriormente (linhas 150-1), assume a sua condição de ocupante, quando diz que aquela seria a maneira como ela percebeu que teria que ficar. Uma vez parte do grupo, talvez não tenha lhe parecido pertinente tecer críticas negativas e/ou expor situações com as quais discordava, de forma que sua face também estaria ameaçada. Apesar da vagueza das informações, o entrevistador optou por não realizar questionamentos adicionais que lhe ameaçassem a face, ratificando sua posição de ouvinte atento apenas com sinais de positivo com a cabeça.

Uma vez mais, os padrões discursivos que se destacam estão relacionados com: (i) a não ratificação dos moldes de entrevista/denúncia sugerido pelos entrevistadores, de forma que a única menção que mais se assemelha com uma possível crítica política/social seja feita na linha 122 "*com essa crise aí*"; (ii) a tática da evitação, ou seja, o tópico potencialmente ameaçador da face da entrevistada é adiado até o ponto em que se torna quase menos relevante em comparação aos outros tópicos levantados; (iii) a estratégia de não nomear as ações com potencial de ameaçar as identidades apresentadas ao longo da narrativa. Conforme destacado acima, apenas com breves menções, tais como na linha 150 e 151, a entrevistada nos confirma que fez parte das ocupações, porém sem realizar nenhuma descrição, narrativa ou

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

comentário mais aprofundado do papel político/social das ocupações, ou ainda sobre suas vivências e experiências pessoais nas mesmas.

Relembramos aqui os conceitos de Becker (1963) acerca do caráter negociado do desvio[71], ou seja, uma vez que consideramos que o desvio não se encontra no indivíduo, ou na natureza de sua ação, e sim negociado entre indivíduos pertencentes a um mesmo grupo social, podemos conceber que a consciência de que suas identidades deterioradas orientam o trabalho de face necessário para que suas identidades sejam discursivamente construídas de forma favorável. Esta forma favorável está alinhada com as expectativas sociais canônicas de normalidade, as quais os indivíduos, especialmente estigmatizados, estão sensíveis e conscientes.

A essa equação podemos acrescentar ainda o fato de que as identidades negociadas neste tipo de encontro não estão sendo negociadas apenas com o interlocutor que está presente no encontro face a face, mas uma vez relevado o caráter de pesquisa da entrevista, os interactantes têm consciência de que estão dialogando com um público que vai além do indivíduo que realizada a entrevista[72]. Sobre este ponto Coura (2008) argumenta:

> Goffman (2005) deixa claro que quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores, oficialmente, reconhecidos pela sociedade e, até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo, mas mesmo sozinho, ele poderá estar agindo como se estivesse diante de uma platéia invisível. A sociedade constitui-se, então, como uma platéia íntima de todos, em todos os momentos, nos recorrendo à metáfora teatral.

Mesmo que talvez esses indivíduos não possuam a noção mais exata acerca dos contextos nos quais sua fala será ouvida, é latente que há outros ouvintes ratificados pelos entrevistadores. Justamente o desconhecimento de quem seriam esses ouvintes “sem face”, porém ratificados, torna a necessidade de negociação identitária ainda mais sensível. Um exemplo nítido da consciência da “presença” desses ouvintes acontece quando um de nossos entrevistados inicia sua fala se dirigindo diretamente a esse público desconhecido.

[71] Ver capítulo 3, subseção 3.1.2

[72] Interlocutores imaginados, segundo Goffman (1981).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Excerto 8 – "Boa noite, ouvintes" – Mariana

Wilson	159	Mariana (nome fictício), eu queria te perguntar
	160	(1.0) é:: como você conheceu a ocupação aqui
	161	do Hotel Planalto? Aconteceu algo ::: com::: que te
	162	levou a perder a sua moradia?
Mariana	163	É::: então (2.0). **Boa noite, né? Ouvintes** (2.0) é::
	164	eu perdi a minha moradia...

Na seção abaixo destacaremos as formas através das quais os entendimentos que os interactantes trazem para as interações podem afetar a configuração das mesmas.

4.3. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento

O conceito de enquadre (Goffman, 1974, 1981b), do mesmo modo que as exposições discutidas acima, faz parte do aparato de recursos interacionais que os participantes utilizam para demostrar seu entendimento acerca das situações nas quais estão inseridos, bem como negociar diferentes projeções do "eu" em interação. De maneira sucinta, este conceito está relacionado à definição de situação interacional, e consequentemente com uma postura, ou ainda, um desempenho identitário socialmente reconhecida e compartilhada entre os falantes, de forma que suas locuções sejam interpretadas dentro desta determinada projeção.

Goffman (1981a:128) definiu o termo como "uma mudança no alinhamento para nós mesmos e para os outros presentes, expressa na forma como conduzimos a produção ou a recepção de uma elocução". Segundo o autor, os falantes competentes possuem a habilidade de "ir e vir", ou seja, alternar enquadres dentro de uma mesma interação, de forma a manter a ação comunicativa em diferentes círculos (idem:156). Ao traçar os fundamentos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

analíticos sobre tais conceitos, Goffman (1974) desenvolveu um sistema complexo do que chamou de “múltiplas estruturas”, as quais são utilizadas pelos falantes em interação *“para dar sentido aos eventos, mesmo enquanto ainda estão ocupados na construção de tais eventos*” (Goffman, 1974 *apud* Tannen e Wallat, 1987:189).

Posteriormente o autor desenvolveu o conceito de *footing* (Goffman,1981a) para descrever uma espécie de “enquadre” que os falantes utilizam para negociar determinadas relações interpessoais, as quais orientam a interpretação dos significados específicos de nossas elocuções. Desta forma, podemos sumarizar a definição do conceito de enquadre, com base nas formulações de Goffman, afirmando que este se refere à negociação de qual atividade comunicativa está sendo “encenada” em um determinado momento interacional, através da emissão e recepção de pistas e marcadores linguísticos e paralinguísticos (Goffman, idem: 157). Torna-se relevante destacarmos que o conceito de enquadre não deve ser confundido com uma simples alternância de registro. Ao passo que este último se refere exclusivamente às escolhas lexicais e sintáticas, os enquadres estão relacionados com a forma como “lidamos” com nossos interactantes em um sentido mais amplo.

De modo que este conceito fique mais claro, citemos um exemplo analítico presente no texto de Tannen e Wallat (1987). O texto das autoras nos apresenta uma consulta médica no qual há três participantes presenciais, a saber, uma médica pediatra, especialista em afasia infantil, a paciente e sua mãe. Além destas participantes, a médica estava realizando gravações que seriam usadas como instrumento pedagógico em outro momento. Embora estivesse inserida em um único encontro interacional, as autoras argumentam que é possível identificar um conjunto de recursos linguísticos (escolhas lexicais, registro, nível de formalidade, etc.), prosódicos (ritmo, entonação, volume da voz, dentre outros) e aspectos paralinguísticos (linguagem corporal, olhares, etc.), os quais foram utilizados de forma específica na maneira como a médica se dirigia a cada um de seus interactantes.

Em outras palavras, quando se dirigia à mãe da criança, sinalizações linguísticas e paralinguísticas da médica sugeriram um determinado enquadre. Através do uso dos recursos supracitados, a médica “enquadrava” aquele momento específico da interação dentro de uma configuração socialmente existente e adequada. De forma bastante simplória, seria como se a médica

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

"dissesse" (mas através das pistas contextuais, e não de palavras) algo nos moldes de: *" neste momento estou me dirigindo a você como uma profissional da área de saúde, e gostaria que minhas locuções fossem entendidas e respondidas desta forma*." Porém, ao se dirigir à criança que recebia atendimento, possivelmente com o objetivo de reduzir a tensão da consulta, a médica negocia um outro "*Self",* ou seja, enquadra a interação com a criança de uma outra maneira, e consegue realizar esta tarefa alterando principalmente seu tom de voz, o ritmo de sua fala, bem como suas escolhas lexicais, que se voltam mais para a linguagem infantil. O enquadre sugerido é o de uma brincadeira, que é prontamente entendido e ratificado pela paciente. Um terceiro enquadre surge quando a médica se dirige ao gravador para reportar o encontro, que posteriormente seria usado como uma aula.

Com base neste exemplo, podemos fazer algumas observações sobre o conceito de enquadre que são basilares para seu funcionamento na interação face a face. A primeira seria que toda elocução se encontra dentro de um enquadre. Os falantes estão a todo momento negociando através das pistas contextuais (Gumperz, 1982) como gostariam que suas elocuções fossem compreendidas. Precisamos estabelecer para nossos interactantes como gostaríamos que nossas elocuções fossem interpretadas. Uma mesma sentença, independentemente de seu conteúdo gramatical, não determina se estamos brincando, criticando, nos posicionando como um amigo, ou como um professor; se estamos falando como alguém próximo, ou se, contrariamente, estamos enquadrando a interação de forma a nos afastarmos interacionalmente de um interactante ou tópico indesejados.

Outro ponto relevante para nossa análise é salientar o fato de que os enquadres não são fixos ou imutáveis. Como destacamos acima, um mesmo encontro pode comportar diversos enquadres. Neste mesmo exemplo as autoras (1987) inclusive argumentam sobre a possibilidade de se manter um enquadre em uma espécie de "estado de suspensão", de forma que o mesmo possa ser retomado quando for julgado apropriado em determinado momento da interação.

De forma que o uso dos enquadres está relacionado com a negociação do "*self*" em interação, ou seja, com uma performance identitária socialmente considerada adequada pelo falante, bem como devido ao seu caráter localizado e mutável, argumentaremos que este conceito também está relacionado com o gerenciamento do estigma. Em nossos entendimentos, a negociação identitária

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

ocorre uma vez que os interactantes podem ratificar um enquadre proposto, ou podem alterá-lo, de forma que outras projeções do “self” sejam negociadas. Em outras palavras, determinados enquadres estão relacionados com determinadas formas específicas que os interactantes “lidam” uns com os outros em interação. Dessa forma, alguns enquadres podem apresentar limitações para as possibilidades de alinhamento identitário de um falante, resultando em sua não ratificação.

Antes de passarmos à análise dos dados, porém, cabe expormos alguns conceitos sobre a dinamicidade dos enquadres. Tannen e Wallet (1987) argumentam que um dos fatores que pode levar à alteração dos enquadres no curso da interação diz respeito às diferenças nos esquemas de conhecimento dos participantes. No caso do exemplo supracitado, diferenças nos esquemas de conhecimento entre a mãe da paciente e a médica no que se refere à afasia fazem com que a primeira articule uma série de questionamentos adicionais, os quais, por sua vez culminam por alterar o enquadre inicialmente sugerido pela médica para aquele momento da interação.

Desta forma, por esquemas de conhecimento entendemos, literalmente, os conceitos/discursos prévios que os falantes trazem para a interação, tanto sobre o tópico em questão, quanto sobre o contexto, os outros participantes, e ainda, sobre sua própria imagem. Em outras palavras, ao passo que os enquadres orientam a significação de nossas elocuções, bem como estão relacionados com determinadas performances de nosso “self”, podemos argumentar no sentido de que as diferenças que levamos para as interações (em termos de conhecimento, visão de mundo, autoimagem etc.) podem vir a contribuir para que um falante não ratifique, ou seja, não “aceite” enquadrar um determinado momento interacional da forma como este foi proposto por seu interlocutor. Conforme argumentamos nas linhas acima, a não ratificação pode ocorrer, dentre outros fatores, quando os esquemas de conhecimento de um falante apontam para o fato de que um determinado enquadre possa vir a limitar suas possibilidades de negociação identitária desejáveis.

Este último item se torna especialmente relevante para nossa análise, ao considerarmos a possibilidade, já argumentada em diversos momentos ao longo deste, que o indivíduo engajado em um encontro misto (Goffman,1988) parece operar interacionalmente com uma elevada consciência de sua identidade estigmatizada, bem como se esforçará no sentido de neutralizar e se afastar

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

discursivamente do estigma. Portanto, podemos argumentar que uma quebra brusca no enquadre proposto pelos entrevistados pode estar relacionada com uma diferença nos esquemas de conhecimento de ambos os lados da interação. Além disso, conforme argumentado previamente em vários momentos desta análise, os entrevistados parecem resistir aos moldes de "entrevista-denúncia" proposto pelos entrevistadores. É possível reinterpretar agora esses termos com o conceito de enquadre.

De um lado, os esquemas de conhecimento dos entrevistadores apontavam para a necessidade de se expor uma situação político-social que julgam injusta[73] através de uma entrevista com contornos de denúncia. O enquadre sugerido por estes, portanto, apontava para uma série de perguntas e respostas curtas, através das quais a falácia de programas sociais relacionados à moradia[74], em nossa expectativa, ficaria evidente. Cabe ressaltarmos que nossos tais esquemas de conhecimento foram orientados por conversas informais com participantes de outras ocupações. Nestes encontros, não gravados, o discurso dos participantes das ocupações frequentemente nos pareceu assumir um contorno politizado e crítico em relação às causas de sua adversidade.

Porém, do outro lado, nossos entrevistados trouxeram para este momento específico da interação esquemas de conhecimento diversos, não apenas acerca dos interactantes presenciais ratificados, mas, -- e talvez principalmente –, acerca do público para o qual as gravações se destinariam. Um exemplo da externalização da ratificação deste público por parte de uma de nossas entrevistadas pode ser evidenciado quando Mariana (linha 163) inicia seu relato por "*Boa noite, ouvintes*", após eu lhe explicar que sou aluno da PUC-RIO, e usaria nossa conversa em um contexto acadêmico. Portanto, o enquadre "entrevista com tons de denúncia" sugerido pelos entrevistadores demandaria respostas de certa forma curtas e objetivas, principalmente abordando as questões específicas acerca da entrada dos entrevistados para o grupo estigmatizado, bem como questões habitacionais e políticas em geral.

A ratificação deste conjunto de movimentos discursivos, porém, alinharia potencialmente nossos entrevistados com a identidade estigmatizada. Estes, contrariamente às nossas expectativas, não ratificaram o enquadre "entrevista

[73] Conforme exposto no capítulo 2, quando da descrição das causas do déficit habitacional na cidade do Rio de janeiro.
[74] Idem.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

com tons de denúncia política". Argumentamos no sentido de que estas interações ganharam novos contornos, os quais podemos chamar aqui de "enquadre de entrevista pessoal" [75], nas quais emergiram narrativas mais longas do que imaginávamos em nossas formulações iniciais. Destaca-se ainda que a temática de tais relatos não abarcou o tópico do desvio de forma direta, mas sim trouxe para a interação as histórias de vida de nossos entrevistados, com foco principalmente em fatos anteriores ao seu ingresso nas ocupações.

Os nossos entrevistados, conforme já argumentado, estão conscientes do contexto marginalizado em que suas atividades são narradas pela sociedade. Seus esquemas de conhecimento acerca do que o senso comum acredita frequentemente lhes informam que essas ocupações não se justificam, e que se tratam na verdade de invasões a propriedade privada[76]. Portanto, quase a totalidade de suas narrativas se focaram em negociar outras identidades, tais como "homem de família, "bom pai", "estudante de direito", "avó preocupada com o bem-estar financeiro do neto", etc. identidades estas, ancoradas nos esquemas de conhecimento de nossos entrevistados, mais aceitas de acordo com as expectativas sociais canônicas.

Consequentemente, o nosso argumento central diz respeito ao fato de que ao não ratificarem o enquadre mais interacionalmente "fechado", no qual o tema do desvio se apresentaria como tópico norteador de toda a interação[77], e ao se engajarem em narrativas cujas temáticas foram orientadas por suas histórias de vida, nossos entrevistados propuseram um novo enquadre para as interações, mais alinhado com algo que podemos chamar aqui de uma "entrevista biográfica". Desta forma, ao assumirem por um tempo maior o piso conversacional, os entrevistados evitaram perguntas que pudessem ameaçar suas faces, afastando-se discursivamente do tópico do desvio e, principalmente,

[75] A sentença "O pessoal é político", da feminista Carol Hanisch chama a atenção para o fato de que as questões consideradas pessoais, e que se manifestam nas interações cotidianas, não podem ser deslocadas da organização macrossocial. Desta forma, os problemas antes construídos como individuais são entendidos coletivamente, como fruto de desigualdades estruturais e políticas entre homens e mulheres. Com este conceito em mente podemos conceber que uma narrativa pessoal possa expressar uma denúncia política, não havendo uma relação de exclusão entre os termos. Porém, em relação aos dados aqui analisados argumentamos que o enquadre mais orientado para narrativas biográficas teve a função interacional de afastar nossos entrevistados de identidades pré-concebidas por parte dos entrevistadores, de forma que novos desempenhos identitários norteassem a interação.

[76] A título de exemplo apresentamos outra cobertura midiática sobre uma ocupação que é citada na fala de alguns de nossos entrevistados: http://oglobo.globo.com/rio/invasores-do-predio-no-flamengo-tentam-ocupar-outro-imovel-abandonado-15961680

[77] E consequentemente de suas possibilidades de negociação identitária.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

tiveram a oportunidade de desempenhar outras identidades, dentro de suas narrativas, as quais dialogam com o que é aceito pelo senso comum. A análise dos dados enquanto narrativas, com foco justamente na construção causal e sequencial dessas identidades, será o tópico do capítulo que segue.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

5.
A negociação identitária através da ação de contar histórias

> *The narratives themselves may serve only as a framework for the evaluation.*
>
> Labov (1972)

O ato de contar histórias é parte tão intrínseca de nossas sociabilidades que tem sido o objeto de estudo de autores dentro das mais diversas áreas das ciências sociais, tais como Bruner (1997), Micher (1999), na psicologia; Linde e Goodwin (1993) na análise do discurso; Moita Lopes (2001, 2002, 2013) na linguística aplicada, bem como outros autores na sociologia e nos estudos culturais, tais como Gergen (1994) e Sarup (1996), respectivamente. Podemos notar que apesar de se debruçarem sobre as narrativas com objetivos de pesquisa diversos, parece haver certo consenso acerca das relações entre ato de contarmos nossas histórias e a construção discursiva de nossa realidade. Bruner (1987) afirma que "nos tornamos as autobiografias narrativas pelas quais contamos nossas vidas". Tal conceito nos remete a outra citação do autor, alguns anos mais tarde: "o princípio organizador da memória humana é narrativo" (Bruner, 1997).

Bruner defende que, ao contarmos histórias, estamos não apenas reportando fatos que ocorreram em uma determinada sequência, mas, sobretudo, estamos construindo nossa realidade, os personagens que fazem parte desta, bem como projetando determinadas visões de nós mesmos. O caráter organizacional de nossa realidade destacado por Bruner (1997) encontra respaldo em muitos autores das mais diversas áreas supracitadas. Sarup (1996 apud Moita Lopes, 2001) afirma que "construímos as histórias de nossas vidas ao contarmos essas histórias aos outros **e a nós mesmos**" (Grifos meus). Em outras palavras, o potencial da narrativa no sentido de organizar e construir discursivamente nossa realidade, bem como nossas projeções identitárias, orienta o arcabouço teórico desta investigação. Estamos alinhados, portanto, com a visão socioconstrucionista sobre o discurso, conforme Moita Lopes (2001:63):

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

> O que me interessa é, portanto, o papel que as **narrativas desempenham na construção das identidades sociais** nas práticas narrativas onde as pessoas relatam a vida social e, em tal engajamento discursivo, **se constroem e constroem os outros**. (Grifos meus)

Passemos a seguir para um entendimento mais detalhado acerca do caráter constitutivo de nossas histórias.

5.1. Uma visão socioconstrucionista do discurso aplicada à ação de contar histórias

Discorremos inicialmente, na presente seção, sobre algumas características que informam a nossa visão acerca do caráter socioconstrucionista do discurso, tomando primeiramente a termo "discurso" em sua concepção mais abrangente. Ao final da mesma destacaremos a forma como tais características se tornam especialmente notórias ao lançarmos o olhar sobre nossas práticas narrativas, concebendo-as como locais privilegiados para a construção, a consequente análise, de nossas projeções identitárias (Bastos, 2005).

A primeira característica que se revela fundamental para nosso entendimento acerca de nossas práticas discursivas diz respeito ao fato do discurso ser dialógico (Moita Lopes, 2001; Bakhtin, 1981, dentre outros). De maneira simplificada, ao assumirmos o caráter dialógico do discurso, estamos concebendo a especificidade interacional que permeia a base da construção de cada enunciado. Em outras palavras, todo enunciado é direcionado a alguém. Por mais óbvia e simples que tal afirmação pareça, o que nos interessa é justamente o fato de que ao endereçarmos, por assim dizer, nossos enunciados, estamos construindo enunciados diferentes para interlocutores diversos.

Consequentemente, uma análise que objetive, como é o caso em questão, lançar o olhar investigativo para a negociação de significados em interação, precisa reconhecer que cada prática discursiva na qual nos engajamos será orientada para um "público" específico. Determinados enunciados, ou no caso em análise, determinadas histórias, são contadas com maior ou menor ênfase em traços identitários específicos, são contadas com

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

maior ou menor riqueza de detalhes, etc. dependendo de nossa concepção acerca do interlocutor de nossos enunciados.

Outro entendimento essencial acerca da visão socioconstrucionista de nossas práticas discursivas diz respeito à afirmação de Moita Lopes (2001: 58), no sentido de que "não existe discurso que ocorra em um vácuo social". Ou seja, ao nos debruçarmos sobre nossos posicionamentos no discurso, identitários ou não, não podemos desconsiderar que estamos olhando para um sujeito situado no tempo, na história, em uma determinada cultura, sujeito a ação de determinadas instituições ideológicas, etc. Todas essas relações, bem como os conflitos que por vezes derivam das mesmas, "nos fazem ser quem somos e nos posicionam no mundo social de uma forma ou de outra, **encaminhando as possibilidades interpretativas nesta ou naquela direção**" (Hall, 1995) (Grifos meus).

Conforme argumentamos anteriormente[78], ainda que lancemos mão do olhar micro na busca por entendimentos localizados sobre as formas como negociamos significados e identidades no discurso, não podemos desconsiderar que as relações (e conflitos) macrossociais se farão presentes em nossas práticas discursivas. Sobre tal entendimento Beck (1999:61) afirma que " o microcosmo da vida pessoal está inter-relacionado com o macrocosmo dos problemas globais". Estamos, portanto, argumentando em prol da característica discursiva denominada por Moita Lopes (2001) de situcionalidade do sujeito, e consequentemente, de suas práticas discursivas.

Ainda que não tivéssemos usado o referido termo designado por Moita Lopes, nos aludimos à situcionalidade dos sujeitos quando da exposição metodológica desta investigação[79], destacando nosso afastamento de modelos positivistas de pesquisa. Estamos, contudo, concebendo neste momento uma visão mais abrangente acerca de tal conceito, destacando não apenas a situcionalidade do pesquisador, mas sim como tal entendimento se manifesta na produção discursiva de todos os sujeitos participantes das mais diversas práticas discursivas. Em outras palavras, argumentamos que os mais diversos enunciados não são gerados sem que os sujeitos "dialoguem", ainda que

[78] Ver capítulo 3.

[79] Ver capítulo 3, com destaque para a subseção 3.1.1 (Implicações políticas da pesquisa qualitativa), na qual destacamos nossos entendimentos acerca do caráter localizado e interessado do pesquisador qualitativo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

inconscientemente, com discursos produzidos anteriormente, os quais, por sua vez, fomentam a cadeia de discursos disponíveis em seu contexto. A produção discursiva dos sujeitos, em última análise, não surge no plano individual, na mente de cada falante, mas sim constitui mais um elo em uma cadeia discursiva que preexiste aos sujeitos. Desta forma, destacamos o caráter dialógico de nossa produção discursiva, a qual é não apenas orientada pelas conjunturas e disputas macrossociais desenvolvidas ao longo da história, mas também configura "matéria" constitutiva das mesmas.

Ao relacionarmos ambas as características que orientam nossa visão acerca da produção discursiva dos sujeitos citadas até o momento, já se torna possível traçarmos um pequeno esboço acerca da negociação de significados em interação. Uma vez que assumimos que nossas práticas discursivas são (ainda que parcialmente) orientadas por nossos interlocutores (dialogismo), assumimos que realizamos determinadas escolhas no sentido de construirmos determinas projeções (do *eu*, dos outros, de nossa realidade, etc.). Em outras palavras, estamos argumentando no sentido de que nossas práticas discursivas passam por uma construção seletiva de significados para interlocutores diversos. Essa seletividade, por sua vez, é orientada por um conjunto de valores, crenças, julgamentos, ideologias, etc. que circulam no nível macrossocial, os quais serão desempenhados ou encobertos, dependendo do(s) projeto(s) identitário(s) nos quais estejamos empenhados. Abordando especificamente tais relações nas práticas narrativas, Bastos (2005) afirma que nossas experiências são narradas de acordo com os objetivos identitários localizados de cada narrador, orientados pelos valores, crenças, julgamentos, ideologias que circulam no senso comum, etc. supracitados. Desta forma, uma narrativa não seria uma versão fixa e universal de fatos sequencialmente organizados, mas sim uma versão seletiva e contextualizada dos eventos passados.

Neste ponto podemos argumentar, portanto, no sentido de que nossas práticas discursivas, não são o mero reflexo ou representação passiva de sujeitos e relações sociais. Contrariamente, ao assumimos certo grau de agentividade e seletividade nestas práticas, estamos assumindo o discurso enquanto ação. Fairclough (1992) pondera neste sentido quando afirma que "os discursos não somente refletem ou representam as entidades e relações sociais, eles as constroem ou constituem". Alinhado com tal posicionamento, Moita Lopes (2001:59) destaca sua percepção de que nossas práticas discursivas vão além de sua natureza representacional. Segundo o autor "o discurso é

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

caracterizado por ser constitutivo da vida social". Em uma conjectura sucinta, estamos argumentando no sentido de que quando falamos sobre pessoas, grupos, instituições, etc. não estamos apenas refletindo uma suposta realidade pré-existente ao discurso[80], mas sim construindo tais elementos discursivamente, orientados por nossos valores, crenças, alinhamentos ideológicos, objetivos identitários, etc.

Conforme exposto no início desta seção, as propriedades referentes ao dialogismo, situcionalidade e constitutividade do discurso, constituem a base de nossa visão acerca das mais variadas práticas discursivas nas quais os indivíduos podem se engajar. Destacaremos neste momento nosso entendimento das formas através das quais tais características se manifestam de maneira proeminente em práticas narrativas. Em consonância com a citação de Bastos (2005:81) no início desta seção, nos debruçaremos sobre as qualidades que tornam a narrativa este *locus* propício para a negociação de nossas construções identitárias.

Primeiramente, podemos retomar um ponto pacífico entre os pesquisadores da narrativa nas mais diversas áreas, levantado no início deste capítulo, a saber, o papel das narrativas como forma de organizar o discurso para ação no mundo social (Moita Lopes, 2001: 62). O ato de narrar histórias não é concebido como apenas mais uma possibilidade dentre as diversas práticas discursivas existentes. A ação de narrar a vida social está relacionada com uma forma de dar sentido às nossas sociabilidades (Bruner, 1986). Uma vez que, conforme exposto acima, as narrativas são (re)construções seletivas e situadas da realidade (Bastos, 2005), ao se engajarem em contar uma história os indivíduos – também situados - demostram como avaliam e significam os acontecimentos e personagens envolvidos.

Bruner (1997) destaca ainda a relação entre a organização da experiência pela memória humana e as narrativas, ao afirmar que os eventos são organizados, e assimilados internamente, sequencialmente pelos indivíduos, na forma de narrativas. Em outras palavras, a nossa significação, e consequente armazenamento biográfico dos eventos passa por um processo de construção de um "universo da narrativa" (Bastos, 2005), no qual localizamos personagens,

[80] O posicionamento epistemológico desta investigação rejeita acepções essencialistas do sujeito, conforme discorremos no capítulo sobre metodologia, especialmente na subseção 3.1.1, quando da explanação de nossos entendimentos acerca da negociação identitária na modernidade recente.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

avaliamos suas falas e ações, bem como construímos todo o contexto de tempo e espaço narrados. Nas palavras da autora (2005:80):

> [...] cada vez que contamos uma história, podemos estar tanto transformando nossas lembranças, quanto **solidificando determinadas interpretações** e formas de relatá-las. Essas interpretações e formulações discursivas muitas vezes **passam a ser a nossa memória do que aconteceu**. Quando contamos estórias, estamos, enquanto narradores, **recriando** o contexto do evento narrado, **ou seja, criando um mundo da narrativa**, localizando-o no tempo e no espaço, introduzindo personagens, suas ações e falas. (Grifos meus)

Podemos então advogar no sentido de que as narrativas de histórias de vida, como as que temos em mãos, não são "definitivas". Em outras palavras, cada narrativa que nos foi contada por nossos entrevistados é uma - dentre muitas - possibilidades de representar e construir os fatos ocorridos com os mesmos. Conforme nosso entendimento socioconstrucionista do discurso exposto anteriormente, tais construções são orientadas por crenças e valores que operavam localmente - no momento da interação-, bem como pelo entendimento que eles fizeram sobre o público que nós representávamos, através de seus esquemas de conhecimento[81]. Nos interessa, portanto, olhar para tais construções da realidade em forma de narrativa a fim de identificar como os participantes das referidas ocupações se constroem discursivamente, quais identidades desempenham com maior grau de intensidade, e quais identidades são ofuscadas com o objetivo de não comprometer construções anteriores.

Há ainda um ponto bastante significativo acerca da relação entre contar histórias e a construção discursiva de quem somos. Somers & Gibson (1994:38 *apud* Moita Lopes, 2001:63) salientam que "a vida social em si mesma é historiada e que a narrativa é uma condição ontológica da vida social." Os autores destacam, desta forma, que o conhecimento humano é transmitido, pelo menos em parte, através de histórias. Nas palavras dos autores:

> **Tudo o que sabemos** desde construir famílias, ao ato de lidar com doenças, a fazer greves e revoluções **é pelo menos em parte resultado de histórias** que se entrecruzam **e nas quais os atores sociais se localizam**. (Grifos meus)

Tal consideração está intimamente relacionada com outro ponto de suma importância para nossa análise. Ponderamos anteriormente, ao longo desta

[81] Ver capítulo 4.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

investigação, sobre as relações assimétricas de poder nos mais diversos campos de nossas sociabilidades, as quais não apenas se manifestam em nossas práticas discursivas, bem como as constituem. Argumentamos especialmente acerca do fato de que determinamos grupos historicamente privilegiados frequentemente realizam contribuições desproporcionais para o fomento de nossas crenças e valores, sobretudo no sendo comum.[82] Desta forma, ao passo que argumentamos que ao contarmos histórias estamos criando uma realidade social seletiva, bem como fomentando o conhecimento humano, podemos enunciar que a construção narrativa de nossa realidade está intrinsicamente relacionada com formas de poder que privilegiam e/ou legitimam determinados sentidos, modos de viver, etc., ao passo em que buscam apagar outros. A esse respeito, Moita Lopes (2001:67) afirma:

> Se as histórias colaboram na construção de nossa identidade social, **aqueles que se situam nas posições hegemônicas nas práticas narrativas** em que as histórias são contadas, **têm papel preponderante na construção de quem somos.** (Grifos meus)

Concebemos, portanto, que a pesquisa que se debruça sobre como nossas identidades são construídas em interação, através das práticas narrativas, devam estar orientadas para reconhecer e identificar as histórias que são contadas por sujeitos e grupos que ocupam tais posições de prestígio, especialmente quando se propõem a deslegitimar determinadas formas de existência menos prestigiadas. Orientados por tal entendimento nos debruçamos sobre as construções identitárias que são negociadas nas narrativas elaboradas por sujeitos que possuem suas identidades frequentemente construídas por outros (mídias, empresários, políticos responsáveis pelo crescente déficit habitacional, etc.), mas que possuem menor poder para reivindicarem discursivamente outras possibilidades identitárias.

5.1.2.
Narrativas e a (re)construção do passado – Aprofundando relações

[82] Ver capítulo 3, subseção 3.1.2, especificamente quando do exemplo do caso de violência sexual sofrida por alunas de uma universidade canadense. Podemos por ora resumir tal conceito na afirmação de Sally McConnel-Ginet (1988:91):

> Homens (**e grupos dominantes em geral**) normalmente realizam contribuições amplamente dispoporcionais aos **sistemas de crenças e valores disponíveis, nos quais os falantes se apoiam em suas tentativas de criar significados**. (grifos meus)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Abordamos acima características basilares que orientam a concepção socioconstrucionista do discurso (a saber, dialogismo, situcionalidade e constitutividade), destacando como tais qualidades se manifestam de forma proeminente nas práticas narrativas. Orientados prioritariamente pelos conceitos de Bastos (2005) e Moita Lopes (2001), destacamos o ato de contar histórias enquanto *locus* privilegiado no sentido de construirmos discursivamente nossas identidades. Destacamos, neste sentido, o papel organizacional da memória e do conhecimento atribuído às narrativas, seu caráter seletivo e situado, bem como reconhecemos as relações de poder que atravessam as mesmas. Por fim, salientamos, ainda que brevemente, o caráter fluido e não fixo de nossas histórias. Na presente seção, aprofundaremos tal qualidade, salientando a relação entre alterações em nossos alinhamentos ideológicos ao longo de nossas vidas, e as consequentes alterações na forma como contamos nossas histórias.

Linde (1993:25) relaciona a forma como contamos (e recontamos) as nossas histórias de vida com processos constitutivos de nossas identidades. Sua definição assume que essas histórias começam a surgir na adolescência, justamente no período no qual nossas identidades sociais começam a se formar de maneira mais proeminente. Um ponto importante para nossa análise são as qualidades narrativas que a autora denomina de *descontinuidade temporal* e *abertura estrutural* dessas histórias. Isso significa dizer, respectivamente, que nossas histórias de vida não são fixas ou estanques, bem como não são simplesmente o resultado de um somatório de histórias que se organizam sequencialmente sem nenhuma correlação. Contrariamente, nossas histórias estão sujeitas a constante revisões e alterações no curso de nossas vidas, as quais são influenciadas por diversos fatores (Riessman, 1993).

Neste ponto retomamos um conceito de suma importância para nossa análise, conforme explicitado na seção anterior: ao narramos os eventos que consideramos significativos, estamos concomitantemente construindo discursivamente cenários, pessoas, valores, crenças (Moita Lopes, 2001), além de projetarmos uma versão de nosso *self* da forma como gostaríamos que este fosse entendido por nossos interlocutores (Riessman, idem). Porém, ao manifestarmos que tais construções não são fixas ou definitivas, uma vez que, no curso de nossas vidas, alteramos esses valores, crenças, etc. argumentarmos que alteramos, consequentemente, nossas histórias de vida, de forma que estas se adequem aos novos conceitos de projeção favorável de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

nosso *self* (Goffman,1959). Isso não significa afirmar que os indivíduos articulam deliberadamente "versões enganosas" de suas histórias de vida, mas, contrariamente, assumindo a propriedade de organizar a experiência humana que estas histórias possuem (Bruner,1997), advogamos no sentido de que o caráter efêmero de nossas narrativas dialoga justamente com o caráter igualmente fluido e transitório de nossas identidades. (Moita Lopes, 2001; Butler, 1990; Biar, 2012; Goffman, 1959, dentre outros)

Podemos relacionar as qualidades acima mencionadas, acerca da fluidez de nossas histórias, ao conceito que Linde (1993) denomina de "o princípio da descontinuidade temporal". Tal formulação está relacionada com nossas próprias revisões e mudanças em relação ao nosso senso moral, aos nossos valores, ao que consideramos "certo" e "justo", etc. de forma que possamos construir nossa vida de acordo com relações de coerência[83] socialmente aceitas.

Esse conceito acerca do que seria mais apropriado para uma construção favorável também não é fixo, e, conforme argumentamos na seção anterior, pode variar de acordo com o "público", ou o contexto no qual contamos nossas histórias. Por exemplo, uma determinada "versão" de nossa história acerca de temática específica, digamos, a escolha de uma carreira profissional[84], pode ser considerada apropriada para ser contada em um determinado grupo (outros colegas de profissão, por exemplo), quando esta narrativa é prioritariamente fundamentada em habilidades pessoais desenvolvidas desde a infância[85]. Por outro lado, essa mesma "versão" pode gerar discordância quando esse mesmo sistema de coerência é utilizado em outro grupo, digamos, um grupo de amigos próximos, o qual pode vir a contestar essa construção com base em esquemas de conhecimento[86] oriundos de outras narrativas mais pessoais as quais este segundo grupo pode ter tido acesso. Nas palavras da autora:

> [...]isto significa que as histórias incluídas em nossa história de vida **estão constantemente submetidas à revisão** , de forma a expressar nosso entendimento **atual** do significado de nossas vidas ...
>
> As propriedades de descontinuidade temporal e abertura estrutural e interpretativa significam que uma história de vida necessariamente muda constantemente - pela adição de histórias de novos eventos, pela perda de certas histórias antigas, **e pela reinterpretação de velhas histórias para expressar novas avaliações**. **Nós mudamos**

[83] Abordaremos os conceitos de Linde acerca dos sistemas de coerência na seção 5.3.
[84] Destacamos este exemplo justamente por a temática na qual Linde baseou seus estudos.
[85] Segundo a autora este seria justamente um exemplo de sistema de coerência socialmente aceito na cultura norte americana ao considerar a temática "escolha profissional.
[86] Ver capítulo 4.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

> **nossas histórias , pelo menos um pouco, para cada novo destinatário** ; **podemos mudar uma determinada história para um determinado destinatário conforme a nossa relação com este também mude; nós remodelamos histórias de acordo com a ocorrência de novos eventos, e conforme adquirimos novos valores, os quais mudam nossa compreensão sobre eventos passados; e nós mudanos nossas histórias conforme o nosso ponto de vista , a nossa ideologia , ou nossa compreensão geral mude e, consequentemente, remodele a nossa história**. (grifos meus)

Linde (1993: 32) exemplifica como um colega passou a omitir parte das atividades que realizava em um emprego anterior em suas narrativas, as quais costumava narrar vividamente, após uma mudança em sua visão acerca do conceito de ciência ter ocorrido. Seu colega passou por uma mudança ideológica, a qual resultou em uma mudança concreta em sua área de estudos, a qual, por fim, resultou em uma omissão de uma parte da sua história de vida que envolvia procedimentos laboratoriais em ratos, com os quais o narrador não se sentia mais alinhado em sua presente visão de ciência.

Este argumento também é defendido por Mishler (2002), através do conceito denominado pelo autor de “a mão dupla do tempo”. O autor destaca que nossas histórias não estão desconectadas de um “todo”, ou seja, de uma espécie de “visão geral” da forma como construímos nossa história de vida. Em outras palavras, uma determinada narrativa precisa se encaixar em uma cadeia pré-existente de narrativas que formam a nossa história de vida. Desta forma, ao nos engajarmos no ato de contar uma história lançamos automaticamente um olhar avaliativo retroativo, que parte do presente, levando em consideração nossos valores e julgamentos morais atuais. Nossas narrativas passadas, portanto, serão contadas - e recontadas - de acordo com os nossos entendimentos e alinhamentos ideológicos mais atuais.

5.1.3.
Sistemas de coerência aplicados à construção identitária

Passemos agora para a discussão sobre os princípios de causalidade e sistemas de coerência propriamente ditos. Linde (1993: 127-129) argumenta que quando construímos nossas histórias de vida estamos operando segundo princípios de causalidade que são socialmente aceitos para eventos distintos. Há uma série de sistemas que operam dentro de uma determinada cultura, e sua

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

aceitação vai variar consideravelmente de acordo com os valores culturais partilhados, incluindo, muitas vezes, o senso comum. Quando fazemos uma narrativa acerca de algo que nos constrói enquanto indivíduos, geralmente fazemos um "esforço discursivo" para que nossos motivos, razões e decisões se encaixem dentro desses sistemas, de forma que nossa vida – que é formada por essas histórias – não pareça ser nem exageradamente aleatória nem pré-determinada.

Quando operamos fora das expectativas sociais acerca do que constitui uma relação de causalidade e agentividade esperadas, corremos o risco de nos construirmos como indivíduos frívolos, imaturos ou sem o devido controle de nossas vidas. Uma temática bastante pesquisada por Linde diz respeito à construção de causalidade em relação a escolha profissional de seus entrevistados. Uma relação de causalidade socialmente aceita e bem vista pela classe média americana diz respeito à relação do "caráter" ou personalidade, o qual alinha o indivíduo com sua escolha. Portanto, é socialmente aceito construir uma narrativa sobre a escolha profissional onde a relação de causalidade esteja baseada em sentenças como: *"Eu sempre fui bom com números*" ou "*Eu costumava brincar de ensinar meus ursos de pelúcia*", para justificar escolhas profissionais de um economista e de um professor, respectivamente.

Porém, recorrendo a um exemplo da autora, não é socialmente aceito construir uma narrativa sobre este mesmo tema dizendo: "*Eu estava apaixonado por alguém que cursava medicina, portanto decidi me tornar um médico*". Tal construção entra em choque com as expectativas sociais acerca deste tema específico, as quais esperam pelo menos alguma parcela de alinhamento pessoal, ideológico, etc. e/ou habilidade precoce, gostos pessoais, etc. Em outras palavras, neste contexto – escolha profissional - é esperada uma parcela considerável de agentividade por parte do narrador.

Para termos uma dimensão das pressões sociais as quais os falantes estão sujeitos no sentido de construírem uma relação causal que seja considerada adequada para um determinado tópico, dentro de uma determinada cultura, para um público específico, etc. Linde (Ibidem: 131) argumenta que há uma espécie de "relação hierárquica" entre as possibilidades de causalidade que apontam para uma maior ou menor agência do indivíduo. Na sociedade americana pós-guerra o conceito do *self-made men* é não apenas culturalmente aceito como também muito valorizado. Portanto, uma narrativa de escolha

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

profissional que aponte demasiadamente para oportunidades ou ajuda de outras pessoas, as quais o narrador teve acesso, pode ser considerada inadequada para esta cultura, ao passo que pode ser muito valorizada em outras. Nas palavras da autora:

> Esta escolha de caráter sobre a oportunidade como uma estrutura de coerência é extremamente interessante. Parece provável que enquanto uma explicação enraizada no indivíduo e da agência do mesmo, como traços de caráter devem ser, é preferível a uma explicação enraizada em fatores externos, uma vez que uma descrição baseada externamente convida atribuição a qualquer acidente ou determinismo.

Da mesma forma, um discurso que muitas vezes faz parte do senso comum em nossa cultura brasileira, a saber, a falta de oportunidades para limitar a escolha professional, não é considerado adequado para a classe média americana pós-guerra, mais uma vez, talvez amparada ideologicamente no senso comum pela utopia do *self- made men*, no qual cada indivíduo é o único responsável por seu sucesso ou fracasso profissional. Linde argumenta (1993:142-143) que esses sistemas estão tão presentes em nosso imaginário que uma narradora que lhe forneceu uma entrevista sobre a temática da escolha profissional avaliou sua própria escolha como “acidental”, simplesmente porque os sistemas de valores que preponderaram nessa decisão estavam mais alinhados com aspectos relacionados às relações humanas e pessoais da narradora do que com algum interesse pessoal que remetesse sua infância ou alguma habilidade precocemente desenvolvida. Ou seja, o indivíduo rotulou sua narrativa de uma determinada maneira por ter consciência que seus motivos não estavam alinhados com as expectativas culturais de seu contexto.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

5.2.
A estrutura Laboviana aplicada à construção identitária

Na presente seção destacaremos o arcabouço teórico proposto por Labov (1972) no que tange à fragmentação da narrativa em categorias distintas, de acordo com a análise funcional de estruturas formais, a saber, *Resumo*, *Orientação*, *Ação Complicadora*, *Avaliação*, *Resultado* e *Coda*. Tal categorização, embora tenha sido amplamente criticada pelo excesso de preocupação com aspectos formais da narrativa, nos será produtiva quando voltarmos o olhar para as narrativas sob a ótica da construção identitária. Ao

identificarmos e destacamos, por exemplo, a orientação, a avaliação ou até mesmo a coda de uma determinada narrativa, podemos analisar que função esses tópicos exercem na construção identitária específica do "eu", em contraponto ao "outro", uma vez que geralmente tais elocuções acontecem através das chamadas *free clauses* e não fazem parte do fluxo narrativo.[87]

Um exemplo bastante claro deste ponto encontra-se no texto seminal de Labov (1972: 364), no qual o autor discorre acerca da classificação da narrativa em categorias funcionais acima mencionadas. A definição canônica de orientação, por exemplo, geralmente diz respeito a uma série de *free clauses*, ou seja, orações que não fazem abordam a história em si, nas quais o narrador estabelece o lugar, os personagens envolvidos, o quando, dentre outros pontos que julgar necessário para a contextualização da narrativa. Porém, dependendo do tipo de narrativa que estamos empenhados em contar, e do tipo de construção identitária que buscamos para nós e para os "outros" (especialmente em uma situação de conflito), podemos usar essa seção para implicitamente nos engajarmos na construção identitária do "outro", destacando o quanto este não age de forma "boa" e "justa", ao passo que o "eu" é discursivamente preservado.

A construção do "eu" sob uma luz favorável (Goffman, 1967) é um ponto que Linde (1993:31) igualmente aborda quando discorre sobre a sua definição de história de vida*: "...O falante é uma boa pessoa que agiu corretamente. Conforme veremos, todas as narrativas pessoais são formuladas para apresentar uma versão deste ponto...*". Retomaremos para a análise sob a ótica dos sistemas de coerência de Linde na sessão seguinte. Por ora seguiremos com a argumentação acerca da relação entre a categorização proposta por Labov e sua contribuição para a análise identitária dos indivíduos sob escrutínio.

Labov (1972) trabalhou com dados gerados através de narrativas com a temática voltada para o conflito, nos quais seus informantes deveriam narrar uma situação dramática da qual se recordavam. Um de seus informantes, chamado pelo autor de John L. relata um embate que teve em sua infância com uma menina que estudava na mesma escola que ele, o qual culminou em violência física de sua parte contra a mesma. Podemos imaginar que um

[87] A categorização Laboviana estabelece a distinção entre *narrative clauses* e *free clauses*. As orações pertencentes ao primeiro grupo são justamente aquelas que estabelecem a sequencialidade dos fatos narrados. As *free clauses* podem exercer diferentes funções na narrativa, como por exemplo estabelecer o piso conversacional ("você não acredita no que me aconteceu"), ou apresentar comentários avaliativos na forma de pensamentos e/ou ações que supostamente ocorreram concomitantemente aos fatos narrados, dentre outras funções.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

menino, mesmo uma criança, agindo com violência física contra uma menina não é algo que possa ser facilmente construído sob uma luz favorável para o narrador. Para tanto, Labov nos evidencia a estratégia empregada por seu narrador, o qual se empenhou em estender a orientação consideravelmente, de forma a realizar uma construção identitária altamente negativa e violenta da menina com a qual entrou em conflito. Nas palavras do autor:

> Muitas das narrativas de John L começavam com um **perfil detalhado** acerca do personagem principal - neste caso, as sentenças a-i **foram todas dedicadas a garota mais malvada da vizinhança**, e a primeira sentença narrativa coloca John L e a menina cara a cara no jardim da escola (grifos meus)

Desta forma, em consonância com o autor, argumentamos que ao identificarmos e isolarmos aquelas orações que não fazem parte do fluxo narrativo em si, ou seja, que não configuram fatos ocorridos sequencialmente no passado, podemos analisa-las em relação a função que exercem na construção identitária dos personagens envolvidos na mesma. Retomando a análise da narrativa mencionada, após construir a sua adversária sob uma luz desfavorável, como sendo *injusta*, *violenta* e *má*, o narrador segue para a ação complicadora, na qual ele se encontra sem o dinheiro que sua adversária - segundo ele - exigia *violentamente* todos os dias. Neste momento o narrador interrompe o fluxo narrativo com uma *free clause* avaliativa, na qual teria dito para si mesmo, em pensamento, "que não tinha o dinheiro, pois fazia parte de uma família pobre". Labov (1972: 372) classifica esse movimento discursivo como *Emdedding of Evaluation,* ou seja, quando o narrador cita um pensamento ou uma fala atribuídos a si mesmo, como se estes tivessem ocorrido no momento narrado, sem interromper o fluxo narrativo.

Embora não nos caiba contestar a "veracidade" ou o grau de exatidão com que a narrativa reflete os eventos narrados[88], podemos imaginar que em muitas situações nas quais as ações ocorrem de forma intensa e progressiva, especialmente em momentos de conflito e tensão, é pouco provável que as falas e/ou pensamentos avaliativos tenham de fato ocorrido no momento do conflito.

[88] Discorreremos acerca dos conceitos que tratam da fluidez e do caráter socioconstrutivo da realidade que norteia nosso entendimento acerca do ato de narrar na seção seguinte. Por ora argumentamos que nossa concepção acerca de narrativas concebe este ato como uma "versão" da realidade moldada por objetivos identitários específicos, para um público específico (dialogismo), realizada por um indivíduo localizado sócio historicamente. Não podemos, portanto, falar em uma construção "verdadeira", mas sim em uma representação temporário de uma realidade construída para fins específicos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

De acordo com o autor, sentenças que não fazem parte do fluxo sequencial de eventos podem ter a função de ratificar as construções identitárias defendidas pelo narrador, tanto para si mesmo quanto para sua adversária[89].

Neste exemplo, o narrador cita um conjunto formado por oito orações, as quais remetem ao que ele teria pensado entre o momento em que ele foi agredido pela colega e o momento em que ele decide reagir fisicamente. Temos até este momento a construção de uma oponente que age com "brutalidade" e "irracionalidade", contra um narrador que se constrói como "desprovido financeiramente" e "vítima de violência". Desta forma, portanto, a maior parte da narrativa está empenhada em convencer o ouvinte que não haveria como evitar a situação de conflito, ainda que o narrador quisesse cumprir a exigência financeira que lhe fora feita.

Não obstante, embora a pesquisa de Labov girasse em torno da exposição de uma situação de conflito, o narrador resume em apenas três orações o momento do conflito em si, no qual ele teria reagido e vencido a luta. Esse *resultado* propositadamente abreviado reflete que não houve interesse por parte do narrador em dar ênfase às suas possíveis qualidades como "guerreiro", como aquele que venceu um embate físico, uma vez que tal construção identitária o afastaria de uma identidade positiva, mesmo com todo o esforço argumentativo/discursivo que foi realizado ao longo da narrativa. Tal construção identitária poderia ser usada em outros contextos, nos quais, por exemplo, fosse do interesse do narrador se construir dentro de atributos comumente associados à "masculinidade", enfatizando a derrota do oponente.

Em suma, o principal argumento que estamos defendendo até este momento diz respeito ao fato de que a categorização de Labov nos permite identificar com alto grau de clareza as sentenças que não fazem parte do fluxo narrativo, destacando o potencial socioconstrutivo das mesmas. Tal categorização nos permite ainda identificar através de quais recursos linguístico-discursivos o narrador constrói a sua identidade e a dos outros personagens envolvidos na história. *Orientações* mais ou menos prolongadas, por exemplo, com mais ou menos ênfase em um determinado contexto ou personagem, carregam um vasto potencial significativo, e não são elaboradas de forma aleatória, ou apenas em decorrência de um estilo pessoal de contar histórias. As *avaliações*, tópico sobre o qual Labov se debruça mais detidamente, possuem

[89] Ou, como neste caso, a construção de sua antagonista sob uma luz desfavorável.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

um potencial bastante vasto no sentido de nos informar os "reais"[90] pontos do narrador. Labov (1972: 371) destaca a importância das narrativas enquanto instâncias propícias à negociação identitária ao afirmar que *"... The narratives themselves may serve only as a framework for the evaluation".* Passemos agora para um exemplo da forma como o ponto defendido acima pode ser aplicado aos nossos dados.

5.3.
As construções identitárias de Pedro

Passemos agora à análise da narrativa de Pedro[91], apresentada em excertos menores no capítulo anterior. Destacamos, primeiramente, na tabela abaixo, os movimentos discursivos de acordo com o supracitado modelo clássico de Labov (1972). A análise que segue se apoiará tanto nesta classificação (com foco nas construções identitárias de nosso entrevistado) quanto o arcabouço teórico de Linde exposto nas linhas acima.

Excerto 1 – "ele caiu de cabeça dentro do vaso. Ele caiu dentro do vaso"

Pedro	165	Infelizmente a minha luta a minha correria minha e da minha família é essa (2.0)	**Resumo**
	166	Porque:: (1.0) começou quando eles implantaram a UPA na comunidade (1.0)	**Orientação**
	167	porque eu sai da baixada flumi::nense pro jacaré (2.0)	**Orientação**
	168	Pra poder.. devido ao aluguel... a passagem lá em cima ser muito alto	**Avaliação externa – interrompe o fluxo narrativo para realizar um comentário**
Kátia	169	sim sim sim [aí fica difícil]	
Pedro	170	[e não te aceitava em lugar nenhum	**Avaliação externa – interrompe o fluxo**

[90] Ainda que tenha se empenhado em uma categorização mais formal da análise narrativa, Labov reconhecia o potencial das histórias na construção de nossa realidade. Para o autor o propósito "real" de diversas narrativas não residia na história em si, ou seja, na informação meramente factual contida na narrativa, mas sim nas construções identitárias acerca de si mesmo e de outros que tais histórias propiciavam.

[91] Relembramos que as narrativas de Pedro foram objeto de análise do capítulo 4. Sua história permeou ainda a descrição da origem desta investigação, devido à violência sofrida por sua esposa no momento de dar à luz ao filho do casal.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

			narrativo para realizar um comentário
	171	aí eu po para mim não sair... não ser mandado embora do serviço eu::: (3.0)	**Orientação**
	172	aluguei um ama aluguei uma quitinete (1.0) no Jacaré (2.0) entendeu?	**Orientação**
	173	aí nisso (0.5) que chegou a UPA e o senhorio falou	**Ação complicadora**
	174	você paga X ou você paga X ou então tu me entrega a casa	**Ação complicadora**
	175	eu desempregado (1.0) vivendo de biscate(3.0), entendeu?	**Avaliação externa – interrompe o fluxo narrativo para realizar um comentário**
	176	com esses filhos...(0.5) com a minha família toda	**Orientação**
	177	Eu tive que fazer o quê? Eu eu SAÍ para andar e ver se eu conseguia algo mais barato (2.0)	**Ação complicadora**
	178	eu não consegui (2.0)	**Ação complicadora**
	179	Aí um rapaz falou assim "ó rapaz, tu que tá procurando.. tu que tá vindo aqui pra ver uma casa para alugar?	**Ação complicadora**
	180	pelo menos uma quitinete?"	**Ação complicadora**
	181	Eu falei assim para ele " É isso aí, que minha família tá corre o risco de ficar na rua"	**Ação complicadora Avaliação incorporada ao fluxo narrativo (*embedding of evaluation*)**
	182	"Que eu não tenho para onde levar minha família"	**Avaliação incorporada ao fluxo narrativo (*embedding of evaluation*)**
	183	Pedro: ELE (1.0) " ó, tá tendo ocupação ali na frente. Aquele prédio antigo que era da OI::"	**Orientação**
	184	"E tal da da Telerj"	**Orientação**
	185	Foi onde que eu conheci todo mundo... todo mundo me abraçou,(1.0) entendeu?	**Avaliação como ação**
	186	Fui para lá junto com eles	**Ação**

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

		(1.0)..Me aloj::ei (2.0)	**complicadora**
	187	E até que fomos expulsos de lá também	**Ação complicadora**
	188	E Assim que começou a nossa luta aí	**Resultado**
	189	E tamu até hoje	**Resultado**
	190	E at::é (0.5) e a nossa luta vai seguir até nós conseguir a (0.5) a nossa casa	**Coda**
	191	que é a nossa meta	**Coda**
	192	Por::que (1.0) o aluguel social paga hoje (0.5) já atrasa	**Coda**
	193	amanha fala assim " ó, não tem mais"	**Coda**

O trecho narrativo selecionado para análise nos chamou bastante a atenção em relação à questão do desempenho identitário implícito, principalmente negociado através dos comentários avaliativos. Primeiramente, ela se destaca no sentido de que o narrador iniciou um relato que não surgiu em resposta a uma pergunta da entrevistadora, como foi o caso de todas as suas falas até então. No *resumo* (linha 165) podemos perceber que Pedro se propõe a narrar *sua luta* de uma forma mais ampla e genérica. Nossa expectativa, portanto, seria a de que ele narrasse sua luta atual, como um indivíduo que participa ativamente de ocupações, bem como suas motivações pessoais e/ou políticas para tanto.

Esta expectativa baseava-se no fato de que, em nosso esquema de conhecimento, Pedro compreendia que estava sendo entrevistado por pertencer a uma ocupação, por sua esposa ter sido vítima de uma violência policial, e pelo fato de que ele compreendia que nossa entrevista tinha um cunho político. Conforme argumentado anteriormente, nossas entrevistas buscavam gerar uma visão concorrente com a representação midiática canônica, segunda os quais essas pessoas seriam apenas "invasores" e/ou "vândalos"[92].

Porém, é interessante observarmos que sua narrativa se concentra quase que inteiramente nos momentos anteriores ao seu ingresso nas ocupações. Sua *orientação* começa por explicar o porquê não foi mais possível para ele sustentar o seu aluguel. Em nenhum momento ele realiza qualquer crítica política que demostre que sua narrativa irá enveredar por uma construção identitária de "ocupante". Contrariamente, Pedro não menciona nenhuma das situações

[92] Ver capítulo 2.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

políticas, como as que foram descritas no decorrer desta investigação[93], por exemplo, o fato de muitas pessoas estarem sendo desalojadas pela prefeitura para justificar sua identidade de ocupante. O mais próximo que chegou de realizar uma crítica a fatores externos que motivaram sua condição atual ocorreu em suas primeiras *avaliações,* quando disse que o preço do aluguel aumentou, mas sem salientar as causas ou relaciona-las com fatores políticos.

Pedro, então, realiza uma nova *orientação* para explicar sua nova situação: ele havia alugado um outro lugar para morar de forma que pudesse ficar próximo ao trabalho. A *ação complicadora* entra em cena na forma de um novo aumento no aluguel, ao passo que o proprietário lhe dá um ultimato em relação ao pagamento. Sua *avaliação* deste fato é bastante reveladora em termos de construção identitária. Pedro aponta para sua identidade de "pai de família" (linha 181) e não de "militante" ou "ocupante", como esperávamos que ele o fizesse.

Em consonância com a análise laboviana supracitada, a narrativa de Pedro prossegue com uma série de *ações complicadoras* que culminam por tornar impossível a permanência do narrador em uma situação canonicamente construída como "regular". Em outras palavras, a narrativa constrói e destaca um conflito entre as sucessivas tentativas de Pedro no sentido de agir em conformidade com as expectativas sociais canônicas de um lado, contra as dificuldades que se apresentavam "empurrando-o" na direção contrária.

Ainda de forma semelhante à análise laboviana, quando chega o momento em que o narrador vai tomar uma atitude que entraria em conflito com os cânones sociais do que é considerado certo, ele nos apresenta uma *avaliação encaixada* em uma fala que teria acontecido no evento (linhas 181-2). Quando lhe perguntam se ele precisa de um lugar para ir, sua resposta denota preocupação com sua família, a qual foi citada repetidas vezes.

Eu falei assim para ele " É isso aí, que minha ***família***
tá corre o risco de ficar na rua"
"Que eu não tenho para onde levar minha ***família"***

[93] Ver introdução e especialmente capítulo 2.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

O momento específico que marca a entrada de Pedro no movimento que participa de ocupações foi extremamente significante do ponto de vista da construção identitária. Este momento foi marcado por uma *avaliação* em forma de ação (*Evaluative Action*), no qual o narrador coloca ênfase no aspecto emocional, quando do seu acolhimento pelo grupo. (Linha 185). Ou seja, ao invés de descontinuar o fluxo narrativo para adjetivar e qualificar a situação (por exemplo, dizer explicitamente que ele havido sido rejeitado em todas as tentativas de morar legalmente com sua família, e que o movimento de ocupação o recebeu de forma positiva e, consequentemente, ele havia decidido fazer parte do mesmo), essa avaliação fica implícita na ação "*todo mundo me abraçou lá*".

Nesse momento esperávamos que o narrador fosse iniciar então uma nova fase em sua narrativa, a qual estaria alinhada com a sua identidade de militante e/ou ocupante. Porém, justamente quando a narrativa chega no momento em que ele foi recebido na ocupação Pedro a encerra (linhas 189 e 190), trazendo a situação para o presente através de uma breve sessão dedicada ao *resultado*, seguido da *coda*.

Orientados pela classificação laboviana podemos traçar um paralelo entre a forma como o Pedro se construiu discursivamente e o narrador apresentado na pesquisa de Labov, utilizado como exemplo anteriormente (1972). Em ambos os casos os informantes tinham consciência que suas ações não encontravam respaldo no que os valores canônicos da sociedade julgariam como sendo "bom" ou "justo". Portanto, o narrador de Labov não se construiu como um homem que venceu um combate, descrevendo-o em detalhes, mas sim dedicou seu relato a criar o antagonismo necessário[94] entre ele e sua adversária. O ponto em que ele cometeu uma ação violenta é abreviado a duas orações, sem qualquer avaliação.

Estratégias discursivas semelhantes são empregadas na narrativa sob escrutínio: o nosso narrador sabe o contexto em que suas atividades são narradas por discursos que tentam se fazer hegemônicos em nossa sociedade[95]. Seus esquemas de conhecimento acerca do que o senso comum acredita o levam a crer que essas ocupações não se justificam, e que se tratam, na verdade, de invasões à propriedade privada. Portanto, quase a totalidade de sua narrativa se focou em destacar sua identidade de "homem de família", uma

[94] Para seus objetivos de construção identitária.
[95] Ver capítulo 2.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

identidade inquestionavelmente mais aceita de acordo com as expectativas sociais canônicas.

Praticamente a totalidade de sua orientação girou em torno de evidenciar que ele vivia de forma regular. Suas avaliações sempre salientaram o aspecto da sua preocupação com a família; em nenhum momento Pedro avaliou o governo, a desigualdade social, ou a própria questão da falta de moradia, dos despejos forçados etc. Em nenhum momento ele se alinhou com a identidade que esperávamos que ele fosse construir.

Por último, identificamos certa semelhança na forma através da qual o informante de Labov e Pedro resumem ao mínimo que precisa ser dito o momento em que ambos assumem a agência de um ato socialmente questionável. Pedro abrevia o momento do encontro, bem como sua entrada para uma comunidade com contornos políticos, apenas com a *avaliação* de que ele foi bem recebido; não há nenhum comentário avaliativo sobre o direito do grupo em agir da forma como age. Contrariamente, Pedro se apressa em encerrar a narrativa, a trazendo já para o presente. Percebe-se um salto temporal bastante significativo, que deixa de fora toda uma gama de eventos nos quais ele esteve presente, e atos nos quais ele teria tido mais agência, a partir daquele momento, no campo da militância das ocupações[96], mas que entrariam em conflito com a identidade de "homem de família" que ele havia criado ao longo da narrativa.

Porém, esta não é a única forma de analisarmos essa narrativa. Justamente pelo fato de termos notado um óbvio avanço temporal que deixou alguns eventos de fora da narrativa, criando uma diferença saliente entre nossas expectativas[97] e o narrado, retomamos os conceitos supracitados neste capítulo acerca de nosso entendimento da narrativa enquanto uma construção não fixa (Linde,1993), a qual não pretende refletir a realidade, mas sim construir uma determinada história, para um determinado ouvinte ou público, com determinados propósitos. Todos esses quesitos podem variar de acordo com nossos objetivos identitários. Podemos, devido a razões culturais, imaginar que

[96] Idem, especialmente subseção 2.2.1, na qual destacamos o fato de que na maioria das ocupações o principal objetivo é garantir o funcionamento mínimo da área ocupada em termos habitacionais. Desta forma, as tarefas são organizadas e divididas por comissões formadas pelos próprios ocupantes. A segurança dos moradores, o funcionamento da cozinha comunitária, a realização de pequenos reparos, bem como a negociação com o poder público são alguns exemplos das tarefas rotineiras de um ocupante.

[97] A questão da diferença entre nossas expectativas e as construções que nos foram apresentadas foi objeto de análise do capítulo 4, especificamente quando abordamos a questão dos esquemas de conhecimento (ver seção 4.2).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

uma construção discursiva da realidade seja mais adequada para um determinado ouvinte, mas não para outro.

A narrativa que temos sob escrutínio é, portanto, uma forma - dentre muitas outras possibilidades alternativas - de Pedro se apresentar dentro de valores canônicos de normalidade, ao passo em que se afasta discursivamente dos atos considerados desviantes. Com estes conceitos em mente, estamos nos aproximando das teorias de Linde (1993), debatidas acima, acerca de como organizamos a sequencialidade e as relações causais em nossas narrativas, de forma a construirmos diferentes representações da realidade narrada. Nas linhas abaixo, portanto, analisaremos as construções identitárias de Pedro com foco nos sistemas de coerência propostos por Linde.

Conforme argumentamos anteriormente, no senso comum da cultura da qual estamos inseridos, a atividade em questão – fazer parte de uma ocupação – é socialmente construída como uma atividade estigmatizada. Portanto, temos que pensar agora nos sistemas de coerência que estão operantes em nossa cultura quando construímos uma narrativa que culmine com a afiliação do indivíduo em uma atividade considerada como transgressora.

Podemos pressupor que, contrariamente à escolha profissional, na qual um grau maior de agência da parte dos indivíduos é não apenas esperado como também valorizado, aqui, sistemas baseados na falta de escolhas, oportunidades e que salientem menor agentividade por parte dos sujeitos fazem parte de um sistema de causalidade aceito – pelo menos parcialmente – como adequado por uma vasta parcela da população quando discorremos sobre a afiliação a uma atividade desviante. Vejamos novamente os principais trechos nos quais Pedro apresenta o seu primeiro contato com o grupo, e como foi o seu processo de ingresso no mesmo:

Pedro	*194*	***Aí um rapaz falou assim*** *"ó rapaz, tu que tá*
	195	*procurando.. tu que tá vindo aqui pra*
	196	*ver uma casa para alugar?*
	197	*pelo menos uma quitinete*
	198	*Eu falei assim para ele " É isso aí, que minha*
	199	*família tá*
	200	*corre o risco de ficar na rua"*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

	201	*"Que eu não tenho para onde levar minha família"*
	202	*Pedro: ELE (1.0) " ó, tá tendo ocupação ali na frente*
	204	*Aquele prédio antigo que era da OI::"*
	205	*"E tal da da Telerj"*
	206	***Foi onde que eu conheci todo mundo...***
	207	***todo mundo me abraçou, entendeu?***
	208	***Fui para lá junto com eles (1.0)..Me alojei:: (2.0)***

Após a descrição de todas as dificuldades pelas quais ele e sua família passaram, e todas as tentativas fracassadas em morar de acordo com o que é socialmente aprovado – pagando-se um aluguel – o narrador atribui a fatores externos seu ingresso no movimento socialmente condenável. Primeiramente, a forma como ficou sabendo do mesmo veio de uma fonte externa "*um rapaz chegou e disse...*". Segundo, o sistema de causalidade empregado foi baseado em fatores emocionais "*tudo mundo me abraçou*", os quais remetem a receptividade e ao "acolhimento". Em muitos outros eventos da vida social poderíamos questionar esse sistema, alegando que ser aceito ou bem acolhido em um ambiente não seria motivo suficientemente adequado para fazer parte do mesmo, ainda mais um ambiente que implicaria um alinhamento político/ideológico com uma determinada causa e/ou linha de ação desviantes.

Porém, operam em nosso senso comum discursos antagônicos e conflitantes, os quais buscam se constituir enquanto explicações hegemônicas acerca dos motivos que levam um indivíduo para uma atividade considerada marginalizada. Um deles pode ser resumido com sendo o da "privação", no qual o indivíduo que foi desprovido de oportunidades e chances de agir "corretamente" acaba sendo aliciado, mesmo que isso não faça parte de seu caráter, para praticar determinadas atividades. A outra ideologia remete a discursos punitivistas e/ou criminalizantes[98], os quais, como argumentamos anteriormente nesta investigação, acreditam na total agência do indivíduo sobre suas escolhas, e, portanto, se um indivíduo pratica uma atividade considerada desviante, ele possui exclusiva responsabilidade sobre tal escolha, bem como lhe falta caráter.

[98] Ver capítulo 2, seção 2.1

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Consciente dos discursos ideológicos em conflito relacionados com as atividades da qual estava fazendo parte – ocupantes e/ou invasores de propriedade privada e, portanto, criminosos – os narradores optaram, portanto, por um sistema de causalidade o qual os afastou completamente de qualquer alinhamento ideológico, aptidão, vontade, defesa ou agência em relação a sua situação atual, e ancorou a mesma em um sistema que remete a primeira ideologia do senso comum citada acima: falta de oportunidades de agir corretamente, apesar de diversas tentativas, somada a uma influência externa que o acolhe. Este recurso pode ser entendido com uma técnica de neutralização do desvio (Becker, 1963).

Essa visão está apoiada em outros estudos que dão conta da formação de identidades consideradas desviantes e estigmatizadas. Biar (2012) analisa a negociação identitária que pessoas encarceradas realizam no sentido de mitigar ou neutralizar o estigma criminal quando em encontros mistos, ou seja, com indivíduos que não carregam o mesmo estigma. Muitos conceitos teóricos que nortearam a análise de sua pesquisa podem ser empregados nesta análise. Nas palavras da autora:

> Para Goffman, o estigma, aplicável ao criminoso **e outros grupos**, deriva não de uma característica em si mesmo desonrosa, mas da violação de expectativas normativas sustentadas culturalmente sobre a apresentação social de um indivíduo nos diferentes contextos de interação. (Grifos meus)

Podemos argumentar no sentido de que a construção de uma identidade desviante ou “normal” seria, portanto, fruto de uma negociação entre os participantes da interação, e não uma característica inerente ao indivíduo[99]. O estigma pode ser neutralizado ou mitigado através de determinadas técnicas que os indivíduos utilizam para criar e/ou evidenciar determinadas relações de causalidade para suas ações. Estas, porém, não são “aleatórias”, no sentido de que não estão desalinhadas com a sociedade e a cultura da qual os indivíduos fazem parte. Em termos práticos isso significa afirmar que os indivíduos têm consciência do ato desviante e da consequente identidade deteriorada que carregam a todo o momento. Portanto, tendo consciência de sua identidade desviante, e ainda das explicações essencialistas sobre a mesma, normalmente ancoradas em atributos negativos, que circulam no senso comum, o indivíduo tentará proteger a sua face (Goffman, 1967) e negociar essa identidade no fluxo

[99] Conforme argumentamos na seção 5.1 deste capítulo acerca do papel socioconstrucionista da narrativa.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

da interação. Com o objetivo de neutralizar discursivamente a identidade desviante, a narrativa de Pedro ancora-se em uma determinada construção na qual seus possíveis alinhamentos políticos/ideológicos com a chamada luta pela habitação[100] não sejam trazidos à tona, evitando assim evidenciar um sistema de causalidade ancorado em escolhas deliberadas de sua parte. Contrariamente, Pedro destaca os infortúnios pelos quais passou, novamente sem destacar fatores políticos como causa destes, de forma a construir uma relação de agentividade que prioriza suas tentativas de agir de acordo com os cânones de normalidade.

Em outras palavras, enquanto esteve no controle de suas ações, Pedro buscou sua moradia dentro das convenções sociais aceitas, mas suas tentativas foram frustradas por eventos externos, culminando na perda de sua agentividade. Ao longo da narrativa, percebemos que Pedro se constrói como alguém que está "à deriva", uma vez que suas ações se baseiam meramente na adaptação à fatores externos. Por fim, no momento em que Pedro se encontra com o grupo em questão sua agentividade é quase nula. A ação é transferida para "o outro": "`Aí todo mundo me abraçou`". Neste momento Pedro culmina por ancorar suas ações em um sistema de coerência mais aceito em nossa cultura para explicar o desvio, ou seja, a falta de oportunidades.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

5.4.
As construções identitárias de Valeria

Passaremos agora para a análise da narrativa de Valéria[101], já trazida anteriormente nesta investigação sob o olhar da sociolinguística interacional no capítulo anterior. Cabe salientarmos que, de forma diferente de outras investigações já mencionadas ao longo desta (Biar, 2012, por exemplo), nas quais o tópico do desvio surgiu como uma espécie de agenda tácita na fala de seus entrevistados, aqui optamos por abordar diretamente a relação dos mesmos com as ocupações das quais faziam parte. Desta forma, supostamente, levaríamos nossos entrevistados a discorrerem acerca das atividades desviantes

[100] Ver capítulo 3.

[101] A entrevista com Valeria foi analisada no excerto 07 do capítulo 4. Nesta ocasião destacamos a emergência de identidades relacionadas com a proteção de sua família, bem como suas conquistas como estudante.

e/ou a se engajarem na construção de justificativas ancoradas na deficiência do poder público para as mesmas.

Wilson	209	Valéria (nome fictício), então (2.0) é:: eu queria te perguntar
	210	como é que::: (2.0),
	211	o que aconteceu que você perdeu a sua moradia, e como é que
	212	você conheceu as as as
	213	primeiras ocupações::: como é que você começou a fazer parte
	214	desse movimento?
Valéria	215	É então, eu perdi a minha moradia é por contrato mesmo, né? Era
	216	um valor e::: depois
	217	Com essa crise aí na renovação do contrato ela foi para
	218	um valor ao qual é::
	219	Não tinha condições de pagar esse valor (2.0) de é::
	220	de viver, né?
	221	E também, né? Ajudar na criação de uma neta que eu tenho
	222	De um filho meu que faleceu muito jovem ainda
	223	E eu fiquei sem essa condições de de pagar o aluguel
	224	O que não me deu também a:: a:: continuidade de procurar
	225	um lugar menor
	226	Pra:: pra alugar é que eu tô aí me dedicando aí a um curso
	227	de direito (2.0) eu fiz um vestibular
	228	Eu passei eu tive que é::: não comecei o período agora no
	229	meio do ano fiz um outro vestibular
	230	passei novamente e eu tenho que opta:r
	231	ou eu pago a minha faculdade ou eu pago um aluguel e o que eu
	232	ganho não dá para ambas as coisas
	233	E devido a isso por conhecimento de uma amiga que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

		tava
	234	participando (1.0) que foi convidada
	235	para ocupar o OI/Cedae e ela me chamou e eu fui
	236	fui no começo, mas aí eu vi que era muito maior assim a visão
	237	de uma ocupação
	238	de pessoas de coisas que que aconteciam e desisti
	239	depois essa mesma amiga minha falou para ocupar o bairro 13
	240	quando eu cheguei lá achei...
	241	que ia dar a mesma coisa do OI/Cedae
	242	e de novo não fiquei
	243	e Depois ela me chamou para a Telerj e depois ema me chamou
	244	pro Eike Batista
	245	no Eike Batista que eu tive a decisão de que realmente
	246	desse jeito que eu ia ter que ficar
	247	ocupando aqui ora dormindo na rua ora ocupando outro lugar
	248	e:: com outras pessoas é mais fácil, né? De você ficar
	249	até dormindo na rua
	250	Pra poder é:: me manter na minha alimentação na ajuda
	251	financeira pra minha neta
	252	E levar adiante a minha faculdade que é ... (2.0)
	253	o que eu estou dando prioridade

Notamos que o olhar retrospectivo sobre o passado se mostra relevante quando nos debruçamos sobre as relações de coerência e causalidade que Valéria atribui as suas ações, partindo de avaliações relacionadas com seus conceitos e valores do presente (Mishler, 2002). Tendo consciência do caráter extraordinário de suas ações, Valéria constrói uma orientação (Labov, 1972) relativamente longa, cujo foco parece se distanciar da questão original sobre sua entrada no grupo de ocupação. Tal orientação foi frequentemente entrecortada

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

por avaliações externas[102] que reforçavam um caráter protótipo encontrado ao longo de nossas entrevistas, a saber, a construção de identidades socialmente aceitas e valorizadas pelos cânones de normalidade.

Trazendo o conceito do olhar retrospectivo de Mishler destacamos a forma como a narrativa retorna para o tempo presente (linhas 250-3), no qual a entrevistada destaca suas prioridades ("Pra poder é:: me manter na minha alimentação (2.0) na ajuda financeira pra minha neta.*E levar adiante a minha faculdade que é o que eu estou dando prioridade*"). Notamos que apesar da pergunta ter sido formulada com o foco em atividades desviantes, a narrativa encerra no presente com a apresentação de objetivos atuais e planos futuros relacionados com seu papel social de "avó zelosa", bem como de "estudante de direito". Argumentamos, ancorados em Mishler, que a agenda de sua narrativa, desta forma, gira em torno de chegar nesse objetivo identitário, ou seja, de salientar identidades relacionadas com os conceitos de família e trabalho/estudo, conceitos estes que entram em oposição direta às teses criminalizantes, as quais relacionam tais indivíduos com um caráter deficitário e/ou preguiçoso. Desta forma, analisaremos como o início e o meio de sua narrativa formam uma construção coesa, cujo objetivo é chegar a um desfecho identitário já conhecido e intencionado pela entrevistada (Mishler, 2002, apud Biar, 2012).

A construção de uma relação de coerência pautada na falta de oportunidades de agir de acordo com os cânones de normalidade começa, portanto, nas primeiras ações complicadoras (linhas 215-20), quando Valéria narra a aumento de seu contrato de aluguel, ressaltando o caráter de normalidade de suas ações, ou seja, a busca por uma moradia vinculada ao pagamento. Já nas primeiras ações complicadoras, observamos o entrecruzamento com avaliações externas (linhas 221-3), nas quais a entrevistada cita a impossibilidade de pagar o aluguel e continuar a ajuda financeira a sua neta, além de mencionar o fato de que seu filho faleceu precocemente. Entendemos, portanto, que a falta de condições de pagar o aluguel está vinculada com fatores externos, acerca dos quais a agência da entrevistada é mitigada. A única referência causal que poderia ter contornos de

[102] Conforme exposto ao longo deste capítulo, a avaliação externa acontece quando o narrador interrompe o fluxo narrativo com uma sentença que não faz parte da sequencialidade dos eventos. Tal sentença tem o objetivo de reforçar uma ideia, intensificar um sentimento, etc. de forma que a construção sob uma luz favorável por parte do narrador seja mais proeminente.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

uma crítica política, ou ao "sistema" acontece de forma vaga no momento em que Valéria cita, sem se aprofundar, a crise (*Com essa crise aí* - linha 217).

Argumentamos no sentido de que, ao trazer a identidade de avó para seu discurso, Valéria não apenas enfatizou uma construção identitária não desviante[103], mas também se afastou - ao menos parcialmente - das teses psicologizantes acerca do desvio. No que tange às atividades específicas nas quais Valéria está engajada, um dos discursos marginalizantes diz respeito a uma suposta tentativa de "ganho fácil", na qual o indivíduo que se julga socialmente desprivilegiado se concederia o direito de usurpar a propriedade privada alheia. Valéria, portanto, afasta-se de uma relação causal para suas ações as quais estariam diretamente e exclusivamente relacionadas com questões financeiras. Tal relação, em última análise, poderia ser interpretada como algo nos moldes de "*Eu não consegui mais pagar meu aluguel, então resolvi ocupar*".

Uma construção alternativa nestes moldes, carregada de agentividade e desafiando os cânones de normalidade, alinharia Valéria com a tese criminalizante supracitada. Desta forma, a preocupação com a família emerge enquanto relação causal primordial dentro da construção de sua ação complicadora, ao passo que a questão do aumento do aluguel passa a ser discursivamente mitigada. Destacamos que a preocupação com a família faz parte de uma relação causal prototípica na construção de sequencialidade e causalidade de nossos entrevistados, como destacamos na narrativa de Pedro acima[104]. Ao colocarem a proteção de outros em primeiro lugar a tese criminalizante acerca da motivação "egoísta" ou "gananciosa" comumente atribuída ao ato desviante passa a ser discursivamente questionada.

A partir da linha 226 Valéria interrompe a narrativa relacionada às questões familiares e introduz uma nova identidade positiva em sua fala, ao trazer a questão de sua dedicação a um curso de direito. Essa construção é enfatizada através de paralelismos, os quais visam reforçar o caráter de conquista pessoal desta ação.

[103] Conforme já argumentado no capítulo 4.

[104] Assim como tal relação se fará presente na análise subsequente.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Pra:: pra alugar é que eu tô aí me dedicando aí a um curso de direito
eu fiz um vestibular
Eu passei *eu tive que é::: não comecei o período*
agora no meio do ano ***fiz um outro vestibular***
passei novamente *e eu tenho que optar* (linhas 226-230)

Novamente, argumentamos no sentido de que tal construção tem por objetivo não apenas a emergência de uma identidade socialmente mais aceita, mas também oferecer uma oposição discursiva às teses psicologizantes, Sentenças como "fulano invadiu o prédio porque *nunca gostou de trabalhar/estudar*" fazem parte da teia de discursos que fomentam tais teses no senso comum. Desta forma, Valéria uma vez mais afasta a causa de suas ações de uma suposta propensão individual[105] para o desvio. Na linha 231-2 podemos observar a concretização da fusão entre as duas questões, de forma que a impossibilidade de manter sua moradia está discursivamente atrelada a sua vontade de continuar no curso de direito ("***ou*** *eu pago a minha faculdade* ***ou*** *eu pago um aluguel e o que eu ganho não dá para ambas as coisas*").

Este ponto é basilar para nossa análise: conforme argumentamos até aqui, a emergência de outras identidades socialmente aceitas é bastante relevante no sentido de refutarmos visões simplistas sobre quem somos. Porém, quando nos debruçamos sobre o papel que tais identidades exercem na construção de relações causais para nossas ações, notamos que essas construções identitárias cumprem outras funções na narrativa. No caso sob escrutínio, a emergência de outras alternativas identitárias possibilitaram a Valéria atribuir a impossibilidade de manter sua moradia, bem como a sua afiliação ao grupo desviante, a tais construções. Em outras palavras, ao invés de uma relação direta de "problema-solução" como algo nos moldes de " não conseguir pagar o aluguel" e "ocupar", o ato de ocupar está vinculado com a necessidade de cuidar de sua neta, bem como a concluir o curso de direito. Desta forma, em última análise, a afiliação com o ato desviante está inserida dentro de uma relação causal cuja construção remete a qualidades meritosas,

[105] No caso em análise, ocupações de prédios e terrenos sem uso social, os supracitados discursos psicologizantes geralmente giram em torno de construções identitárias que destacam características relacionadas à fraqueza de caráter, falta de gosto por trabalho, incompetência, dentre outras.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

tais como a de uma pessoa que luta para estudar e cuidar de sua família, apesar de não ter onde morar (situação esta que foge ao seu controle).

Identificamos ainda um ponto de interseção entre as narrativas de Pedro e Valeria, no que tange à filiação ao grupo marginalizado, a saber, a mitigação da agentividade através da inserção de um agente externo. Tal como no caso de Pedro, Valéria toma conhecimento das ocupações através de um convite de uma amiga. Tal construção reduz a agência de Valéria no sentido de ser a responsável "intelectual" pela escolha de tal linha de ação. A partir deste ponto, as construções de Valéria se tornam mais vagas (linhas 236-244), de forma que não fica claro para o ouvinte os motivos pelos quais ela não permaneceu em uma série de ocupações das quais fez parte inicialmente. Abordamos este ponto sobre outro olhar analítico no capítulo anterior, quando contrastamos a utilização de informações detalhadas na construção de identidades positivas, em contraponto com a vagueza que Valéria utilizou para narrar os eventos que poderiam ameaçar sua face[106].

Porém, tendo em mente os processos de construção de causa e coerência, podemos olhar para este mesmo momento discursivo por outro prisma. Retomando o conceito de Mishler (2002) acerca da influência que nossos valores do presente exercem quando narramos o passado, já destacamos anteriormente que a construção identitária que prevalece quando a narrativa retorna ao presente diz respeito à papeis socialmente valorizados. Desta forma, ao não explicitar os motivos que a levaram a abandonar as primeiras ocupações Valeria não estabelece um contraste com as causas que possivelmente a levaram a se estabelecer em outras. Em outras palavras, se Valéria tivesse estabelecido uma relação causal clara acerca dos motivos que a afastaram de determinadas ocupações, seria coerente que apresentasse também os motivos pelos quais se identificou com outras. Porém, tais motivos poderiam estabelecer uma outra relação causal para suas ações, mais alinhadas com os interesses das ocupações, relação esta que entraria em conflito com suas construções até então.

O ponto de virada (Mishler, 2002) acontece nas linhas 245-6, quando Valéria verbaliza que aquela seria a maneira através da qual ela percebeu que agiria dali por diante ("...*no Eike Batista que eu tive a decisão de que realmente desse jeito que eu ia ter que ficar...")*. Assim

[106] Ver capítulo 4.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

como na narrativa de Pedro um sistema de coerência baseado no que chamamos nesta investigação de “acolhimento” entra em cena, no que Valéria destaca que passar por condições adversas, tais como dormir na rua, seria mais seguro estando na companhia de outras pessoas. Identificamos, portanto, uma sequência lógica na forma como de eventos foram organizados que se completam: primeiramente Valéria não tem condições de manter sua moradia devido aos papeis sociais que assume como avó e estudante de direito. Segundo, após perceber que seria mais seguro estar na companhia de outras pessoas, ela participa de ocupações e/ou dorme na rua. Há um paralelismo na forma como os atos de “dormir na rua” e “ocupar” são colocados no mesmo patamar, ou seja, como situações altamente indesejáveis (“*ocupando aqui* ***ora*** *dormindo na rua* ***ora*** *ocupando outro lugar”).* Desta forma, fica implícita a ideia de que ocupar não seria, de fato, a intenção de Valéria, mitigando drasticamente sua agentividade em relação a estas ações.

Em última análise, podemos concluir que a sequencialidade como os fatos foram narrados nos apontam na direção do entendimento de que Valéria não se constrói discursivamente nem como “ocupante” e tampouco como “invasora”. Valéria refuta e se afasta discursivamente de relações causais que denotem agentividade e escolha em fazer parte dos atos desviantes, de forma que não podemos afirmar que ela tenha se construído com alguém que, de fato, esteja alinhada com os preceitos políticos e ideológicos do grupo. Em outras palavras, Valéria não tentou construir uma relação causal ancorada na falha de um “sistema” como forma de explicar suas ações. Tal construção causal, conforme já argumentado, não seria razão suficientemente aceita dentro dos cânones de normalidade para mitigar sua identidade desviante. Por outro lado, Valéria não se alinha em nenhum momento com explicações relacionadas com as teses psicologizantes sobre o desvio, nas quais, por exemplo, ela poderia citar uma falta de apoio familiar ou falta de inclinação para o trabalho/estudo, dentre outras. Contrariamente, ao observarmos o final da narrativa as construções identitárias que prevalecem quando a mesma retoma o tempo presente, analisamos que Valéria priorizou construções relacionadas ao conceito de “família” e “trabalho”. Mishler (2002 *apud* Biar 2012) argumenta que as narrativas são construídas através de um olhar retrospectivo no qual o início e o meio estão relacionados com a forma como a história sabidamente termina. Portanto, podemos argumentar que a condição de ocupante apareceu como uma espécie de “desvio de curso” na vida de Valéria. Em outras palavras, este

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

momento aparece como um “corte” entre suas construções iniciais e finais canônicas.

5.5.
As construções discursivas de Adriene

Em nossa última análise, identificamos determinados movimentos discursivos que se mostraram prototípicos para a negociação identitária nos contextos analisados, porém, notamos que esta interação traz algumas particularidades. Um dos principais pontos de divergência entre a narrativa de Adriene e as demais diz respeito ao fato de que não identificamos, ao menos de maneira proeminente, a emergência de outras identidades mais alinhadas com os cânones de normalidade. Passemos abaixo para a exposição narrativa de Adriene:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Wilson	254	É Adriene, eu queria que você contasse então é um
	255	pouquinho da sua
	256	história é o que que aconteceu que você é perdeu a sua
	257	moradia e tá
	258	participando da ocupação aqui?
Adriene	259	O negócio é que a minha sogra deu um terreno para mim e
	260	meu esposo
	261	Sendo que como tinha muitas pessoas dando é
	262	chefes do morro
	263	dando terrenos para todos morarem
	264	minha sogra deu dez tijolo
	265	praticamente um telha pra gente bota
	266	sendo que negócio tava muito perigoso entendeu?
	267	Então a gente barrancou tudo
	268	aquela terra toda lá de cima desceu
	269	tudo lá para baixo
	270	então o (incompreensível) tomou boa parte da minha casa
	271	e a parte de trás dela já não tem mais parede.
	272	Tá muito perigoso eu ficar com três crianças lá
	273	**Então a gente fomos pro...A gente programamos com as**
	274	**pessoas fomo**
	275	**pro Eike batista**
	276	E de lá:::
Wilson	277	Lá no Flamengo, na ocupação do Flamengo?
Adriene	278	Isso

	279	E de lá fomos pra lá
	280	e lá foi aquela história que todos sabem
	281	Foi tiro porrada e bomba aquelas coisas toda, né?
	282	E a gente ocupamos a Cinelândia
	283	E Aí a gente ficamo um bom tempo lá
	284	Dormindo na rua entendeu?
	285	Com três crianças
	286	Aí a gente ajuntou um bonde e viemos para cá
	287	Mas aí aqui nós estamos praticamente largados
	288	Muitas pessoas passam criticam
	289	Outras pensam que aqui ainda é o Hotel
	300	e querem entrar assim..
	301	E quando sabe que aqui é uma ocupação critica a gente
	302	E a gente ficamos recuado no meio de um monte de gente
	303	E tá muito difícil a gente ficar assim largado
	304	com muitas crianças aqui
	305	Precisando de coisas e a gente não tem condições

De fato, assim como nas narrativas supracitadas, há duas referências explícitas à proteção de membros de sua família (linhas 272 e 285), nas quais Adriene salienta a urgência de sua situação ao trazer seus filhos para a história. No entanto, em nossos entendimentos, tal menção não parece ter a função de exercer uma relação causal entre a perda de sua moradia e a afiliação com o grupo desviante.

Identificamos, portanto, que um outro sistema de coerência parece predominar nas ações de Adriene, sistema este que justificaria o alto grau de vagueza no provimento de informações, conforme argumentaremos adiante. Na análise da narrativa de Valéria, argumentamos que nossa entrevistada evitou justamente criar uma relação de coerência direta entre sua situação de pobreza e a ação de ocupar, trazendo outras identidades para seu discurso, não apenas com a função de salientar outros papeis sociais que também ocupa, mas também costurar uma relação causal entre as demandas dessas atividades (ajudar financeiramente a neta, pagar a faculdade de direito) e o ato de participar de ocupações. A relação direta entre a pobreza e a afiliação ao grupo marginalizado, argumentamos, não seria discursivamente suficiente para afastá-la dos discursos psicologizantes, segundo os quais a falta de recursos financeiros não justificaria a "invasão"[107] da propriedade privada alheia.

[107] Estamos aqui empregando propositadamente o termo criminalizante.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Adriene, porém, parece estabelecer justamente este tipo de relação causal para suas ações. Como argumentamos acima, não notamos a emergência de outras identidades relacionadas com valores canônicos, mas sim o emprego de uma orientação razoavelmente alongada[108] (linhas 259-266), nas qual a narradora construiu um cenário de extrema pobreza. Este cenário é coconstruído tacitamente com o entrevistador, através de uma descrição da origem de sua moradia inicial.

Esta descrição, porém, é bastante vaga, e de certa forma pode ser considerada um tanto confusa para um ouvinte que não esteja familiarizado com algumas particularidades das comunidades cariocas. Ao se referir aos "chefes do morro" (linha 262), Adriene deixa implícito que os traficantes haviam concedido terrenos para alguns moradores, além de deixar implícito ainda que tais terrenos possivelmente encontravam-se em áreas de risco de desmoronamento de encostas, como é o caso de muitas construções nas comunidades mais pobres. Todos estes fatos, porém, são construídos através de construções vagas e eufemismos (*Então a gente barrancou tudo... aquela terra toda lá de cima desceu*). Podemos inferir, portanto, que esta construção inicial faz referência a uma situação de extrema pobreza, na qual Adriele recebe um terreno em situação irregular, em uma área de risco. Ao se referir a "*toda aquela terra desceu"* entendemos que o risco de fato se concretizou, e a sua moradia foi parcialmente destruída, supomos, por um deslizamento de terra.

Neste momento ocorre, de forma bastante abrupta se compararmos com as outras narrativas sob análise, o ponto de virada (linhas 272-3), no qual sem a menção a nenhum agente externo como idealizador da ação de ocupar, há um salto temporal bastante nítido. Adriene faz uma avaliação externa (linha 272) destacando a impossibilidade de permanecer em uma residência que havia sido atingida por um desmoronamento (*Tá muito perigoso eu ficar com três crianças lá)*, e já na linha seguinte há a primeira menção de sua entrada no grupo (*Então a gente fomos pro..A gente programamos com as pessoas fomo* pro *Eike Batista*[109] – linha 273*)*.

[108] Em comparação as demais narrativas sob análise.

[109] A ocupação de um prédio no bairro do Flamengo frequentemente é referida pelo nome do proprietário do imóvel, o empresário Eike Batista, uma vez que a desocupação da mesma ocorreu de forma imediata, não havendo tempo para que os ocupantes determinarem uma nomenclatura específica para a mesma.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Toda essa construção de eventos acontece de forma extremamente vaga, principalmente quando a narradora se refere a *outras pessoas* sem deixar claro qual a conexão entre elas, bem como qual a relação de agentividade entre tais pessoas e a suposta escolha da narradora em participar das ocupações. Esse movimento difere das outras narrativas sob análise, uma vez que o agente externo se fez presente no papel de idealizador do ato de ocupar nas construções anteriores. De forma a analisarmos como tais diferenças fazem parte da construção de um outro sistema de coerência que igualmente afasta a narradora dos atos desviantes, conforme argumentaremos, retomemos, uma vez mais, o conceito de Mishler acerca do olhar retroativo que lançamos partindo do presente. Em nossas análises anteriores, quando observamos a construção do presente por nossos entrevistados, notamos um alto grau de agentividade em relação a construções que os afastam da condição de "vítimas" ou ocupantes de maneira mais permanente. Ao nos debruçarmos sobre a *Coda*[110] de Pedro e Valéria, podemos estabelecer o seguinte paralelo:

Pedro	**Valéria**
E at::é (0.5) e a nossa luta vai seguir até nós conseguir a (0.5) a nossa casa	Pra poder é:: me manter na minha alimentação na ajuda financeira pra minha neta
que é a nossa meta	E levar adiante a minha faculdade que é o que eu estou dando prioridade

Conforme argumentamos na análise de cada narrador, a construção do tempo presente nos remete a construções identitárias carregadas de agentividade, principalmente no sentido de buscarem afastamento da condição de ocupantes enquanto vítimas, ao passo em que buscam alinhamento com objetivos canônicos, tais como obter sua moradia (Pedro), e ajudar sua neta e custear seus estudos (Valéria). Desta forma, ancorados no conceito de olhar retrospectivo de Mishler (2002), argumentamos que as construções identitárias, causais e agentivas desses entrevistados ao longo de suas narrativas nos levavam para este desfecho.

[110] Segundo o modelo clássico laboviano, o momento em que a narrativa retoma o tempo presente.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Contrariamente, ao analisarmos o desfecho da narrativa de Adriene, a condição de ocupante aparece de forma mais proeminente, sem nenhuma referência à busca por objetivos externos e/ou relacionados com o alinhamento político com a luta pela moradia (como foi o caso de Pedro, por exemplo). O desfecho de Adriene nos remete a uma pessoa em condição de vítima, a qual não possui agência sobre os fatores externos que determinam sua situação. Desta forma, podemos agora lançar novamente o olhar para o início e o meio da narrativa de Adriene, com o foco na (falta de) agentividade da narradora. Desde o momento inicial no qual recebeu um terreno em uma área de risco as construções da narradora a colocam em uma condição de expectadora dos eventos. Desde a concessão do terreno em uma área de risco, passando pelo desastre natural do qual foi vítima, culminando na afiliação ao grupo ocupante, não notamos, com exceção da já mencionada referência aos filhos, avaliações que denotassem a agentividade da narradora. Todos estes eventos foram construídos como uma cadeia de eventos "naturais" e inevitáveis, nos quais a narradora apenas esteve presente aproximadamente na condição única de expectadora.

Ao longo das análises anteriores, focadas nas relações de causalidade e sistemas de coerência, argumentamos que uma relação causal pautada unicamente na condição de pobreza como justificativa para o ato desviante em questão poderia não ser socialmente aceita. Porém, cabe ressaltar que, em uma narrativa cuja base causal para o desvio repousasse na condição de pobreza, a construção de um personagem munido de maior agentividade, ao longo da narrativa, seria determinante para o alinhamento de tal personagem com as teses psicologizantes operantes no senso comum. Em outras palavras, uma construção direta nos moldes de "*eu não tinha condições de pagar o aluguel, por isso decidi ocupar*", seria socialmente condenável e não seria suficiente para proteger a face do narrador, uma vez que entendêssemos que este narrador esteve, ao menos em parte, no controle de suas ações.

Porém, ao estabelecer uma relação causal de pobreza extrema aliada a uma construção identitária de baixa agentividade, Adriene afasta-se, ao menos em parte, de teses psicologizantes que a alinhariam ao ato desviante por meio de um suposto caráter deteriorado. Em conclusão, se suas construções identitárias e causais não se focaram em tonar o ato desviante algo meritoso (como foi o caso de Valéria, por exemplo), a drástica redução de sua

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

agentividade possui a função de mitigar, ainda que parcialmente, sua relação com tais atos.

5.6.
A ação de contar histórias e as relações de interpessoais entre os sujeitos

Na presente seção abordaremos outro ponto relevante que pode levar a reformulações na forma como construímos nossas histórias de vida, e consequentemente negociamos nossas identidades, a saber, o grau de intimidade que mantemos com nossos interlocutores. Linde (1993:36) evidencia que há uma relação entre as "versões" que apresentamos de nossas histórias de vida com o referido grau de intimidade entre os sujeitos, bem como salienta que o próprio ato de partilhar histórias de vida é um dos fatores que estreita o grau de intimidade entre os mesmos, uma vez que a exposição de determinadas histórias é culturalmente esperada entre pessoas mais próximas. Por outro lado, quando esta intimidade ainda não existe, tanto a frequência quanto o conteúdo (ou seja, a "versão" que vamos apresentar) depende da construção identitária que julgarmos mais adequada para aquele contexto/interlocutor.

A articulação destes conceitos ratifica nossos entendimentos acerca da questão da diferença de enquadres e de esquemas de conhecimento analisadas no capítulo anterior. Como dito no capítulo 4 desta dissertação, esperávamos construções identitárias mais alinhadas com movimentos sociais pró ocupações da parte de nossos entrevistados. Nossos esquemas de conhecimento[111] nos direcionavam para o entendimento de que tais identidades estariam alinhadas, bem como seriam construídas, através de sistemas de coerência que evidenciariam politicamente as ocupações como algo justificável, de forma que a identidade de ocupante pudesse vir a ser construída sob uma luz favorável (Goffman, 1967). Na verdade, em outras narrativas acerca da temática das ocupações, que não se encontram no presente trabalho, identificamos esse padrão em narradores que ocupam posições sociais diferentes, e que falam para um público diferente, tais como políticos ou líderes de movimentos sociais. As narrativas destes indivíduos não marginalizados dedicaram muitos movimentos

[111] (Cf. capítulo 4, seção 4.2).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

discursivos (principalmente na orientação e na avaliação[112]) a construção de um antagonismo entre políticas habitacionais e déficit habitacional[113], de forma a justificar e construir a identidade de ocupante como algo meritoso.

Porém, utilizando os conceitos de Linde (1993) expostos ao longo deste capítulo (o caráter mutável de nossas histórias, e a relação entre o ato de contar histórias e as relações entre os envolvidos na interação), podemos analisar algumas razões para que nossos narradores tenham se construído de forma diferente de nossas expectativas. Primeiramente, podemos levantar a questão do grau de intimidade: a entrevista ocorreu com informantes que não tinham nenhum relacionamento prévio com os pesquisadores[114]. Mesmo nos momentos imediatamente anteriores à entrevista, o contato que tivemos foi bastante escasso, apenas para pedir permissão para a gravação e informá-los sobre os nossos objetivos de pesquisa. Os narradores, portanto, não tinham dimensão em que contextos sua fala estaria sendo utilizada.

Cabe salientar ainda que as narrativas envolviam temáticas de cunho extremamente pessoal, e dependendo dos valores e crenças dos entrevistados, poderiam ser consideras até mesmo constrangedoras. Em outras palavras, estávamos pedindo para indivíduos que se encontravam em uma situação de incerteza e medo, narrassem para desconhecidos seus infortúnios mais pessoais, os quais culminam com a perda de sua moradia. Ao concebermos todos estes fatos, juntamente com a visão socioconstrucionista das narrativas destacada ao longo deste, podemos entender que as narrativas que nos foram apresentadas são versões da realidade construída para aquelas interações (Moita Lopes, 2001).

Nossos narradores poderiam considerar que estavam dialogando com a "sociedade como um todo", e tendo em vista que seus esquemas de conhecimento acerca dessa sociedade podem ter apontado para a fato de que o senso comum os enxergam como pessoas "fora da lei"[115], entendemos que as construções identitárias negociadas giraram em torno da proteção da face positiva de nossos entrevistados, colocando menos agência nas atividades

[112] Segundo a classificação de Labov (1972), a qual será detidamente explanada na seção seguinte.
[113] Aprofundamos as relações entre algumas políticas governamentais e o déficit habitacional no capítulo 2, especialmente na subseção 2.2.2.
[114] Apesar de nossa atuação como militantes citada ao longo deste, as ocupações visitadas não faziam parte de nosso escopo de atuação. Este ponto é detidamente explicado no capítulo 3, subseção 3.4.
[115] Ver capítulo 2.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

consideradas ilícitas pela sociedade, e trazendo à tona identidades mais alinhadas com os valores canônicos de normalidade, de forma a justamente entrar em confronto com a identidade marginalizada que seus esquemas de conhecimentos possivelmente indicavam.

Em conclusão, destacamos o caráter não fixo ou universal de nossas histórias, relacionando as construções identitárias igualmente fluidas com tal conceito. Uma vez que possuímos diversos alinhamentos ideológicos (por vezes controversos), tornando a identidade uma projeção fragmentada, nossas histórias de vida, as quais por sua vez nos constroem discursivamente, serão igualmente modificadas a luz desses novos alinhamentos. Destacamos ainda o papel relevante de nossa relação com os outros sujeitos do discurso nos projetos identitários que decidimos salientar e/ou nos afastar.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

6.
Considerações finais

Esta pesquisa objetivou analisar os processos de negociação identitários que emergem nas interações face a face com indivíduos sem teto, participantes das chamadas “ocupações urbanas” localizadas na cidade do Rio de Janeiro, marcados pelo rótulo do desvio. Esses movimentos surgiram dentro de um contexto marcado pelo descontentamento político da parte de vários setores da sociedade, que culminou com a emergência de diversos movimentos populares, incluindo os grupos em análise. Tal insatisfação política iniciou-se principalmente no período que antecedeu a realização da Copa do mundo (2014) e ficou conhecido como “Jornadas de junho”[116]. Para alcançarmos tal objetivo, nos apoiamos prioritariamente em teorizações que concebem nossas identidades como matéria fluida e negociável no fluxo das interações cotidianas, em detrimento a visões que almejam aplicar rótulos identitários com base no pertencimento ou não a um grupo discursivamente construído como desviante. Desta forma, foram vitais para esta análise as ideias sobre quem somos trazidos por Butler (1993) e Moita Lopes (2001, 2003, 2006, 2013), bem como conceitos que advogam pelo caráter socialmente construído de nossas histórias de vida (Bastos, 2015, por exemplo).

Após enunciar os objetivos e motivações da pesquisa no capítulo 1, O capítulo 2 se dedica a desenhar um quadro mais amplo acerca do contexto histórico e político nos quais tais ocupações emergiram. Destacamos, portanto, a emergência de diversos movimentos populares que buscaram visibilidade para suas pautas, dentre os quais incluímos movimentos grevistas (Sobrinho, 2015), bem como manifestações populares alavancadas por pautas diversas (Araújo, 2015). Não obstante, o capítulo buscou ressaltar a relação entre a crescente organização política popular neste período, com a criminalização dos grupos emergentes através de discursos midiáticos, bem como no imaginário do senso comum. Buscamos, assim, localizar discursivamente nossos entrevistados enquanto indivíduos pertencentes a um grupo que foi rotulado aprioristicamente como desviante. Posteriormente, estreitamos tais formulações de forma a abordarmos o debate específico acerca das origens dos mais diversos discursos

[116] Cf. Araújo, 2015.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

estigmatizantes que buscam aprisionar o grupo analisado dentro de conceitos como: “invasores” “criminosos”, “baderneiros”, “vândalos”, dentre outros.

O capítulo prosseguiu para a descrição detalhada do conceito de ocupação urbana. Para este fim, não nos detivemos apenas nos aspectos organizacionais e tangíveis das mesmas, mas também exploramos algumas apreciações relacionadas à bioética de Assumpção e Schramm (2013). Tais considerações se desdobram em princípios que fundamentam a lógica das ocupações enquanto ato político. Por conseguinte, abordamos entendimentos que dizem respeito ao “princípio da ação direta”, por exemplo, como forma de buscar entendimentos acerca do sistema organizacional destes movimentos, uma vez que seus constituintes compreendem as ocupações dentro de um modelo de “auto representatividade”. Esse modelo pressupõe uma forma de atuação política através da qual indivíduos em situação de vulnerabilidade buscam soluções à parte do Estado, o qual inclusive pode estar envolvido, no entendimento destes grupos, na raiz destas questões.

Buscamos, como objetivo principal do capítulo, traçar entendimentos da relação entre as principais causas que fomentam o chamado “déficit habitacional” com os referidos princípios que sustentam a lógica das ocupações. Desta forma, ao destacarmos, por exemplo, o conceito de “especulação imobiliária”, bem como seus efeitos para a perda de moradias populares, traçamos um paralelo com o termo “princípio da sabotagem” enquanto forma de resistência que busca atingir apenas os grupos ou indivíduos identificados como responsáveis pelas situações de injustiça. Portanto, o capítulo buscou localizar os participantes desta investigação dentro da condição de indivíduos pertences à um grupo discursivamente estigmatizado. O estigma atribuído a esses grupos reside prioritariamente no fato destes atuarem através de modelos organizacionais e operacionais que seguem em direção contrária aos interesses dos que detém o poder.

No capítulo 3 discorremos acerca de nossas bases teórico-metodológicas, com ênfase em nossos entendimentos sobre a pesquisa qualitativa em linguagem, bem como o caráter político e localizado da pesquisa. Iniciamos pelo contraste entre visões clássicas de pesquisa acadêmica, tais como o modelo positivista, com as bases epistemológicas presentes neste estudo. Deste modo, debatemos como a visão positivista influenciou determinados tradições de pesquisa no campo dos estudos da linguagem, como

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

o caso da sociolinguística variacionista. Com base nas formulações de autores como Bauman (1992) e Moita Lopes, destacamos nosso afastamento de tais visões, as quais consideram a busca por generalizações do comportamento linguísticos dos sujeitos o fundamente para a validade "científica" da pesquisa.

Contrariamente, destacamos ao longo do capítulo nossos entendimentos acerca do pesquisador enquanto sujeito situado política e historicamente, o qual busca entendimentos localizados. Fundamentamos tais entendimentos em teorias que consideram nossas identidades como fragmentadas e passíveis de negociação no fluxo das interações. Destacamos, para esse fim, os estudos de Fabrício (2006), no que tange ao caráter hiper-semiotizado do período no qual vivemos, denominado por diversos autores de modernidade recente (Flick 1988: 2-3 *apud* Denzin e Lincoln, 2006:23-24). De acordo com Fabrício, a complexidade do momento político/cultural contemporâneo contribui para a geração de uma profusão significativa de discursos que se manifestam nas mais diversas áreas de nossas sociabilidades. Não obstante, a produção discursiva dos sujeitos é influenciada por, e ao mesmo tempo fomenta, um embate discursivo-ideológico bastante complexo, de forma que a pesquisa em linguagem não pode olhar para esses sujeitos de maneira simplória e determinística, ignorando, pois, a complexidade de tais sujeitos. Com esses conceitos em mente, o capítulo advoga explicitamente por uma pesquisa em linguagem que possua uma agenda política-intervencionista, a qual almeje o entendimento localizado de nossas sociabilidades através do discurso, ainda que os conhecimentos gerados em tal empreitada sejam efêmeros e localizado. Em última análise, destacamos o nosso alinhamento metodológico com entendimentos que concebem o papel do pesquisador enquanto uma forma de "canal", através do qual as vozes de grupos frequentemente silenciados possam se fazer ouvidas (Paulo Freire, 1968; Foucault, 1979, por exemplo). Por fim, destacamos o contexto específico da geração de nossos dados, apresentando informações etnográficas acerca de nossos entrevistados, a formulação das perguntas utilizadas, a participação do pesquisador na coconstrução dos significados gerados nesses encontros, bem como traçamos o roteiro analítico utilizado para a apresentação dos dados (com base em Biar, 2012).

No capítulo 4 ancorados prioritariamente nas teorias de Becker (1963) acerca da neutralização das identidades desviantes em interação, e com o aporte teórico da sociolinguística interacional, utilizamos os conceitos de Goffman acerca do trabalho de face para investigar como indivíduos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

estigmatizados pelo rótulo do desvio negociavam suas identidades em encontros mistos. Esta visão parte do princípio norteador dos estudos interacionais, os quais rejeitam conceituações apriorísticas e determinísticas, culminando por aprisionar os indivíduos em rótulos identitários, e buscam a interpretação de suas ações e falas a partir destes. Contrariamente, os estudos interacionais advogam pela negociação em interação das identidades, sendo o encontro face a face o lugar privilegiado para tal negociação.

Isto posto, utilizamos prioritariamente os conceitos advindos da sociolinguística interacional referentes à proteção da face, enquadres interativos e esquemas de conhecimento. Identificamos que, nas interações analisadas, nossos interlocutores empregaram uma série de técnicas interacionais/discursivas para negociar novas identidades, em oposição àquelas que os enquadres e esquemas de conhecimentos dos pesquisadores sugeriam na formulação de suas perguntas. Especificamente, a análise através dos conceitos de trabalho de face nos revelou formas linguísticas e discursivas através das quais os entrevistados se afastaram das ações desviantes, tais como: hesitações, negociação da agentividade, vagueza no provimento de determinadas informações, uso do "inominável" para abordar o ato desviante, dentre outras. Identificamos ainda, nomeadamente através do olhar voltado para a negociação dos enquadres interativos, como os entrevistados reivindicaram identidades inéditas à nossas expectativas, as quais dialogam com valores sociais canônicos acerca de identidades valorizadas.

Não obstante, nossa análise levou em consideração as técnicas interacionais/discursivas utilizadas também pelos entrevistadores, com o objetivo de proteger a face dos entrevistados, ratificando-os, portanto, enquanto interlocutores dignos de respeito e consideração (Goffman, 1988 *apud* Biar, 2012). Desta maneira, interpretamos tais movimentos discursivos em tópicos autônomos, tais como: a suposta "atitude *blasé"* por parte dos entrevistadores, frente ao extraordinário narrado; as reformulações sintáticas como estratégia de proteção da face do outro; mitigação da agentividade em relação ao estigmatizado no momento de realizar determinadas perguntas potencialmente ameaçadoras à face, dentre outras estratégias.

Concluímos ainda que, assim como apontam os estudos de Tannen e Wallat (1993), diferenças nesses esquemas de conhecimento entre os participantes das interações investigadas levaram a mudanças drásticas nas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

formas como nossos informantes enxergaram o que estava acontecendo em cada encontro interacional específico. Tais diferenças, em última análise, podem gerar quebras (não ratificação) dos enquadres propostos. Os entrevistadores estavam ancorados em esquemas de conhecimento os quais foram construídos em encontros anteriores aos analisados, enquanto atuavam como militantes. Nestes encontros, em conversas cotidianas e informais, os ocupantes frequentemente assumiam identidades alinhadas com a crítica política e a defesa pelo direito de ocupar. O enquadre dos pesquisadores, portanto, estava alinhado com um tipo de atividade comunicativa voltada para a crítica e a denúncia de políticas governamentais no que tange à moradia na cidade do Rio de Janeiro. Tal orientação exerceu influência significativa na forma como os entrevistadores delinearam as perguntas iniciais, nas quais as ações desviantes se faziam presentes de maneira explícita.

Em outras palavras, inicialmente os entrevistadores não haviam concebido o tópico do desvio como um tema que deveria ser evitado. Nossas perguntas, ainda que no momento da interação real tenham sofrido uma série de reformulações, mitigação da agentividade, etc., haviam sido pensadas de forma a trazer o tópico do desvio explicitamente para o debate, enquadrando nossas interações em uma espécie de “entrevista com tons de crítica política e denúncia”. Os entrevistados, porém, estavam orientados por outros esquemas de conhecimento, os quais lhes alertaram para a possibilidade de alinhamento com as identidades estigmatizadas, caso concordassem com o enquadre proposto pelos pesquisadores. Em conclusão, as estratégias de neutralização do desvio acima mencionadas basearam-se não em uma tentativa de reverter e/ou questionar os paradigmas do senso comum a respeito da própria atividade construída como desviante, mas sim em se afastar discursivamente desta. A partir da não ratificação do enquadre proposto, nossos entrevistados engajaram-se na narrativa de suas histórias de vida, garantindo assim um maior piso conversacional, bem como um espaço discursivo para que outros temas/identidades não relacionados ao desvio pudessem emergir na interação.

Para ratificarmos essa conclusão, no capítulo 5 foi acrescentada uma nova lâmina de análise (Biar, 2012), na qual analisamos os mesmos dados com base em teorias que consideram a narrativa como forma de construirmos discursivamente nossa realidade, os personagens presentes nesta, bem como projetarmos versões de nós mesmos mais alinhadas com objetivos interacionais específicos aos mais variados momentos das interações (Bastos, 2005).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

Iniciamos tal análise distinta através da apresentação do modelo clássico laboviano, o qual, conforme argumentamos, possui vasto potencial para a análise com foco na negociação identitária. Através da identificação, por exemplo, de locuções que não fazem parte da organização sequencial dos eventos narrados – concebidas por Labov como *narrative clauses* – torna-se possível identificar os momentos através dos quais o narrador insere informações "adicionais", ou seja, que não fazem parte do fluxo narrativo. Tais informações, como argumenta Labov (1972), geralmente são constituídas por avaliações, ora inseridas na forma de uma fala ou pensamento que o narrador supostamente esboçou durante o evento narrado, ora na forma de locuções avaliativas que interrompem a sequencialidade narrativa. Desta forma, portanto, localizamos de forma mais precisa as construções identitárias que os narradores reivindicam para si mesmos, bem como para os outros participantes de sua história.

Com base nesse modelo identificamos que todas as avaliações de nossos entrevistados estavam relacionadas com conceitos canônicos que remetem à proteção da família, trabalho, estudo, conquistas pessoais, etc. identidades estas, conforme já argumentado, amplamente prestigiadas. As identidades de "militante político" e/ou construções linguístico-discursivas que pudessem remeter à identidade de "ocupante" não se fizeram presentes nas falas analisadas. As "ações complicadoras" foram construídas de forma similar por todos os entrevistados, de maneira que se referem aos fatos que impossibilitaram a permanência dos entrevistados nas formas canônicas de moradia. Consequentemente, suas identidades se mantêm afastadas de qualquer relação com ações desviantes. No inevitável momento em que as narrativas abordam a temática da afiliação ao grupo desviante, nossos entrevistados, de maneira bastante similar e sistemática, retomam avaliações que remetem à preocupação com a família, acolhimento, busca de sonhos futuros, etc.

Outro movimento de nossa análise focalizou especificamente nos sistemas de coerência de Linde (1993), de forma que foi possível identificar que os narradores se utilizaram de sistemas de coerência exatamente opostos aos que a autora demostrou como culturalmente adequados quando os indivíduos apontam razões para o alinhamento com atividades culturalmente valorizadas, como a escolha de uma carreira profissional, na qual a agentividade alta é esperada. Ancorados em teorias que concebem a narrativa como forma de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

organização da nossa experiência (Bastos, 2005), bem como de nossa memória (Bruner,1997), analisamos ainda as relações de causalidade, sequencialidade e agentividade construídas por nossos entrevistados, com o foco nas relações identitárias que emergiram de tais construções.

Podemos destacar, a título de exemplo, que as construções de coerência de Pedro, o primeiro entrevistado desta pesquisa, remetem prioritariamente às dificuldades encontradas pelo narrador para se manter em sua moradia, bem como proteger a sua família de uma possível situação de vulnerabilidade. Desta forma, Pedro se afastou discursivamente de qualquer relação de agentividade, aptidão ou alinhamento político para sua situação de ocupante. Argumentamos ao longo da análise que através deste movimento nosso narrador busca se alinhar com explicações causais para o desvio presentes no senso comum, as quais remetem à falta de oportunidades de agir dentro dos cânones de normalidade.

Nos ancoramos ainda nos conceitos de Mishler (2012) acerca do olhar retrospectivo que lançamos na organização de nossas narrativas. Utilizamos a narrativa de Valeria como modelo prototípico para esse prisma. Quando da retomada do tempo presente em sua *coda* (Labov,1972), Valeria privilegia construções identitárias relacionadas com seu papel social de "avó zelosa", bem como de "estudante de direito", em detrimento às construções que alinhariam sua identidade à condição de ocupante. Conforme argumentamos, toda a sua narrativa, portanto, foi construída para se chegar nestes objetivos identitários. Finalmente, observamos que as relações de causalidade e sequencialidade da narradora ancoram sua condição atual justamente em tentativas de sustentar tais identidades (custear a faculdade de direito, manter o provimento de sua neta, etc.). Nossa análise indica que, com estes movimentos discursivos, Valeria "dialoga" com uma das teses criminalizantes que fomentam e permeiam o senso comum, a saber, o suposto caráter deficiente que incide discursivamente sobre tais indivíduos.

Em última análise, considerando-se os resultados presentes em ambos os capítulos voltados à interpretação de dados, argumentamos que o distanciamento discursivo/agentivo em relação aos atos considerados desviantes por parte do grupo focalizado nesta investigação ocorreu, prioritariamente, devido à consciência da forma como tais ações são construídas através de discursos que circulam no nível macro (senso comum, grande mídia, etc.). Cabe

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

ressaltarmos que, em nossa sociedade contemporânea, quando nos debruçamos sobre a análise das identidades atribuídas ao desviante, principalmente em nosso momento político atual[117], no qual "discursos de ódio" e essencialistas ganham novo impulso, notamos que teses psicologizantes e criminalizantes geralmente buscam se fazer hegemônicas (Sobrinho 2015, por exemplo). Ancorados nos conceitos de Goffman (1988) acerca da proteção da face em encontros mistos, bem como nos conceitos de Becker (1963) a respeito da neutralização do desvio em interação, concluímos que as construções identitárias de nossos entrevistados buscaram, de fato, afastá-los discursivamente de tais rótulos. Concluímos ainda que, as construções identitárias apresentadas tiveram o propósito fundamental de ancorar as relações de causalidade - em relação a afiliação aos grupos desviantes - em teses não estigmatizantes sobre o desvio. Tais teses, conforme já exposto, entram em disputa com as teses criminalizantes, as quais buscam ancorar as origens do desvio em um suposto caráter deficitário ou desvirtuado dos sujeitos.

Em nossos entendimentos, os supracitados discursos criminalizantes sobre os movimentos sociais buscam "capitalizar" o descontentamento popular com o atual cenário político, direcionando-o para o ataque aos direitos humanos mais básicos; às diferentes formas de ser e existir política, socialmente e sexualmente; à relativização da violência cometida contra populações mais vulneráveis, tais como grupos homoafetivos, pessoas trans, negros, mulheres, dentre outros; bem como conduzir a opinião pública na direção de alterações nas políticas públicas (redução da maioridade penal, porte de armas para o cidadão civil, dentre outros). Todos estes discursos, ainda em nossos entendimentos, estão alinhados com as teses psicologizantes debatidas ao longo desta investigação, as quais repousam maior agência em um suposto caráter debilitado dos indivíduos considerados desviantes, a fim de, em última análise, justificar a flexibilização de direitos desses grupos, bem como mitigar os atos de violência real e subjetivas empregadas cotidianamente contra os mesmos.

Deste modo, notamos ainda que não foi do "interesse" identitário de nossos entrevistados confrontar tais cânones, de forma que a construção dos atos desviantes pudesse ter sido projetada como algo justificável ante um cenário adverso. A construção de cenários adversos por nossos entrevistados

[117] Pós jornadas de junho de 2013. Para mais informações sobre este contexto político ver Araújo e Sobrinho (2015).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

esteve prioritariamente relacionada, em nossos entendimentos, à busca pelo alinhamento com tais cânones, destacando-se alto grau de agentividade nestes momentos, em contraponto com uma construção agentiva quase nula nos momentos construídos como desviantes.

6.1.
Identidades emergentes – Desdobramentos éticos e políticos

Como argumento final, gostaríamos de relacionar os resultados supracitados com a nossa defesa explícita pela pesquisa qualitativa em linguagem a qual tenha no centro de suas preocupações a luta pela diversidade identitária. Advogamos ainda pela pesquisa que possua dentre seus objetivos norteadores a oposição aos sentidos essencialistas impostos por discursos psicologizantes, os quais muitas vezes levam a segregação e ao preconceito daqueles que não se enquadram em construções identitárias pré-determinadas, as quais objetivam determinar as formas "legítimas" de existência social. Cabe retomarmos neste ponto o argumento, defendido anteriormente nesta investigação, acerca da contribuição desproporcional que grupos historicamente privilegiados realizam no sentido de fomentar discursivamente crenças e valores, especialmente no senso comum. Consequentemente, em nossos entendimentos, as construções pré-determinadas supracitadas referem-se aos padrões identitários que privilegiam tais grupos dominantes.

Retomamos a este respeito à pesquisa identitária em contextos de letramento de Moita Lopes (2013). Embora o autor tenha se dedicado à investigação dos processos discursivos constitutivos de nossas identidades em diversos estudos (2001, 2006, dentre outros), torna-se especialmente relevante para nossos fins destacarmos o caráter intervencionista presente em seu estudo mais recente. Em nossos entendimentos, o autor busca não somente analisar como sentidos cristalizados em relação às populações mais vulneráveis se fazem presentes nos mais variados ambientes cotidianos (no caso em apreciação pelo autor, o contexto escolar), mas também faz parte de suas preocupações a tentativa de mitigar tais sentidos.

O caráter intervencionista de sua pesquisa pode ser exemplificado quando Moita Lopes apresenta aos alunos "contra discursos[118]" que visam

[118] No exemplo citado trata-se de uma propaganda áudio visual.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

causar "*perturbações nas visões essencialistas com as quais os alunos vêm operando".* Em suas considerações finais acerca da referida pesquisa Lopes destaca seu compromisso pela desnaturalização de sentidos ao afirmar:

> [....] O capítulo articula também uma visão de pesquisa como **espaço de fazer política** ao prestigiar **significados emergentes** na vida social, indicando inflexões teóricas (de políticas de identidade para teorias *queer*) e metodológicas (de etnografias para **etnografias intervencionistas – colaborativas**), empreendidas no percurso relatado de pesquisa. (Grifos meus)

Em nossos entendimentos, desnaturalizar sentidos arraigados no senso comum sobre quem somos, levando-se em conta os mais diversos tópicos, confere um caráter político à pesquisa, o qual, em última instância, pode vir a questionar políticas públicas e práticas sociais nas mais diversas áreas. Muito acertadamente Lopes (2013) parte do princípio de que, de fato, vivemos em uma sociedade que ainda é extremamente machista, racista e homofóbica em muitos sentidos, sem mencionarmos questões de preconceito que se aplicam às classes sociais, às religiões de matrizes africanas, às escolhas político-partidárias, dentre outras assimetrias que se evidenciam em discursos cotidianos e midiáticos.

Devemos, portanto, buscar novos saberes, os quais questionem noções aprisionadoras de quem somos, e abram o caminho para novas possibilidades identitárias, bem como políticas públicas que garantam o seu pleno exercício. À vista do exposto, concluímos esta investigação buscando, alinhados com os conceitos acima, que os resultados aqui manifestados sejam mais um pedaço costurado na colcha de retalhos que constituem entendimentos acerca de nossas sociabilidades (Denzin e Lincoln, 2006).

Desta forma, ao investigarmos outras possibilidades identitárias em indivíduos cujas identidades são reduzidas pelo mero pertencendo a um grupo discursivamente construído como desvalorizado, nutrimos a esperança de que os entendimentos aqui trazidos possam ser aplicados ao questionamento de relações identitárias em outros contextos igualmente estigmatizados. Em última análise, esperamos que nossos resultados com a presente investigação não se limitem, pois, ao grupo em escrutínio, mas advogamos, com base na epistemologia teórico-metodológica que norteou esse estudo, pelo fortalecimento de visões de mundo, e sobre quem somos, cada vez menos essencialistas e aprisionadoras, de maneira que possamos lutar por espaços discursivos e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

existenciais para que as mais diversas formas de identidades que se fazem cada vez mais presentes possam ser ouvidas.

Por fim, o escopo da presente investigação nos impôs algumas limitações. Ao nos debruçarmos em outros trabalhos com foco nos processos de negociação identitária em grupos estigmatizados (Biar, 2012; Araújo, 2015; Sobrinho, 2015, para mencionar alguns exemplos), citados ao longo desta investigação, fica evidente que até mesmo o conceito de "grupo estigmatizado" não é fixo, e pode abarcar diferentes grupos em contextos político-sociais diversos. A título de exemplo, podemos citar a investigação de Sobrinho (2015), a qual, embora se debruce sobre a identidade de professores municipais, concluiu que suas identidades foram amplamente relacionadas à estigmas e construções negativas quando do contexto grevista analisado pela autora.

Concebemos, portanto, a emergência de um olhar não essencialista constante e sempre atento às novas configurações político-sociais que se apresentam. Dada as limitações de nosso espoco investigado esta investigação se debruçou sobre a construção de outras possibilidades identitárias com foco específico na interação com o próprio grupo analisado. Porém, em nossos entendimentos, faz-se necessário lançarmos nosso olhar investigativo-intervencionista (Moita Lopes, 2013) também na direção dos contextos nos quais tais construções estigmatizadas buscam se fazer construções hegemônicas de nossa realidade[119]. Reservamos, pois, para eventuais estudos futuros a possibilidade de analisarmos as construções estigmatizadas sobre os grupos em análise nos discursos midiáticos, bem como tais construções se manifestam no senso comum.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

[119] Como foi a caso de Sobrinho (idem), ao analisar as construções identitárias estigmatizadas em discursos midiáticos.

7.
Referências Bibliográficas

ARAÚJO, E. P. **"Não tá acontecendo nada e eles passam pra tocar um terror" - repressão policial e construções identitárias em narrativas de manifestantes de junho de 2013**. Dissertação. (Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2015.

ASSUMPÇÃO, E. A. Fragmentos para uma bioética urbana: ensaio sobre poder e assimetria. In: **Revista Bioética** (Online), v. 23, p. 98-104, 2015.

ASSUMPÇÃO, E. A.; SCHRAMM, F. R. Bioética e habitação: leitura ética sobre as ocupações urbanas no centro do Rio de Janeiro. In: **Revista Bioética** (Online), v. 21, p. 96-105, 2013.

ASSUMPÇÃO, E. A.; SCHRAMM, F. R. Elementos para uma análise bioética das transformações urbanas recentes no Rio de Janeiro sob a ótica da globalização. In: **Revista Bioética** (Online), v. 20, p. 106-118, 2012.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10ª ed., São Paulo: Hucitec, [1929] 2006.

BASTOS, L. C. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa. In: **Calidoscópio**. Vol. 3, no. 2, p. 74-87, 2005.

BASTOS, L. C.; SANTOS, W. S. Entrevista, Narrativa e Pesquisa. In: BASTOS, L. C.; SANTOS, W. S. (orgs.). **A entrevista na pesquisa qualitativa** – Perspectivas em análise da narrativa e da interação. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2013.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Z. **Intimations of Postmodernity**. Londres: Routledge, 1992.

BECKER, H. **Outsiders**: Estudos da sociologia do desvio. Rio de Janeiro, Zahar, [1963] 2008.

BIAR, L. A. **Realmente as autoridades veio a me transformar nisso: narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio**. Tese (Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012.

BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, [1990] 1997.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

BUTLER, J. **Gender Trouble**: Feminism and the Subversion of Identity. New York: Routledge, 1990.

CAMERON, D. **Working with spoken discourse**. London: Sage, 2001.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras**: seu controle ou o caos. 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

COURA, C. A. P. Nos limiares da pobreza e do estigma: um diálogo entre Simmel e Goffman. In: Colóquio Internacional Desenvolvimentos contra a pobreza, 2008, Montes Claros. Anais do Colóquio Internacional Desenvolvimentos contra a pobreza, 2008. p. 01-15.

DE FINNA, A. **Identity in narrative**: a study of immigrant discourse. Philadelphia, Johns Benjamins, 2003.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: teorias e abordagens. 2ª. ed. Porto Alegre, Artmed Bookman, 2006.

DINUCCI, A. **Ninguém gosta de policial": o discurso de policiais de uma Unidade de Polícia Pacificadora e seus recursos retóricos**. Dissertação (Mestrado em ESTUDOS DA LINGUAGEM) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

FABRICIO, B. F. Linguística Aplicada como espaço desaprendizagem. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 45-65, 2006.

FABRÍCIO, B. F.; BASTOS, L. C. "Narrativas e identidade de grupo: a memória como garantia do "nós" perante o "outro". In: PEREIRA, M. G. D., BASTOS, C. R. P. e PEREIRA, T. C. (Orgs.) **Discursos socioculturais em interação. Interfaces entre a narrativa, a conversação e a argumentação**: navegando nos contextos da escola, saúde, empresa, mídia, política e migração. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, [1992] 2001.

FIRMIANO, F. D. A formação das novas gerações do MST e o Curso Médio Técnico em Agroecologia em Ribeirão Preto/SP. In: **Revista de Segurança Urbana e Juventude**, v. 2, p. 1-22, 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Graal, [1979] 2001

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GARCEZ, P. Deixa eu te contar uma coisa: o trabalho sociológico do narrar na conversa cotidiana. In: RIBEIRO, B. T.; LIMA, C. C.; LOPES DANTAS, M. T. (orgs.). **Narrativa, identidade e clínica**. Rio de Janeiro: Ipub, 2001.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem [Trad. Daniel Bueno]. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOFFMAN, E. A elaboração da face. Uma análise dos elementos rituais da interação social. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (orgs). **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Edições Loyola, [1967] 2002.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009 [1959]

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 a ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1988.

GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (orgs). **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Edições Loyola, [1981] 2001.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis**. New York: Harper & Row, 1974.

GONÇALVES, F. R. Direitos sociais: direito à moradia. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 110, mar., 2013. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12892&revista_caderno=9>. Acesso em: 10 nov. 2015.

GUMPERZ, J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. (orgs). **Sociolinguística Interacional**. São Paulo, Edições Loyola, 2002 [1982].

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: HARVEY, D.; MARICATO, E.; DAVIS, M; BRAGA, R. ZIZEK, S.; entre outros. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

HARVEY. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: HARVEY, D.; TELES, E.; ALVES, G.; SOARES CARNEIRO, H.; WALLERSTEIN, I.; entre outros. **Occupy**: Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: **Language in the Inner City**. Philadelphia: U. of the Pennsylvania Press, 1972.

LINDE, C. **Life Stories**: the creation of conference. New York, Oxford University Press, 1993.

LODER, L.L. O modelo Jefferson de transcrição: convenções e debates. In: L.L. LODER; N.M. JUNG (org.). **Fala-em-interação social**: introdução à análise da conversa etnometodógica. São Paulo: Mercado de Letras, 2008, p. 127-161.

MARTINS, R. C. A ilegalidade da especulação imobiliária: um entrave ao real exercício do direito à moradia e o impacto ambiental gerado no município de Fortaleza. In: **Jus Navigandi**, v. 1, p. 1, 2012.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

MCCONNEL-GINET, S. Language and gender. In Frederick Newmeyer (ed.), **Linguistics**: The Cambridge survey, Vol IV. Cambridge: Cambridge University Press. Pp, 75-99. 1988.

MISHLER, E. G. “Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo”. In: MOITA LOPES, L. P. e BASTOS, L. C. (Orgs.) **Identidades**: recortes multi e interdisciplinares. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MISHLER, E. G. **Research Interviewing**: Context and narrative. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

MOITA LOPES, L. P. **Discursos de identidades**: discurso como espaço de construção de Gênero, Sexualidade, Raça, Idade e Profissão na escola e na família. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

MOITA LOPES, L. P. **Identidades fragmentadas**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

MOITA LOPES, L. P. Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

MOITA LOPES, L. P. Linguística aplicada na modernidade recente. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Linguistica Aplicada na modernidade recente**: *Festschrift* para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola, p. 227-247, 2013.

MOITA LOPES, L. P. Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista. In: RIBEIRO, B. T.; LIMA, C. C.; LOPES DANTAS, M. T. (orgs.). **Narrativa, Identidade e Clínica**. Rio de Janeiro: IPUB, 2001.

MORAES, A. **Direito constitucional**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOREIRA, Júlio da Silveira. Legalidade e legitimidade – a busca do direito justo. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XI, n. 55, jul 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3080

PENNYCOOK, A. **Global Englishes and Transcultural Flows**. Londres. Routledge, 2007

RAMPTON, B. Continuidade e mudança nas visões de sociedade em Linguística Aplicada. In: Moita Lopes (org.). **Por uma linguística indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (orgs.) **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Editora Loyola, 2ª Edição revista e ampliada, [1964] 2002.

RIESSMAN, C. **Narrative Analysis** (Qualitative Research Methods Series), No. 30. Newbury Park, CA, Sage, 1993.

ROLLEMBERG, A. T. V. Entrevistas de pesquisa: oportunidades de coconstrução de significados. In: BASTOS, L.C.; SANTOS, E. S. **A entrevista na**

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

pesquisa qualitativa – Perspectivas em análise da narrativa e da interação. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2013.

SABOYA, R. **O que é especulação imobiliária?** Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2008/09/o-que-e-especulacao-imobiliaria/> Acesso em: 20 set. 2015.

SCHRAMM, F. R.; REGO, S.; BRAZ, M.; PALÁCIOS, M. (Org.). **Bioética: riscos e proteção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora Fiocruz, 2005.

SCHIFFRIN, D. Interactional sociolinguistics. In: **Approaches to discourse**. Cambridge: Blackwell, 1994.

SOBRINHO, C. G. **A construção das identidades do professor em greve: uma análise crítica e sistêmico-funcional do discurso avaliativo de reportagens jornalísticas**. Dissertação. (Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro. 2015.

TANNEN, D. **Framing in discourse**. New York: Oxford University Press, 1993

TANNEN, D; WALLAT, C. Enquadres interpretativos e esquemas de conhecimento em interação. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (orgs.). **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Editora Loyola, 2ª Edição revista e ampliada, [1964] 2002.

VELHO, G. (org). **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar Ed, [1974] 2003.

VELHO, G. **Individualismo e Cultura**: notas para uma Antropologia da Sociedade. Complexa. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., [1981] 2008.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA

8.
Anexo

Convenções de transcrição baseado em Jefferson[120]

[	Início de sobreposição de fala
]	Final de sobreposição de fala
↑	Som mais agudo dos que os do entorno
↓	Som mais grave do que os do entorno
(1.2)	Medida de silêncio em segundos e décimos de segundo
ºpalavrasº	Som em volume mais baixo dos que os do entorno
(.)	Silêncio de menos de dois décimos de segundo
>palavras<	Fala acelerada
.	Entonação descendente
_ Sublinhado	Ênfase em som
MAIÚSCULA	Som em volume mais alto do que os do entorno
?	Entonação ascendente
<palavras>	Fala desacelerada
:	Prolongamento do som
(palavras)	Transcrição duvidosa
( )	Segmento de fala que não pôde ser transcrito

[120] Conforme argumentamos quando da exposição metodológica (cf. capítulo 3) o presente modelo trata-se de uma simplificação adaptada para os fins desta investigação. Os quesitos que não foram utilizados em nossas análises não se encontram representados na tabela acima.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1413454/CA